



O dirigente do P.C.P. quando respondia ao «Diário de Lisboa»

OCTÁVIO PATO AO «DL»

Estabilidade só com Governo de maioria de esquerda

«É evidente que a reacção tem esperança de poder vir a estar representada no Governo: mais ainda, a grande esperança da reacção é formar um Governo sob a hegemonia do CDS e do PPD e com a aceitação do P. S. Esta seria a grande aliança que a reacção desejava» — declarou Octávio Pato, do CC do P. C. P., em entrevista ao «DL».

«É obvio, no entanto, — acrescentou — que uma aliança deste tipo levaria, a breve prazo, à liquidação das próprias liberdades democráticas e levaria também ao próprio afastamento do PS do Governo». E mais adiante: «O CDS e o PPD só poderiam governar em Portugal através de uma ditadura reacçãoária, da liquidação das liberdades democráticas. Pela própria correlação de forças no nosso país, a direita não tem possibilidades de governar. Mais: se se quer estabilizar a vida política portuguesa, não há outra alternativa que não seja um Governo de esquerda, um Governo de maioria de esquerda, onde também estejam representados os comunistas, que correspondam efectivamente aos interesses de todas as camadas da população portuguesa, e, muito especialmente, dos trabalhadores portugueses».

Numa extensa entrevista, Octávio Pato aborda os assuntos em foco na actualidade política nacional, desde as eleições para as autarquias locais ao próximo Congresso dos Sindicatos, passando pela ofensiva da direita, o problema do terrorismo e a questão do poder militar.

«Essa ideia de que nós fomos derrotados nas eleições presidenciais, ou a ideia que está muitas vezes subjacente a esse género de questão, ou seja, que o PCP viu então enfraquecida a sua influência, é uma ideia que a prática está a demonstrar plenamente não corresponder à verdade».

«Quando nós decidimos defender linhas unitárias, enquadradas na Frente Eleitoral Povo Unido, não foi, de maneira nenhuma, uma manifestação de fraqueza por parte do partido, mas sim pela consideração que essas listas, pelas próprias características das eleições para as autarquias locais, eram a melhor base para se desenvolver a luta para bater a reacção» — afirma ainda aquele dirigente comunista.

(LER NAS CENTRAIS)

24 PÁGINAS

EX-MILICIANOS TEMA QUENTE VAI «ARREFECER»

As primeiras medidas tendentes a eliminar os problemas levantados por ex-milicianos dentro do Quadro Permanente das F. A. devem ser anunciadas em breve, revelou ao «D. L.» fonte militar autorizada. Também segundo a mesma fonte, tais medidas deverão constar da promoção de alguns dos ex-milicianos, atendendo, no entanto, apenas a critérios de estrita competência militar e não contemplando, pelo menos até posterior exame da questão, outras reivindicações.

Esta actuação não excluirá a aplicação rigorosa do Regulamento de Disciplina Militar (R. D.

M.) aos oficiais que tenham participado em reuniões ilegais. É o caso de 27 oficiais do Q.P. identificados na madrugada de ontem como participantes na reunião que decorria em Malveira e a qual foi alvo de uma acção militar da E. P.I. e da G.N.R. Como já foi noticiado, outros cinquenta oficiais lograram furtar-se à identificação devido, ao que parece, a descoordenação.

No âmbito do Conselho da Revolução, a questão do ex-miliciano tende a ser encarada — como declarou ontem Vasco Lourenço (ver pág. 5) — como um problema «profissional», ao qual

se retira qualquer conotação conspiratória, remetendo-o para um movimento reivindicativo, como tal, sujeito à aplicação do R. D. M.

A forma como as autoridades militares se decidiram pelas primeiras medidas, tende a demonstrar que o caso só daquela forma deverá ser enquadrado.

A insistência, porém, com que as forças de direita (e os seus porta-vozes em diversos órgãos de Informação) pretendem ligar uma questão «profissional» com as movimentações que tiveram na origem do «movimento dos capitães» e, em última análise, do M.

F. A. e no 25 de Abril demonstra a intenção de aproveitar a situação para acentuar tendências desestabilizadoras que passem, entre outras coisas, pela contestação do C. R.

A despeito do «arrefecimento» de uma questão «quente» a que conduzem as primeiras medidas já anunciadas, não é de esperar que o assunto possa ser dado como encerrado, até porque nem todos os oficiais envolvidos actuam como «simples profissionais» e nem todas as situações são exactamente iguais (caso do que acontece no Norte, por exemplo).

Último confronto Ford-Carter na TV

WASHINGTON, 22 — (R e «DL») — O presidente dos Estados Unidos, Gerald Ford, e o seu opositor do Partido Democrático, Jimmy Carter, vão hoje à noite ter o último «round» televisivo desta campanha eleitoral. Durante uma hora e meia os dois estarão frente a frente nos «ecrãs», numa emissão «Coast to Coast», fazendo os seus derradeiros esforços para venderem a imagem do presidente ideal.

Depois de uma campanha onde os debates políticos foram pobres, facto que provocou uma apatia geral entre os eleitores, as organizações de sondagens à opinião pública Lou Harris e Gallup disseram que nunca tinham visto tanta incerteza num período tão próximo às eleições. (Os norte-americanos escolhem o seu novo presidente no próximo dia 2 de Novembro).

Com efeito, as sondagens demonstram que mais de 15 por cento do eleitorado dos Estados Unidos está indeciso. O teste dá uma vantagem a Jimmy Carter que oscila entre os três e os nove pontos, vantagem esta que não é o suficiente para garantir uma vitória.

A discussão de logo à noite não tem um tema definido. As sondagens revelaram que no primeiro encontro, em Filadélfia, Ford venceu Carter em problemas nacionais. Entretanto no segundo debate, em São

Francisco, Carter venceu quando Ford se espalhou ao comedido ao falar na Europa de Leste.

Ontem o candidato Ford estava bem disposto quando falou num banquete. Meio a sério, meio a brincar, Ford disse aos presentes que as regras do debate seriam mudadas no debate de hoje: «O governador Carter vai responder às perguntas e eu vou inquirir acerca das minhas respostas». Notou ainda no banquete, que custou 100 dólares por convidado e é tradicionalmente oferecido para se trocar dos políticos, que havia mandado intalar na Casa Branca «fechaduras à prova de Jimmy Carter». Este, que apareceu no banquete depois de o adversário ter saído, foi mais «corosivo» e parodiou a famosa incapacidade de Ford em se lembrar da cidade ou do Estado em que faz a sua campanha, facto que já o levou a embaraçosas «gaffes»: «É um grande prazer estar aqui em...» — e fez uma longa pausa antes de acrescentar Nova Iorque. Depois, referindo-se à entrevista que ele próprio concedeu à revista «Playboy», quando disse ter cometido o pecado da luxúria «com o coração», Carter prometeu que a próxima entrevista sobre os pecados bíblicos do orgulho e da luxúria será dada a um jornalista do «Our Sunday Visitor», um semanário católico.



Um jornalista cercado pela mentira

«Um jornalista cercado pela mentira» — assim se sentiu o nosso enviado especial à Guiné em Janeiro de 1974. E isso porque colegas seus de outros meios de Informação, pretendiam à viva força não ver o que acontecia naqueles tempos na ex-colónia portuguesa. Não tinham ouvidos, por exemplo, para os bombardeamentos constantes escutados em Bissau desde o começo da manhã até ao cair da tarde... Um tempo, enfim, que morreu — mas que ainda vale a pena denunciar.

(PÁG. 9)

Desenha-se visita de Soares ao Gabão, S. Tomé e Angola

(PÁG. 7)

DEMISSÃO NOS BANCÁRIOS

«Carta Aberta» é cartada do capital

(PÁG. 11)

Política de A a Z

UM EPISÓDIO NA MALVEIRA

Do filme em produção, realizou-se na Malveira mais um episódio. O comentador Vasco Lourenço, ponderadamente disse: «O que se está a passar, na minha maneira de ver, é o empolamento deste problema e o seu aproveitamento por forças nitidamente reacçãoárias de direita, dando-lhe matizes políticos e tentando, mais uma vez, desestabilizar a situação». Não escapou ao general Vasco Lourenço, e a ele se referiu no seu comentário, o carácter sistemático da campanha que nesta fase entre congressos e eleições se vem desenvolvendo. Disse Vasco Lourenço: «Trata-se de uma campanha que dá a sensação de estar nitidamente bem montada. Aparece, pela primeira vez na sexta-feira, em dois textos do «Expresso» — num artigo propriamente dito e numa banda desenhada — e é sintomático como, quer um quer outro, são apresentados. Mais uma vez estão a tentar meter-se no seio dos militares, provocando ou inventando divisões que não existem, pondo-me a mim de um lado e ao brigadeiro Pires Veloso do outro. E isso é continuado, depois, em vários artigos de outros órgãos de Informação».

Já nesta coluna foi referida a existência de uma campanha bem planeada de intoxicação da opinião pública. Sob pretextos ideológicos, aliás contestáveis, essa campanha recebeu protecções extraordinárias. (Emprega-se a palavra, obviamente, e cumulativamente, em dois diferentes sentidos). Essa campanha é dirigida, planeada, por profissionais da intoxicação da opinião pública que mantêm ligações com diversos trabalhadores dos vários ramos da Comunicação Social.

No caso vertente, o «episódio da Malveira», existe uma motivação de fundo que o próprio general Vasco Lourenço reconheceu: «Penso que é um velho assunto. Podemos mesmo dizer que, não sendo o motivo principal, foi aquele que aproveitámos para fazer congregar então muitos capitães à volta do Movimento dos Capitães, e que é um motivo que, pela sua dificuldade, ainda não foi possível resolver». No mesmo sentido, com a habitual e sorridente serenidade, se pronunciou o general Rocha Vieira, actual CEME. Mas há quem não queira contribuir para a resolução de um problema delicado e arrastado, há quem o deseje empolar e dele tirar pretexto de agitação, motivo de divisão das Forças Armadas, e, principalmente, de desestabilização das relações no interior do Exército. Com o mesmo objectivo foi explorada a «carta», do brigadeiro Pires Veloso. E surpreende a sucessiva divulgação, pelos mesmos ou paralelos canais, dos frágeis «segredos» do Conselho da Revolução e da hierarquia político-militar.

O «episódio da Malveira» faz parte de um longo filme. Aguardemos o próximo «episódio».

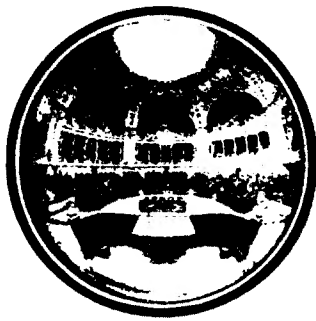
CONGRESSOS

Dos «congressos» que estão anunciados, dois, o do Partido Socialista e o dos GDUP, suscitam discussões e a curiosidade da Imprensa. Paradoxalmente, não se fala, ou fala-se minimamente, do Congresso do PPD-PSD, do Congresso do P. C. P., do Congresso da J. S. Ainda se não cogitou que, também, este último poderia fornecer ocasião para desencadear uma operação de divisão do PS, agora já não no plano dos choques entre tendências e das rivalidades entre dirigentes, mas no plano do conflito de gerações; desistiu-se de anunciar uma crise de direcção no PCP; parece ter perdido interesse a especulação relativa ao carácter efectivo ou figurativo da promoção (ou despromoção) de Francisco Sá Carneiro. Saber se os GDUP vencerão o «Cabo das Tormentas» (ideológicas) de um congresso em que a personalidade de Otel Saraiva de Carvalho será (talvez) uma referência constante, mas não poderá ser (talvez) uma presença directiva, é um problema interessante e pede a atenção dos círculos políticos. Mas é para o Congresso do PS que se dirigem as atenções, é ele que polariza as mais habilidosas e duvidosas especulações e análises. Já se diz que a «operação divergências» foi lançada pelo próprio PS, que, no fundo, o pequeno «escândalo exterior» garante a Mário Soares o supremo papel de árbitro entre os companheiros divididos. Mas, a poucos dias de um congresso que deverá proporcionar um balanço largo, frio e realista das possibilidades presentes do PS, das suas responsabilidades na governação, das suas perspectivas políticas (nacionais e não só partidárias), nem tudo é claro, a não ser o propósito de alguns (ao serviço de outros) de provocar uma «crise interna» no Partido Socialista. Tacticamente, a divisão do Partido Socialista, na actual conjuntura, serve a estratégia de uma «direita» que, quer no plano político civil, quer no plano político militar, está lançada numa ofensiva de desestabilização. E não só.

O SILÊNCIO E A LENTIDÃO

A lentidão, as praxes burocráticas, os burocráticos desvãos e abismos fundos, com que decorre (ou não corre) a investigação das actividades terroristas, é, igualmente, um factor de desestabilização, de inquietação, de desmoralização. Não se vê que os homens que se empenharam na descoberta das actividades terroristas da «direita» sejam respeitados no seu trabalho, incentivados na sua diligência, animados na sua intenção. Não escrevemos; pelo contrário. Mas escrevemos: não são apoiados, não são incentivados. Há quem prefira os silêncios, as penumbras, a lentidão processual, o travão e o entrave das burocracias. Da «direita» já se ataca a ameaça de criação de uma «nova PIDE» só porque se falou de estreitar, no combate a um tipo perverso de actividade reacçãoária, a coordenação entre as polícias judiciais militar e civil. Quando mal nos damos conta rara o noticiário, falta a informação, o vó do esquecimento alimenta-se do discreto silêncio. O nosso dever é reagir, denunciar, castigar esta levandade política, esta imprudência suicida. A «Democracia não é neutra», pois claro. E não é neutro, não poderá ser neutro, um processo revolucionário de transformação da sociedade portuguesa de que a Constituição da República é um programa, é uma bandeira. A Democracia tem de defender-se. E o silêncio, a lentidão processual, a paralisia burocrática não a defendem. A ofensiva da «direita» é aberta, clara, insidiosa, obstinada, persistente. No plano civil e no plano militar. E os Órgãos de Comunicação Social, não esquecendo a Rádio e a Televisão, são armas que não podem ser esquecidas. Que deverão ser utilizadas. Que deverão estar nas mãos dos democratas verdadeiros, dos verdadeiros antifascistas.

Nacional



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

“Nem uma vírgula...”

«Nem uma vírgula aprovaram...», ironizava um colega na tribuna de Imprensa, no final da sessão de ontem, ao comentar as derrotas sucessivas de propostas do P. P. D. C. D. S. e U. D. P., de alteração à legislação referente às autarquias locais. De facto, nenhuma das propostas teve qualquer hipótese de aprovação dada a barreira inflexível das bancadas comunista e socialista. No entanto, estes não puseram de parte a possibilidade de os diplomas em causa virem a sofrer alterações, que possam criar melhores condições de funcionamento para as autarquias, evitando assim um eventual atraso no acto eleitoral, pretendido, aparentemente pelas restantes forças.

Aliás a desmobilização do P. P. D. / P. S. D. e do C. D. S. foi de tal ordem que este último Partido acabaria a sessão apenas com sete deputados. O P. P. D.-P. S. D. mostrou-se um pouco mais activo, sobretudo nas declarações de votos e interpelações, pretextando por vezes curiosos argumentos ideológicos. Neste aspecto, foi algo feliz o modo como Barbosa de Melo, causou embaraços ao representante da U. D. P. perguntando-lhe como conciliava ele as frequentes alusões às massas e à «unidade popu-

lar» sem evitar a permanente identificação com um chefe, como o general Otel. Acácio Barreiros terminaria, a sua resposta (confusa) afirmando que a U. D. P. «é o único Partido nesta sala que defende a unidade do Povo»...

LUTOU ATÉ MORRER

«O meu camarada Dias Coelho era um jovem escultor que decidira abandonar as doçuras e comodidades da vida para se entregar à luta clandestina, à libertação do povo português. Ele lutou até morrer para que, hoje mesmo, pudéssemos estar aqui.» Estas palavras do deputado Lino Lima (P. C. P.), ditas no período de antes da ordem do dia a propósito do adiamento do julgamento do agente da «PIDE» responsável pelo assassinato daquele militante do P. C. P., seriam acompanhadas de sérias reflexões à recente intervenção televisiva do ministro da Justiça.

Lembrando que o povo se interroga «quando é certo que em muitos sítios e em muitos casos, os terroristas são apontados a dedo e os seus nomes são do domínio público», sem estarem presos Lino Lima referiu o «sentimento de insegurança social, a ideia de incapacidade

do poder democrático» e as «pressões sobre as polícias» no tocante à impunidade do bombismo para salientar que foi «neste quadro que o sr. ministro da Justiça nos veio falar há dias pela Televisão fleumáticamente. O sr. ministro encharcou-nos de conceitos jurídicos demonstrativos de que os bombistas são protegidos por uma forte carapaça legal, dificilmente penetrável».

«Presumo — considerou o deputado comunista — a propósito de medidas que Almeida Santos propôs — que os bombistas ouviram com apazamento estas medidas a médio prazo, isto porque os bombistas trabalham a curto prazo e esperam já terem metido o sr. ministro num campo de concentração antes de os polícias terem aprendido na escola a forma de os prenderem».

Depois de perguntar se não há leis que protejam as vítimas dos bombistas ou que protejam a ordem democrática, o deputado do P. C. P., concluiu (aplaudido também por socialistas) que a defesa e prestígio das instituições democráticas passam «pela prisão dos assassinos de sedes de partidos progressistas, sindicatos e instalações particulares, pela prisão dos que destruíram

bens e dos que o incitaram e mandaram fazer, pela reorganização da justiça e pelo afastamento compulsivo dos juizes que sob os pretextos mais descarados traam os reacçãoários, os bombistas, os «pides» como irmãos de ideal».

Interpelado por Amaro da Costa relativamente aos assaltos a sedes do C. D. S. Lino Lima remeteu-o para as autoridades e lembrou ao deputado «centrista» que a vida lhes tracara caminhos diferentes. «Enquanto no tempo do fascismo — recordou o deputado do P. C. P. — o senhor deputado se sentava nas cadeiras que o poder fascista lhe estendia eu, porque me opunha ao fascismo, tive de me deitar, algumas vezes nas enxergas da Polícia».

Outro deputado do C. D. S., Faria de Almeida, falou, antes da ordem do dia de problemas da fruticultura como pretexto para atacar a Reforma Agrária e Lopes Cardoso. Deputados socialistas e comunistas interpelaram o orador, contestando-lhe as afirmações e alguém diria serem «interesses pessoais» na matéria (propriedades) o motivo da intervenção do deputado do C. D. S.

E. A.

PARA CONGRESSO DOS G.D.U.P.'s

M.E.S. defende unidade e compromisso

«Para que o Congresso dos GDUP's esteja à altura das suas responsabilidades perante o povo e para que o Movimento de Unidade Popular seja criado, torna-se necessário aprofundar o compromisso e a unidade política que estiveram na base da candidatura de Otel», afirma o Comité Central do MES num comunicado hoje tornado público sobre o Congresso dos GDUP's que brevemente se desenrolará.

Depois de historiar o desenvolvimento dos GDUP's desde a candidatura do major Otel às eleições presidenciais, e de analisar alguns erros cometidos na organização da unidade popular, como o sectarismo e o triunfalismo, o MES considera a situação actual como «uma situação de encruzilhada, pois se há batalhas ganhas definitivamente, há batalhas que ainda não foram ganhas, se há erros que foram corrigidos, há erros que se mantêm e avolumam».

Tornando públicas as posições que tem defendido no

interior dos GDUP's, o MES afirma que «A base social e política actual dos GDUP's está em contradição com o objectivo da criação de uma ampla frente unitária», já que o «peso dos militantes partidários é muito mais forte do que o dos militantes independentes» e que os «elementos da classe operária estão em franca minoria em relação aos membros de outras classes e camadas sociais suas aliadas».

Referindo-se depois aos problemas da direcção dos GDUP's comunicado do MES considera que aqueles devem possuir uma direcção reconhecida pelos seus activistas mas também pelas massas, que não seja imposta do exterior, afirmando ainda ser fundamental o aprofundamento da unidade e do compromisso políticos que estiveram na base da candidatura de Otel, os quais devem ser feitos à volta das questões da direcção e da organização.

Em relação à direcção o MES pensa que ela terá de ter

uma forte representação de militantes sem partido, ao mesmo tempo que os partidos, que devem estar representados sem subterfúgios, não devem nunca ter a maioria dentro da direcção.

O comunicado do MES afirma, a seguir, que este compromisso só será possível se «a CNUUP e o general Otel souberem assumir o seu papel, criando condições para que a «democracia» não possa ser agitada para enterrar o processo de unidade, já que enquanto os militantes dos partidos forem majoritários nos GDUP's, respeitar a democracia é conjugar o compromisso político com a votação aberta, a unidade das forças políticas apoiantes dos GDUP's com a unidade que cresce e se fortalece na base».

Gutelman fala sobre questões agrárias

PORTO, 22 — Michel Gutelman, professor da Universidade de Paris, e conhecido especialista em questões agrárias, estará na Faculdade de Economia do Porto, a partir do dia 27 de Outubro, onde realizará uma série de conferências e seminários. A vinda do professor Gutelman, que se integra num plano de formação e aperfeiçoamento elaborado pela Faculdade de Economia, é feita ao abrigo da colaboração estabelecida entre esta Faculdade, o Instituto Francês e os Serviços Culturais da Embaixada Francesa em Portugal.

PRÉMIO NOBEL DA LITERATURA 1976 SAUL BELLOW

A LANÇAR POR

PUBLICAÇÕES D. QUIXOTE

No dia 10 de Dezembro próximo, data da entrega do prémio em Estocolmo

Com o livro NA CORDA BAMBA

Embaixador com Pires Veloso

PORTO, 22 — O embaixador da Suíça, em Portugal, dr. Giovanni Bucher, avistou-se ontem com o brigadeiro Pires Veloso. Trocaram impressões durante uma hora. No final o embaixador disse aos jornalistas que se tratou de uma visita de cortesia.

Entretanto, o dr. Bucher, que contactou no Norte elementos

da comunidade helvética e unidades fabris e comerciais suíças instaladas na região apresentou ainda cumprimentos no governo civil, Câmara Municipal e Paço Episcopal. A diplomata visitará hoje e amanhã, várias cidades do Norte para novos contactos com cidadãos do seu país, regressando a Lisboa no domingo.

post scriptum

A Europa connosco!

De passagem por Amesterdão, onde tenho algumas relações de amizade no núcleo português ali residente, foi-me contada a atitude repressiva da polícia holandesa contra emigrantes portugueses que lá trabalham legal ou clandestinamente. Entre vários casos citarei um passado em Setembro último com uma família legalmente emigrada há mais de dois anos. Essa família, composta por cinco pessoas, entre as quais duas crianças de quatro e cinco anos de idade, albergava um compatriota que trabalhava clandestinamente há cerca de seis meses num dos hotéis de Amesterdão.

Denunciada à polícia a situação ilegal desse português, outo ou nove senhores de pistola em punho, como «gangsters», assaltaram a casa onde residia o citado clandestino, prendendo toda a família. A atitude brutal e desumana dos polícias holandeses, revelou-se na forma como trataram as duas crianças e uma senhora que nesse momento se encontrava de cama, bastante doente. Não tiveram um mínimo de civilidade, nem de escrúpulos, obrigando a senhora a sair da cama e acompanhá-los em roupas menores, todos satisfeitos com o espectáculo repugnante que estavam a dar, chegando mesmo a agredir os pais diante das crianças que choravam aterrorizadas.

A família referida esteve presa ilegalmente durante oito dias. A polícia recusou-lhe a visita de um advogado, constantemente reclamado. Mas não se ficaram por aí: também se negaram a chamar um médico, apesar do estado de prostração em que a pobre senhora se encontrava. Os leitores do «DL» podem não acreditar, mas até a água, que não se nega a um cão, lhes foi negada.

Entretanto na habitação dos nossos compatriotas alguns agentes entretinham-se a violar a sua correspondência, virando a casa às avessas, como verdadeiros vândalos dando-se ainda ao luxo de levar com eles quanto lhes parecia: cartas, agendas com moradas, fotografias, dinheiro, dois velhos frigoríficos, uma máquina fotográfica, um aparelho de televisão, máquina de escrever, aspirador, ferro de engomar, medicamentos, roupas, malas de viagem, alguns objectos de ouro que há muitos anos pertenciam à família, recordações de familiares mortos, a aliança de casamento da senhora, e até o caixote do lixo, papel higiénico e uma gaiola com um canário. Enfim um assalto minucioso.

A incrível polícia holandesa alega hoje que procedeu assim por suspeitar de que a família comprava coisas roubadas, mas não diz que juntamente com as coisas que levou se encontrava um «dossier» com todas as facturas comprovativas de que não havia nada roubado em casa. Seja como for, ainda não devolveram nenhum dos objectos que mantêm ilegalmente em seu poder.

Em nome dos portugueses emigrados e de todos que labutam longe da nossa terra, na esperança de um dia regressarem a um Portugal próspero e livre, peço a publicação desta carta, para que as autoridades portuguesas, através das Embaixadas e Consulados, intervenham a fim de evitar injustiças deste género e abusos policiais contra os pobres trabalhadores emigrados.

Um português devidamente identificado
HOLANDA

Contradições

No decurso do ano de 1974 realizou-se, aqui no Norte, mais concretamente no Palácio de Cristal do Porto, um comício do Partido Socialista, com a presença do líder do P. S. francês François Mitterrand, comício esse que considero memorável quer pelo significado da intervenção de Mário Soares, quer pela do famoso político gaulês. Recordo que Mário Soares proclamou, então, que repudiava a Via Albanesa para o Socialismo, porquanto equivaleria ao Esmagamento da Classe Média.

Penso que para podermos determinar todo o alcance das palavras de Mário Soares e, particularmente, as contraditórias incidências da sua actuação posterior, há que definir, numa perspectiva correcta, o que é hoje a classe média. Com efeito, penso que o conceito de classe média não é, nos dias de hoje exactamente o mesmo que era há cerca de 50 anos. Efectivamente, se, sob um ponto de vista histórico, esse conceito definia, apenas os pequenos e médios possuidores de meios de produção — pequenos e médios proprietários agrícolas, comerciantes e industriais — a verdade é que hoje o mercê das imposições do desenvolvimento do capitalismo, os pequenos vão-se proletarizando cada vez mais e os segundos vão sendo absorvidos pela grande burguesia. Mas, por outro lado, começou a ganhar expressão um outro estrato social que, não se caracterizando pela posse de meios de produção, tem profundas afinidades com a classe média tradicional em função dos seus rendimentos do trabalho: os quadros técnicos, uma larga camada dos trabalhadores dos serviços e um já considerável número de operários altamente especializados.

Ora, é justamente este extracto social que foi visado pelas palavras do dr. Mário Soares no famoso discurso do Palácio de Cristal mas que, objectivamente, corre o risco de ser esmagado pela natureza contraditória das tomadas de posição a que acima me referi.

Será que o dr. Mário Soares desconhece esta realidade?

Quem, predominantemente paga Imposto Profissional?

Não terá sido, efectivamente, este estrato social que foi o mais abrangido pelos novos escalões do Imposto Complementar?

E, sobretudo, quem terá de comprar Títulos do Tesouro, compulsivamente, como uma parte do seu subsídio do Natal?

José Ferreira
GAIA

CONFERENCIA SOBRE ECONOMIA PORTUGUESA

Abaixo a indecisão!

Um dos pontos altos da conferência realizada na Fundação Gulbenkian foi a primeira intervenção do professor sueco E. Lundberg. Tendo-se já deslocado várias vezes ao nosso País depois do 25 de Abril, este veterano economista começa já a conhecer-nos razoavelmente. A compreender que as conversas dos responsáveis do Poder, militares ou civis, intelectuais e outros, mais ou menos especialistas, não passa de um ciclo vicioso de «palavra puxa palavra» que não leva a nada, pois quem tem de produzir, na realidade quotidiana, não é convidado a fazer parte da «peça». A propósito da questão da poupança e do investimento, explicou o professor Lundberg que, na Suécia cerca de um terço da poupança privada é fornecida pelas pequenas empresas, em que não é possível separar, por ausência de contabilidade, o que é familiar e o que é empresarial. Nestas actividades, as pessoas passam a consumir e não poupar, desde que não haja razões ou incentivos para investir na sua própria actividade. Aqui, em Portugal, onde cerca de 75 por cento das empresas são pequenas (menos de 20 pessoas) onde existem cerca de 180.000 retalhistas (de todos os ramos de actividade) e onde quase todas as explorações agrícolas são familiares, é possível que a importância deste sector de poupança seja muito maior do que na Suécia. Mas não se sabe. Diz o prof. Lundberg: «Vocês não têm estatísticas, o que têm é imaginação!» E, ainda: «talvez a retracção da poupança dessas famílias, seja porque não sabem que fazer. É preciso que vocês decidam, de uma vez, qual o sistema que querem seguir!» Aqui é que está a questão. Desde há dois anos e meio que as indecisões e o jogo de golpismos e oportunismos, militares ou civis, a par de bastante incompetência, tem impedido que se assumam, de uma vez para sempre, os compromissos que já foram aceites. Esta situação só tem sido possível devido à fatalidade de que foi para este País, o sistema anterior, ou, na palavra do prof. Taylor «o drama

foi vocês serem um país exportador de gente e importador de ouro». Simplesmente, os dados de base mudaram, quer ao nível internacional, quer nacional — crise de energia afectando o mundo capitalista, perda de mercados das ex-colónias, aumento salarial pela recuperação das liberdades sindicais, sem que se tenham tomado medidas para reorientar o consumo e aumentar a produção, e, por último, o aumento da população com a chegada dos retornados. Para além disto, quais «ismos», qual carapuça! Mas a culpa tem cabido grandemente aos detentores do Poder. Poder, que continua a ser diariamente sujeito a torpedamentos, venham do Norte ou do Sul, de militares ou civis, da imprensa ou de «profissionais da política».

O Programa do MFA fazia menção no ponto 6 a): «Uma nova política económica posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista».

A primeira batalha da estratégia antimonopolista foi ganha com as nacionalizações das actividades básicas e do latifúndio, mas está longe de ter terminado, enquanto não for completada a reestruturação das empresas e garantida a participação dos trabalhadores e populações nas decisões sobre a sua actividade. Não espantam, nesta indecisão, os comentários da direita de Xavier Pintado («diziam tão mal dos monopolistas, agora têm um único, o Estado») e Alfredo de Sousa («os monopólios públicos são um erro total»). O que define o monopólio é a possibilidade de formar unilateralmente o preço no mercado e dessa maneira poder ganhar o lucro que se quer. Se a actual política de Governo leva a pensar que se pretende ganhar o mais possível com os produtos (sobretudo, indirectamente, através da banca, para a qual trabalham as empresas) não é esse o objectivo das nacionalizações e do papel do

Estado. A sua obrigação é intervir, contrariando o jogo livre da procura e oferta, aumentando preços propositadamente em certas actividades e baixando-se noutras, socialmente mais úteis.

Outra prova ainda mais gritante de indecisão partiu do próprio Conselho da Revolução, após produzir o «Plano de Acção Política», em Junho de 1975, onde no capítulo 3 — Política económica-financeira, após apreciação da situação então existente e das suas causas, se dizia no ponto 3.3. — Face à situação económica descrita, que se pode considerar muito grave, torna-se urgente adoptar: A) Medidas imediatas pontuais; B) Estratégia de desenvolvimento económico, definido em função dos três pontos críticos: balança de pagamentos, desemprego e independência económica; C) Configuração futura do sistema político-económico incluindo a discussão dos seguintes pontos — Controlo organizado da produção pelos trabalhadores; — Mobilização local para o desenvolvimento; Organização do sistema de planeamento; — Subsistemas qualitativos da economia em transição (sector do Estado e sector privado). Mais: «A Discussão destes temas e das medidas pontuais imediatas apresentará um teste profundo da viabilidade política da actual coligação e da sua capacidade de marcha unitária para os objectivos reais do socialismo».

Depois foi a concepção «zenhista» do VI Governo e os empréstimos externos; a ausência de governação (de governar-administrar) e de medidas para resolver a crise.

Os militares de «viola no saco» assistindo, «bem comportados», ao itinerário dos políticos eleitoralistas. A situação já não era «muito grave» e as medidas já não eram «urgentes».

Voam as reservas, aumenta o divisionismo, estraga-se tanto quanto possível a máquina do Estado «inadequada à dinâmica do processo» (cap. 4.2 do PAP).

Surge a Constituição, que toda a gente jura; a partir de

Vitor Bento

25 de Abril de 1976. Artigo 1: — Transformação numa sociedade sem classes» (explicação descarada do C. D. S.; uma só classe: Todos patrões!) Artigo 2.º: — «... objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras».

Artigo 51.1 — «Todos têm direito ao trabalho» e mais uma série de obrigações do Estado e direitos dos trabalhadores (Art.º 52 a 56). Artigo 80 — «A organização económica-social da República Portuguesa assenta no desenvolvimento das relações de produção socialistas, mediante a apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos bem como de recursos naturais e o exercício do poder democrático das classes trabalhadoras «depois, os artigos 81 a 88. Ainda o artigo 104, que estabelece a participação dos interessados na definição e execução da Reforma Agrária.

O I Governo Constitucional tenta consolidar, a pouco e pouco, um capitalismo de Estado, divorciado dos trabalhadores e das realidades quotidianas, na redoma da burocracia e da legislação, distribuídos os «tachos», a amigos e conhecidos.

Os partidos à direita do PS são bem claros nos seus objectivos.

Fazendo eco da opinião do prof. Lundberg é realmente de perguntar, em que ficamos?

Fala-se, discute-se, mas, a mobilização das populações, dos que produzirão para vencer a crise, nada!

Por isso, o conselho daquele professor na última sessão: «Desconfiem dos intelectuais. Como dizia o presidente Mao falavam de mais. Por isso, é preciso que vão de vez em quando às fábricas e aos campos».

Esquecido, ao que parece e conforme se conclui deste apontamento, um outro pensamento daquele falecido dirigente «o poder está na ponta do cano das espingardas».

Violência no Brasil contra a Igreja

Charles Vanhecke

O assassinato do padre jesuíta João Bosco Benido Burnier pela Polícia brasileira, tem dado origem a reacções muito vivas. Foi a 11 de Outubro que este padre, que defendia a causa dos camponeses pobres, apareceu morto. «O estabelecimento de um clima de violência nos países, se não for detido pelas autoridades, conduzirá à destruição dos governos», declarou monsenhor Geraldo de Moraes Benido, primo do padre morto. Por sua vez, o «Osservatore Romano» qualificou essa acção como um «acontecimento extremamente doloroso e que repugna a quem se sinta um ser humano».

Multiplicam-se no Brasil as violências contra a Igreja. Um missionário jesuíta morreu no dia 12 de Outubro em Goiânia, por ter sido ferido na cabeça, com uma bala na cabeça, em Ribeirão Bonito, aldeia de Mato Grosso. O missionário, padre João Benido Burnier, foi ferido por um polícia. O padre encontrava-se na Polícia militar, onde acompanhara o bispo de São Félix de Araguaia, D. Pe-

dro Casalgaliga, que ali fora informado-se acerca de uma série de exacções cometidas na região contra «posseiros», camponeses sem título de propriedade, que são expulsos, perseguidos e por vezes assassinados pelos guarda-costas dos grandes proprietários agrícolas (fazendeiros), às vezes com a ajuda da Polícia militar. Durante a discussão com os

dois eclesiásticos, um dos polícias bateu no padre jesuíta e em seguida deu-lhe um tiro na cabeça. Outro jesuíta, o irmão João Kauling, fora soado e preso no passado mês de Maio, na companhia de quatro agricultores, quando estava a ajudá-los na construção de uma escola. Um missionário, o padre salesiano Rodolfo Lumbenkein, de nacionalidade alemã, também foi morto por um grupo de «fazendeiros» e pelos seus guardas privados. O padre dirigia a missão indígena de Mervre, perto de Barra do Garças. Ele tinha-se dirigido às autoridades a fim de obter a delimitação de uma reserva a favor dos índios Bororos. Os proprietários da região contestavam o traçado, afirmando que as terras ocupadas pelo Bororos lhes pertenciam a eles. Durante a agressão à mis-

são salesiana, um Bororo fora morto ao tentar defender o padre Lumbenkein. Mais cinco índios foram feridos. Os assassinados, presos, teriam sido libertados pouco depois. Incidentes deste género são frequentes em Mato Grosso e põem em causa a maneira como o Oeste brasileiro está a ser ocupado pelas grandes companhias agrícolas, e também a actividade da Polícia militar. O arroteamento das terras virgens é confiado a poderosas sociedades, que utilizam todos os meios para se desembaraçar dos ocupantes tradicionais, os índios, ou dos pequenos cultivadores trazidos até ali pelos grandes fluxos migratórios que

Continua na pág. 14

Nacional

SERVIÇOS
MUNICIPALIZADOS

CÂMARA
MUNICIPAL
DE LOURES

AVISO AOS SENHORES
CONSUMIDORES
DE ÁGUA E ENERGIA
ELÉCTRICA

Por imperiosa necessidade de trabalhos de remodelação na rede dos Serviços Municipalizados, avisam-se os senhores consumidores de que o fornecimento de energia eléctrica será interrompido no próximo dia 24 de Outubro (Domingo) das 7 às 14 horas, nas seguintes localidades:

Sacavém, Camarate, Apelação, Bairro do Grilo, Bairro Angola, Quinta de S. Francisco, Unhos, Catujal.

Este corte afectará o abastecimento de água às povoações em causa.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES, 21 DE OUTUBRO DE 1976.

O Engenheiro
Director-Delegado
Casimiro Martins Neves
Cabaço

Centro Hospitalar de Coimbra

CONCURSO PÚBLICO N.º 71

Até ao dia 2 de Novembro de 1976, aceitam-se propostas, em carta fechada e lacrada, que deverão dar entrada até às 15 horas, para a aquisição:

— Uma viatura mista, de carga e passageiros (lotação aproximada 9/11 lugares e carga) motor a gasóleo.

O Caderno de Encargos está patente nos Serviços de Aprovisionamento do C. H. C. — Rua do Cabido, 5-3.º Coimbra, onde deverão dar entrada as propostas, que serão abertas uma hora depois da hora acima indicada.

Coimbra, 13 de Outubro de 1976

OS SERVIÇOS
DE APROVISIONAMENTO

Em ALVERCA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na
TABACARIA LUSA Rua Joaquim Sabino Faria, 16

Violência no Brasil

Continuação da pag. 3

sempre caracterizaram a colonização do país. Só no distrito de Diamantina, os conflitos devido à posse da terra, fizeram duzentos mortos nos últimos dois anos. Em Julho passado, o conselho indigenista missionário da Igreja afirmava num documento que havia no Brasil «setecentos mil posseiros, ameaçados no seu direito à terra, tal como os índios». O conselho acrescentava que esses «posseiros» faziam parte de dez milhões de famílias rurais sem qualquer propriedade agrícola.

Quanto à Polícia militar, ela é bem conhecida pela sua corrupção. Em Mato Grosso, ela tem principalmente ajudado os «grandes fazendeiros» a expulsar os pequenos cultivadores. Não se passa uma semana sem que a imprensa brasileira se refira a alguns desses casos. No dia 28 de Setembro, três polícias militares de um arrebale do Rio, mataram, depois de os ter roubado, dois jovens que estavam parados junto a um centro comercial. Ainda em Setembro, dois tenentes da Polícia militar de Mato Grosso raptaram o filho de um fazendeiro rico da região, para conseguir um resgate, mas mataram-no logo que obtiveram o dinheiro exigido, porque a vítima, uma vez libertada, podia denunciá-los.

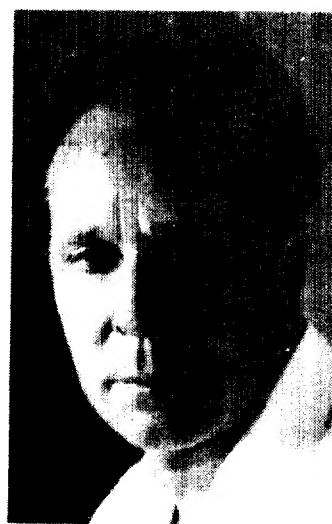
LE MONDE

Homenagem ao poeta Eugénio de Andrade

PORTO, 22 — Abriu ontem à noite na Fundação Eng.º António de Almeida desta cidade uma exposição bibliográfica e iconográfica do poeta Eugénio de Andrade. Inaugura-se assim o programa de uma homenagem a um dos maiores poetas portugueses dos nossos dias.

O programa prevê, para hoje uma sessão de leitura de poemas de Eugénio de Andrade pelo próprio autor. Esta sessão repete-se no sábado. No próximo dia 29, ainda o poeta, e no mesmo local, lerá poemas de Safo e Lorca por ele traduzidos. Nesta sessão colabora a actriz Teresa Lima e a soprano Palmira Troufa. Há ainda acompanhamento musical de Fernando Lencart.

O programa prossegue ao outro dia, 30, com um recital de Lopes Graça, que musicou poemas de dois livros do autor: «As Mãos e os Frutos» e «Mar de Setembro». Actua o tenor Fernando Serafim. No dia 31 há outro recital: João Perry e Eunice Muñoz lerão poemas de Eugénio de Andrade e trechos das Cartas Portuguesas, versão em português do autor de «Os Amantes sem Dinheiro». No mesmo dia: Joel Ser-



O poeta fotografado na sua residência do Porto

rão falará sobre a obra poética de Eugénio de Andrade.

Encerra o programa no dia 4 de Novembro, com Fernando Pernes falando sobre as peças de arte expostas na Fundação e Oscar Lopes ainda sobre a obra poética do autor.

A exposição pode ser vista diariamente das 15 às 18 e das 21 às 23 horas.

A TODOS OS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA HOTELEIRA

COMUNICADO DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Face à sentença do Juiz da 5.ª Vara do Tribunal Judicial de Lisboa, em que decreta a suspensão das eleições do nosso Sindicato, marcadas para o dia 22 de Outubro, com o fundamento de que teria sido recusada a aceitação de uma quarta Lista, comunico a todos os trabalhadores:

1. — Que considero grave a decisão do Tribunal, estranhando profundamente que ela haja sido proferida sem que eu tenha sido ouvido e lamentando que de tal decisão apenas no dia 21 haja sido notificado sendo assim posto perante um facto consumado por impossibilidade de fazer funcionar em tempo a possibilidade de recurso que anulasse tal sentença;
2. — Que considero tal decisão uma grave ingerência na vida do nosso Sindicato e uma tentativa de perturbar, senão alterar, o clima de unidade que existe entre todos os trabalhadores da hotelaria;
3. — No entanto, e para que maiores perigos não se corram, declaro a suspensão das eleições, para data a marcar oportunamente.

Apelo a todos os trabalhadores para que se unam em volta do seu Sindicato defendendo assim um dos seus mais elementares direitos que é o de eleger livremente e sem ingerências os seus corpos gerentes.

PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES!

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
ALBERTO PEDRO DA COSTA

VASCO LOURENÇO DENUNCIA

"Forças reaccionárias" instrumentalizam militares

Falando aos jornalistas que o acompanharam na visita ontem efectuada ao destacamento da serra da Carregueira e ao Regimento de Infantaria de Queluz, o general Vasco Lourenço, comandante da Região Militar de Lisboa, denunciou a instrumentalização de militares por «forças nitidamente reaccionárias, de direita», que acusa de estarem a dar «matizes políticos e tentanto, mais uma vez, desestabilizar a situação» com o caso dos oficiais do Quadro Permanente, oriundos de milicianos.

«Trata-se de uma cam-»

panha que dá a sensação de estar nitidamente bem montada. Aparece pela primeira vez, na sexta-feira, em dois textos do «Expresso» — num artigo propriamente dito e numa banda desenhada — é sintomático como, quer um quer outro, são apresentados» prosseguiu Vasco Lourenço, que revelou também estarem a ser feitos esforços desde o 25 de Abril para resolver a situação daqueles militares, tendo sido nomeadas comissões para o efeito, uma delas mista, com elementos oriundos do Quadro de Complemento.

dro de complemento.

«Mas ao fim e ao cabo salientou Vasco Lourenço não têm chegado a qualquer solução satisfatória para ambas as partes, de forma que o caso tem sido uma das preocupações do Estado-Maior do Exército. Mas neste momento estávamos a aproximar-nos de uma solução.»

O comandante da Região Militar de Lisboa considerou tratar-se de um problema profissional e que se actuará dentro do Regulamento de Disciplina Militar.

Acrecentaria ainda: «Contrariamente àquilo que tem sido dito, desde o início que me tenho interessado pessoalmente pela resolução deste problema, mas é difícil uma solução que agrade, porque, ao fim e ao cabo, praticamente todos, talvez com pequenas excepções, estão na situação legal em que devem estar, estão de acordo com as condições em que entraram e em que aceitaram entrar no Quadro Permanente, embora talvez a uma meia dúzia deles tenham sido feitas algumas outras promessas. É sempre o velho problema da hierarquia da competência.»

P.C.P. declinou convite para ir à N.A.T.O.

O P. C. P. declinou o convite para enviar um representante a uma reunião da N. A. T. O., marcada para o próximo dia 14 de Novembro, em Williamsburg, nos Estados Unidos.

A delegação portuguesa será constituída pelos deputados Vasco da Gama Fernandes, presidente da Assembleia da República, Álvaro Monteiro (P. S.), Barbosa de Melo (P. P. D./P. S. D.) e Amaro da Costa (C. D. S.).

A Assembleia da N. A. T. O. que se realiza em Williamsburg tem por objectivo «fazer compreender melhor aos parlamentares dos países membros a política e as actividades da organização» com vista à discussão dos problemas da N. A. T. O. nos respectivos Parlamentos nacionais.

Segundo uma notícia da France Press, seria a primeira vez que um país membro da N. A. T. O. enviava um deputado comunista como delegado, mas não existe qualquer obstáculo de natureza estatutária quanto a uma participação deste tipo, a não ser que os Estados Unidos lhe recusassem o visto de entrada.

Recorde-se que a posição do P. C. P. em relação à N. A. T. O. tem sido a que resulta do ponto de vista de que Portugal, em respeito pelos compromissos assumidos anteriormente e garantidos no dia 25 de Abril pelo Programa do M. F. A., deverá manter-se na N. A. T. O., mas sem qualquer reforço da participação militar e de bases estrangeiras no território nacional.

Por outro lado, a própria Constituição aponta para a «abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e

a justiça nas relações entre os povos».

Isto faz levantar sérias dúvidas à constitucionalidade de qualquer medida que signifique reforço da nossa participação em blocos militares.

Fernando Cascais e Renato Soares reintegrados na Anop

Os jornalistas Fernando Cascais e Renato Soares, chefe e subchefe de Redacção da Agência ANOP, foram reintegrados nas suas funções depois de cerca de oito meses de suspensão.

Ao comunicar esta decisão, a administração da empresa informa ter igualmente decidido pelo «encerramento dos procedimentos disciplinares que contra eles foram instaurados porque se considerou que a forma atribuída e ilegal como foram conduzidos determinou a sua nulidade».

Por seu lado, a Comissão de Trabalhadores e os delegados sindicais da ANOP, em comunicado conjunto, assinalam «com satisfação que a legalidade democrática prevaleceu sobre a arbitrariedade e a prepotência dos ex-administradores desta empresa».

Fernando Cascais e Renato Soares já hoje começam a exercer as suas funções.

«DIÁRIO DO ALENTEJO» REAPARECE

Henriques Pinheiro volta a ser o director do «Diário do Alentejo», jornal regionalista e independente, que, no próximo mês, reaparecerá em Beja.

Tendo visto a sua publicação suspensa em 31 de Agosto de 75, por dificuldades financeiras, o «Diário do Alentejo» conta com o regresso de José Moedas para a chefia da Redacção e ainda com o trabalho dos jornalistas profissionais Manuel de Sousa Tavares,

Em ARMAÇÃO DE PÉRA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA LAMI
Em ARMAÇÃO DE PÉRA o

Eduardo Godinho e Miguel Patrício.

PUB SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

AVENIDA VISCONDE DE VALMOR, 34 — LISBOA - 1
TELEFS.: 78 32 76 - 77 00 66

COMUNICADO

O SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA informa que conforme deliberação tomada por parte dos seus associados em plenário realizado no passado dia 18 na Voz do Operário vai ser extinta a «SECÇÃO DE ACHADOS» a partir do dia 1 de Novembro de 1976. Ao tomar-se esta decisão o plenário teve em conta que:

- A média de entrega de objectos achados no Sindicato é de 1,2 por dia;
- Não faz sentido um trabalhador estar ocupado exclusivamente ao serviço desta secção, havendo outros serviços do Sindicato que demonstram ser de maior interesse;
- No fim de cada semana todos os objectos entregues nesta secção transitam para o serviço de achados da P. S. P.

Neste sentido, avisam-se os interessados de que devem dirigir-se à «SECÇÃO DE ACHADOS» da Polícia de Segurança Pública, sita na Rua dos Anjos, 56-A — Lisboa.

Lisboa, 20 de Outubro de 1976.

A DIRECÇÃO



O Presidente da República quando visitava ontem, acompanhado pela esposa, a exposição do Cinco de Outubro

MOBILIZAÇÃO NOS PARTIDOS

Madeira prepara-se para receber Eanes

FUNCHAL, 22 — Ultimam-se os preparativos para a visita do Presidente da República, que deve chegar amanhã a esta cidade, a fim de presidir à sessão de abertura da Assembleia Regional da Madeira.

Da comitiva do general Ramalho Eanes, que viaja acompanhado pela esposa, fazem parte o Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, dr. Almeida Borges, um membro do Conselho da Revolução, o subsecretário de Estado da Administração Interna, maior

Hugo Rocha, o chefe da Casa Civil do P. R., dr. Henrique Granadeiro, o chefe de Gabinete, major José Pimentel, e os assessores dr. Macedo de Oliveira, Silva Costa, tenente-coronel Mário Cortesão, capitão Moreira Dias, e o ajudante-de-campo, capitão Sousa Pinto.

O avião da Força Aérea em que o Presidente e comitiva viajarão desde Lisboa, deverá aterrar pelas 10.30 horas no Aeroporto do Funchal, onde serão prestadas honras militares ao general Ramalho Eanes. O

Presidente seguirá depois para o edifício onde funciona a Assembleia Regional a fim de presidir à sessão de abertura.

Eanes fará a pé o percurso entre o edifício da Assembleia e o Palácio de S. Lourenço, onde se encontra instalado o Governo Regional.

O P. S., P. P. D. e C. D. S. distribuíram hoje comunicados apelando para que os seus militantes manifestem o seu apoio ao Presidente da República, nesta sua primeira visita oficial ao arquipélago.

PUB SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE PORTARIA, VIGILÂNCIA, LIMPEZA E ACTIVIDADES SIMILARES

COMUNICADO N.º 85
Lisboa, 14-10-76

CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CAMARADAS:

Por este meio convoco uma Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato no próximo

DIA 22 DE OUTUBRO, SEXTA-FEIRA
pelas 21 horas

nos seguintes locais:

Sede Central — Lisboa — Bombeiros Voluntários Lisbonenses
Rua Camilo Castelo Branco (ao Marquês de Pombal)
Delegação Setúbal — Salão Inatel — Praça da República
Porto — Círculo Católico — Rua Duque de Loulé
Coimbra — Salão do Inatel

com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Analisar, discutir e decidir sobre a alteração da alínea b) parágrafo 1, artigo 8.º dos Estatutos e do artigo 9.º do Regulamento Eleitoral dos mesmos.
2. Congresso de todos os Sindicatos Portugueses.

NOTA: a) A Assembleia Geral Extraordinária reúne no mesmo dia e à mesma hora nos locais indicados.
b) Deves trazer o cartão de sócio, bilhete de identidade ou outra identificação.

CAMARADA:
RECORTA ESTE ANÚNCIO E AVISA OS TEUS COMPANHEIROS DE TRABALHO.
NÃO FALTES. COMPARECE, PARTICIPA NA VIDA SINDICAL.
SÓS NADA SOMOS — UNIDOS VENCEREMOS.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
José Vale Dantas

Recepção no Palácio Foz

O secretário de Estado da Comunicação Social oferece hoje, às 20 horas, uma recepção no Palácio Foz aos adidos de Imprensa acreditados em Lisboa e a representantes das agências noticiosas que operam no nosso país.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO **Quartel-Mestre-General** **Direcção do Serviço de Intendência** **Conselho Administrativo**

01. — Faz-se saber que no Conselho Administrativo da Direcção do Serviço de Intendência, Travessa de Santo António da Sé, n.º 21, em Lisboa, se encontram abertos abertos os seguintes concursos públicos:

PARA DIVERSO MATERIAL DE AQUARTELAMENTO E ALOJAMENTO

N.º do concurso Público	MATERIAL	Data da entrega das propostas	Data da abertura das propostas
5/76	Balanças, fornos convecção, máq. de cozinha, marmitas autoclave e misturadores.	10/11/76 até às 19 horas	11/11/76 às 15 horas
6/76	Bancadas de lavagem, cepos, fritadeiras, máq. desc. batatas, mesas, tinas e trituradores	10/11/76 até às 19 horas	11/11/76 às 17 horas
7/76	Equipamentos p/Self Service	11/11/76..12/11/76 até às 19 horas	às 15 horas
8/76	Aspiradores, caloríferos, enceradoras, esquentadores, frigoríficos e ventoinhas de mesa	11/11/76 até às 19 horas	12/11/76 às 17 horas
9/76	Balcões bar, máquinas (registadoras, de sumos, de aquecer salsichas), grelhadores, ventoinhas de tecto, cadeirões, mesas e cadeiras	12/11/76 até às 19 horas	15/11/76 às 15 horas
10/76	Equipamento p/lavandarias	12/11/76 até às 19 horas	15/11/76 às 17 horas
11/76	Balanças P/ depósito, caixas p/ transporte de géneros de 100 e 2000 kg, câmaras congeladoras e frigoríficas	12/11/76 até às 19 horas	16/11/76 às 16 horas

02. Os cadernos de encargos que servem de base aos referidos concursos podem ser consultados todos os dias úteis das 14 horas às 19 horas excepto aos sábados.

O PRESIDENTE DO C. A.

Eliseu António de Aguiar
(ten. cor.)

PUB

INSTITUTO SUPERIOR **DE CONTABILIDADE** **E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA** **SERVIÇO DE MATRÍCULAS**

Avisam-se os interessados que o prazo das matrículas foi prorrogado até ao dia 30 do corrente.

O «Curriculum» do Bacharelato em Contabilidade e Administração é o seguinte:

1.º ANO

1.º Semestre

Contabilidade Analítica Exp. III
 Organização de Empresas
 Matemática I
 Noções Fundamentais de Direito I
 Economia Política I
 Introdução às Ciências Sociais I

2.º Semestre

Contabilidade Geral II
 Contabilidade Pública
 Matemática II
 Noções Fundamentais de Direito II
 Economia Política II
 Introdução às Ciências Sociais II

2.º ANO

1.º Semestre

Contabilidade Geral III
 Contabilidade Analítica de Exp. I
 Matemática III
 Direito Comercial I
 Economia Política III
 Economia grária

2.º Semestre

Contabilidade Geral IV
 Contabilidade Analit. de Explor. II
 Matemática IV
 Direito Comercial II
 Economia Política IV
 Contabilidade Agrícola

3.º ANO

1.º Semestre

Contabilidade Analítica Exp. III
 Organização Contabilística I
 História das Doutrinas Contabil. I
 Gestão Financeira I
 Matemática Financeira
 Fiscalidade de Empresa I

2.º Semestre

Contabilidade Analítica de Exp. IV
 Organização Contabilística II
 História das Doutrinas Cont. II
 Gestão Financeira II
 Probabilidades e Estatística
 Fiscalidade de Empresa II

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, 15 de Outubro de 1976.

A COMISSÃO DIRECTIVA

Nacional

Secção de Benfica do P.S. **apoia Reforma Agrária**

Um comunicado da secção de Benfica e S. Domingos do Partido Socialista, pronuncia-se sobre a «ofensiva da direita tendo em vista estrangular a Reforma Agrária através dos seus órgãos de Informação pretensamente independentes que tentam dividir o nosso partido em vésperas de Congresso».

Depois de afirmar que a Reforma Agrária está a ser atacada pela CAP «dominada pelos latifundiários expropriados e por expropriar e pela defunta finança agora exilada», pelo CDS, «instrumento político das forças atrás citadas», e pelos jornais de direita, o documento refere-se ao jornal «O Dia» que na sua edição de 15/10/76 «atacava o camarada Lopes Cardoso» sugerindo cisões dentro do Partido Socialista. Perante esta situação os militantes do PS de Benfica, reunidos em plenário decidiram repudiar «os torpes ataques à Reforma Agrária» e «manifestar total solidariedade política para com o camarada Lopes Cardoso».

No documento expressa-se ainda a firme disposição de

«lutar por todos os meios, no reforço da unidade do partido».

A terminar o comunicado denuncia «a acção divisionista

reaccionária e tendenciosa demonstrada pelos jornais «O Dia», «A Capital», «Jornal Novo» ao tratarem do tema publicado.

EM MACEDO DE CAVALEIROS

Dirigentes de Cooperativa **invadem ex-Grémio**

Segundo um documento enviado aos órgãos do Poder pela Comissão Liquidatária do ex-Grémio da Lavoura de Macedo de Cavaleiros, os indivíduos que constituem ilegalmente a direcção da Cooperativa Agrícola de Macedo de Cavaleiros assaltaram as instalações do ex-Grémio «tentando impedir a entrada da respectiva Comissão Liquidatária».

O documento revela o nome dos indivíduos comprometidos na invasão do Grémio entre os quais se destacam algumas figuras como o padre António,

da freguesia de Ala, o dr. Rodrigo Sendas, gerente do Banco da Agricultura em Macedo de Cavaleiros, João Malheiros, absenteista do concelho de Mirandela, José Rodrigues, de Vale de Porca (ex-chefe das milícias de Angola), Bernardo Afonso de Edroso, Mário Barracho, funcionário da Junta Nacional do Vinho, António Vila Franca, de Lamas, Eliseu José Ferreira, de Vale Benfeito, dr. Silva, advogado, retornado e outros.

Mais adiante assinala-se no comunicado que as instalações do ex-Grémio ficam «temporariamente encerradas até que a legalidade e a normalidade sejam repostas naquele organismo». Acrescenta-se ainda que «a Comissão Liquidatária é pois, alheia a todos os prejuízos que deliberadamente, os referidos indivíduos estão a causar à pequena e média lavoura a qual, em plena campanha de sementeiras, estava a ser beneficiada com o Crédito Agrícola, a distribuição organizada de adubos pelas respectivas aldeias, a análise de terras e mais».

Para uma maior compreensão da situação convém salientar que a actual direcção da cooperativa resulta do acto eleitoral que teve lugar em 25 de Julho considerado pelos trabalhadores da cooperativa e a Comissão Liquidatária do ex-Grémio como «uma farsa onde se cometeram as maiores ilegalidades». Aliás, em 1975 quando da campanha de «Maio Nordeste» tentou-se transformar a cooperativa num organismo ao serviço dos pequenos agricultores. Houve uma reacção das forças de direita do concelho onde o caciquismo impera. A cooperativa de Macedo de Cavaleiros inscrevia-se no sistema de «cooperativismo» de inspiração «camiliana» (Camilo Mendonça) — o homem forte do complexo do Cachão que devido às suas ligações com o fascismo foi afastado depois do 25 de Abril. Estes indivíduos que surgem agora de novo na direcção da cooperativa são os mesmos de antigamente ou dentro dos mesmos parâmetros políticos.

BANDA DE MÚSICA

PRECISA REGENTE

Resposta à Sociedade Filarmónica Capricho

. Bejense

R. da Moeda N.º 10—BEJA—Telefone 22467

BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
 PARA HOMEM E SENHORA

TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecção
 Av. 25 de Abril XXI, 5-D — Rua Infante 16, 55-C — LISBOA

C. P. — Caminhos de Ferro **Portugueses**

AVISO

CONCURSO

Até às 17 horas do dia 27 de Outubro de 1976, estes Caminhos de Ferro aceitam propostas para a exploração do bufete da estação de Torres Vedras.

A anuidade mínima a oferecer pela ocupação das instalações é de 12 000\$00 e os concorrentes devem depositar em qualquer estação da C. P. a quantia de 2 000\$00 e as respectivas propostas deverão ser feitas com base no programa do concurso e condições contratuais que os interessados poderão consultar nas seguintes estações e locais:

- Torres Vedras
- Malveira
- Bombarral
- Serviço Comercial da Região Centro
LISBOA (SANTA APOLÓNIA)
- Serviço Comercial de Passageiros
Estação de Santa Apolónia, 1.º andar
LISBOA-2

As propostas deverão ser feitas em carta fechada dirigida ao Serviço Comercial de Passageiros dos Caminhos de Ferro Portugueses, estação de Santa Apolónia, 1.º andar, Lisboa-2, acrescentando-se àquele endereço, no sobrescrito, o seguinte:

«Proposta para a exploração do bufete da estação de Torres Vedras».

Cooperativas **de Consumo** **preparam** **congresso**

Com vista à preparação do I Congresso das Cooperativas de Consumo, a realizar em Lisboa em data ainda não determinada, decorreu uma reunião na qual participaram representantes de unidades do distrito de Lisboa.

Nessa reunião, orientada por Carlos Pereira da Costa, dirigente da Cooperativa dos Bancários, foram debatidos assuntos relacionados com as despesas do congresso e a participação das cooperativas. Carlos

Nacional

Soares em S. Tomé: convite hoje?

O Primeiro-Ministro português, Mário Soares, deverá visitar a República Democrática de S. Tomé e Príncipe se se confirmar o convite que circula nos próximos da delegação são-tomense dizem ter-lhe sido formulado pelo primeiro-ministro Miguel Trovoada.

Aliás, o próprio chefe da delegação são-tomense não desmentiu o convite embora tenha remetido para a conferência de imprensa que dará esta tarde e em que deverá ser lido o comunicado conjunto da visita oficial de Miguel Trovoada.

Este convite era já detectável a partir do momento em que um diplomata do Gabão se deslocou, subitamente, a Lisboa para também convidar Soares a visitar Libreville: seguramente que o Governo de Omar Bongo, ao tomar conhecimento do convite a Soares para visitar S. Tomé, se apresou a tentar estender a viagem até à capital do Gabão, que fica a escassa meia-hora de voo de S. Tomé e Príncipe. Embora nada tenha sido dito até agora, importa recordar que Angola fica no caminho e para chegar a S. Tomé há que utilizar o aeroporto de Luanda...

As conversações prosseguiram esta manhã no Ministério dos Negócios Estrangeiros antes de, pelas 13 e 30, Miguel Trovoada ser conviva do ministro do Comércio Externo num almoço em Sintra, para que foram, igualmente, convidados os membros da delegação (nomeadamente ministros da Informação, Alda Espírito Santo, e do Trabalho, José Fret) e os secretários de Estado da Comunicação Social (Manuel Alegre) e do Comércio Externo (António Celeste).

Do conteúdo das conversações e da composição das duas delegações depreende-se que se deverá intensificar a cooperação com S. Tomé e Príncipe nomeadamente nos domínios do ensino, turismo, comércio e da formação profissional. O próprio primeiro-ministro de S. Tomé consideraria ontem, ao deixar o Palácio de Belém, após a audiência com o Presidente da República, que as relações entre os dois países são excelentes.

Esta tarde os hóspedes do Primeiro-Ministro português dão um passeio pelos arredores de Lisboa, após o almoço em Sintra, estando marcada para as 18 horas, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma conferência de imprensa de Miguel Trovoada.

O facto de a visita de Miguel Trovoada ser a primeira de um chefe de Governo estrangeiro

a Portugal, após a tomada de posse do Governo Constitucional, foi ontem destacado por Mário Soares no decurso do jantar que ofereceu ao seu homólogo africano. Soares recordaria, depois, o seu exílio em S. Tomé e o apoio que então lhe foi dado pelo actual ministro da Informação, a poetisa Alda do Espírito Santo que integra a delegação oficial.

«Desde o primeiro dia da independência do vosso país as nossas relações são excelentes», disse Mário Soares. «Nem foram necessários interregnos dolorosos ou demoradas negociações para que tal sucedesse. Estou certo que

das nossas actuais conversações resulta o desenvolvimento da nossa cooperação».

Soares insistiu depois no propósito de o Governo Socialista seguir uma política de integração europeia para afirmar que «esta opção em nada prejudicará as relações que mantemos e queremos desenvolver com os países africanos de expressão portuguesa a que estamos ligados por laços singulares».

A terminar o seu discurso o chefe do Governo português defendeu a formação de um Governo de maioria no Zimbábue, a aplicação de sanções à Rodésia e a independência da

Namíbia, nos seguintes termos: «Em relação a este ponto, comungamos com S. Tomé e Príncipe o mesmo tipo de preocupações. Portugal e S. Tomé e Príncipe vão ao encontro do consenso formado na comunicação internacional, seja na aplicação de sanções à Rodésia, seja na exigência de um Governo de maioria para o Zimbábue, seja no reconhecimento à independência da Namíbia com audição de todas as partes interessadas, e designadamente a SWAPO, seja finalmente na condenação do «apartheid» e no não reconhecimento da independência do Transkei».

F.E.P.U. ultima legalização de candidaturas

● Apoio da Lisnave e do M.D.M.

Depois de uma vasta campanha de adesões à Frente Eleitoral «Povo Unido», a qual se estendeu de norte a sul do País e ainda não pode ser dada por terminada, assiste-se agora ao início da legalização dos Processos de candidaturas para os órgãos de Poder local. Neste momento, é opinião da maioria dos observadores que a FEPU se apresenta como uma das forças mais organizadas e com maior implantação no que respeita às próximas eleições.

Ontem foram entregues na 1.ª Vara Cível do Porto e no Tribunal da Comarca de Oeiras os processos de candidatura da FEPU respectivamente para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto e para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesias (Amadora, Barcarena, Carnaxide, Oeiras e Paço de Arcos) do concelho de Oeiras.

No Porto, a lista para a Câmara Municipal é encabeçada pelo dr. Raul de Castro e a da Assembleia Municipal pelo prof. Ruy Luís Gomes; em Oeiras, Melo de Carvalho e Orlando Gonçalves lideram as listas para a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, respectivamente.

Também no Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia foram entregues os processos de listas concorrentes às eleições para as autarquias do concelho. Em 19 das 24 freguesias aquelas listas são apresentadas pela FEPU.

Entretanto, um comunicado da FEPU de Faro dá conta de que naquele distrito estão completamente formalizadas as listas para todas as Câmaras e Assembleias Municipais, faltando apenas ultimar os processos referentes a algumas Assembleias de Freguesia.

COMÍCIO NO PORTO

PORTO, 22 — A Frente Eleitoral «Povo Unido», apresentará esta noite, no cineteatro «Vitória», as listas concorrentes ao Município e à Assembleia de Gondomar que são encabeçadas respectivamente, pelo dr. Alberto Teixeira de Sousa e eng.ª Virgínia Moura.

Amanhã, no Pavilhão Académico do Porto realizar-se-á um comício — o primeiro da Frente Eleitoral «Povo Unido».

Participarão Ruy Luís Gomes e Raul de Castro, candidatos respectivamente, às presidências da Assembleia Municipal do Porto e da Câmara; e, ainda, José Tengarrinha e Carlos Costa.

LISNAVE APOIA FEPU

«Correspondendo às largas aspirações e iniciativas de uni-

dade reveladas com impressionante vitalidade em todo o País, trabalhadores de diversas tendências decidiram constituir na «Lisnave» uma Comissão Unitária de Apoio à Frente Eleitoral «Povo Unido» destinada a mobilizar a intensificar a participação dos trabalhadores da «Lisnave» nas listas unitárias às eleições para os órgãos do Poder local» — lê-se num comunicado dos trabalhadores daquela empresa hoje distribuído.

O comunicado, depois de enunciar os objectivos principais da FEPU acrescenta:

«A Frente Eleitoral «Povo Unido» base para uma ampla unidade de que o nosso povo precisa — sendo desde já legalmente constituída pela coligação dos partidos PCP e MDP/CDE e contando com a participação de democratas de diversas tendências, está aberta à adesão e cooperação de todos os partidos, homens, organizações, grupos, sectores e correntes de opinião democrática».

«Integrada neste amplo movimento unitário a popular a constituição na «Lisnave» da Comissão Unitária de Apoio à FEPU, com trabalhadores de diversas correntes políticas é um forte contributo para a uni-

dade de todos os democratas e para a vitória popular».

APELO DO MDM

PORTO, 22 — «O Movimento Democrático das Mulheres (Porto) apela a todas as mulheres, operárias, empregadas, intelectuais, donas de casa, para que apoiem o amplo movimento unitário existente e participem activamente nesta batalha em defesa dos interesses do povo, para a resolução dos principais problemas das mulheres» — afirma-se num comunicado «às mulheres do distrito do Porto» hoje tornado público pelo MDM a propósito das próximas eleições para as autarquias locais. «Não podendo estar alheio», diz ainda o comunicado «a esta grande batalha pela unidade e pela resolução dos problemas dos trabalhadores, dos jovens e das mulheres», O MDM salienta que o aparecimento da Frente Eleitoral «Povo Unido» (FEPU) veio «responder à exigência do movimento unitário de participar activamente nas eleições municipais para assim impedir a vitória das forças antidemocráticas e para que sejam resolvidos os problemas da habitação».

Unidades colectivas promovem Conferência da Reforma Agrária

Um balanço dos resultados da Reforma Agrária, com base nos inquéritos já preenchidos pelas unidades Colectivas de Produção será apresentado na próxima conferência da Reforma Agrária que se vai realizar em Évora, nos dias 30 e 31.

Esses resultados, de acordo com uma nota distribuída pela respectiva comissão organizadora, formada por representantes dos sindicatos agrícolas, de Beja, Évora, Portalegre, Santarém, Setúbal, Castelo Branco e Lisboa «serão a prova clara da vitória conseguida pelo glorioso proletariado do Sul no combate por uma agricultura nova ao serviço do povo português, contra o absentismo e

a sabotagem dos grandes agrários».

Na conferência da Reforma Agrária deverão participar cerca de três milhares de delegados da zona abrangida pela Lei das Expropriações, e ainda 250 convidados, de forma a constituir «um importante encontro unitário de operários agrícolas, pequenos e médios agricultores e técnicos progressistas» e nele se irão estabelecer «orientações para o novo ano agrícola». As teses centralizar-se-ão sobre alguns aspectos da luta pela Reforma Agrária, unidades colectivas de produção, crédito agrícola, contabilidade e gestão, salários e regalias sociais e organização de quadros.

P.S. de Macedo apoia Reforma Agrária

A secção do Partido Socialista de Macedo de Cavaleiros manifestou o seu apoio à Reforma Agrária e ao ministro da Agricultura, eng.º Lopes Cardoso, «contra o qual têm sido dirigidas as maiores calúnias».

Os militantes socialistas daquela vila do nordeste transmontano decidiram ainda «repudiar as afirmações produzidas pela CAP» no plenário de Rio Maior.



O ministro da Agricultura (bem disposto) encaminhando-se para a sala dos «Vips», onde tinha a Imprensa à espera

VOLTOU LOPES CARDOSO

Assinados com Israel acordos de cooperação no domínio da Agricultura

«Portugal tem algo a aprender com a experiência agrícola israelita» — afirmou o ministro da Agricultura, Lopes Cardoso, à sua chegada ao Aeroporto de Lisboa, depois da sua visita oficial a Israel.

«Para além de matéria relacionada com o meu sector, abordei outros assuntos nos contactos estabelecidos com as autoridades israelitas» — prosseguiu Lopes Cardoso. «Deste modo, embora a finalidade da minha visita não fosse travar conversações com vista ao estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, transmiti a posição do Governo português, que deseja esse estabeleci-

mento de relações, conforme foi divulgado na apresentação das linhas programáticas do gabinete socialista».

Os dois países estabeleceram, segundo o comunicado conjunto, acordos de cooperação no domínio da Agricultura, tendo ficado acordado que Israel colaborará na organização de um sistema de extensão agrícola em Portugal e na organização dos nossos agricultores em bases cooperativas, prestando, ao mesmo tempo, apoio técnico e económico às unidades familiares.

O ministro Lopes Cardoso convidou o seu homólogo israelita a visitar Portugal em data a fixar oportunamente.

cos, bens de equipamento, bens alimentares e matérias-primas». Por outro lado, os comerciantes reconhecem a «necessidade de uma política séria que permita o reequilíbrio da balança de pagamentos, mas não aceitam que sejam os comerciantes e trabalhadores do comércio a suportar o preço de todos os erros que os sucessivos Governos Provisórios foram acumulando e que o presente Governo Constitucional não parece em condições de remediar».

Poluição marítima

Para uma missão relacionada com a identificação e determinação de níveis de contaminantes em espécies marítimas encontra-se no nosso País o prof. E. Foyn, da Universidade de Oslo, grande especialista em problemas de poluição marítima. A sua vinda a Lisboa tem o patrocínio da Secretaria de Estado das Pescas.

Comerciantes de Lisboa protestam contra restrição às importações

No último plenário da União das Associações de Comerciantes de Lisboa foram aprovadas três moções nas quais os comerciantes protestam contra a aprovação governamental de diplomas restritivos das importações e chamam a atenção das autoridades para as graves consequências resultantes da aplicação das novas leis.

Numa das moções, os comerciantes consideram que os recentes decretos-leis põem em perigo milhares de postos de trabalho e a sobrevivência de muitas empresas que vivem da importação, lembrando que «mais de 85 por cento das importações do País são constituídas por produtos energéti-

Assim, os comerciantes reivindicam a «imediata revogação dos referidos decretos-leis e a abertura de conversações com todos os que tra-

Geral

Alterações à Lei Eleitoral para as autarquias

Alterações à lei que regula as eleições para as autarquias locais acabam de ser publicadas em suplemento ao «Diário da República».

O Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais, em comunicado ontem divulgado, dá conta dessas alterações:

«O Ministério da Administração Interna, através do Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais, no sentido de esclarecer dúvidas ultimamente suscitadas e de dar aos interessados informações correctas em matéria

eleitoral faz saber que acaba de ser publicado em suplemento ao «Diário da República» o Decreto-Lei n.º 757/76, de 21 de Outubro, que introduz algumas alterações ao Decreto-Lei n.º 701-B/76, de 29 de Setembro regulador do regime eleitoral para a eleição dos órgãos das autarquias locais.

«Assim, atendendo ao interesse que há na sua imediata divulgação transcrevem-se tais alterações:

Artigo 4 (Inelegibilidades)

1. Não podem ser eleitos para os órgãos do Poder Local:

c) Os funcionários dos órgãos representativos das freguesias ou dos municípios;

Artigo 5 (Incompatibilidades)

1. Nenhum cidadão pode candidatar-se ou pertencer simultaneamente a órgãos representativos de autarquias locais territorialmente integradas em municípios diferentes.

2. Nenhum cidadão pode candidatar-se, dentro do mesmo município, a mais de uma Assembleia de Freguesia.

3. Nenhum cidadão pode pertencer simultaneamente dentro do mesmo município:

a) À Câmara Municipal e à Junta de Freguesia;

b) À Câmara Municipal e à Assembleia de Freguesia;

c) À Câmara Municipal e à Assembleia Municipal;

d) Ao Governo da República ou das Regiões Autónomas e aos órgãos executivos das autarquias locais: Câmara Municipal e Junta de Freguesia.

4. O cidadão que se encontrar, após a eleição ou designação, na situação prevista no número anterior deverá optar

por um dos cargos e será substituído, enquanto durar a incompatibilidade, pelo seguinte na lista.

5. Durante o período da campanha eleitoral os candidatos têm direito à dispensa do exercício das respectivas funções, sejam públicas ou privadas, contando esse tempo, para todos os efeitos, incluindo o direito à retribuição, como tempo de serviço efectivo.

6. O direito previsto no número anterior é reconhecido aos funcionários do Estado e outras pessoas colectivas públicas e de empresas nacionalizadas durante o mandato, se as respectivas funções tiverem carácter permanente e sem prejuízo de opção que fizerem quanto a vencimentos. Se as funções não tiverem carácter permanente, o cidadão será dispensado, nos termos do n.º 5, apenas durante o funcionamento efectivo do órgão autárquico.

Artigo 13 (Preenchimento de vagas)

2. Sempre que se verifique uma vaga que não possa ser preenchida nos termos do número anterior, será ela preenchida pelo primeiro candidato ao eleito de acordo com o critério estabelecido no artigo 11.

Artigo 15 (Poder de apresentação de candidaturas)

1. ...
a) Pelos órgãos dos partidos políticos estatutariamente competentes ou por delegados por estes designados;

Artigo 17 (Apresentação de candidaturas)

2. ...
b) Porto:

1.ª vara — Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Assembleia de Freguesia do 1.º bairro (oriental);

2.ª vara — Assembleias de Freguesia do 2.º bairro (ocidental).

Artigo 18 (Requisitos formais da apresentação)

2. Os partidos políticos, coligações ou frentes de partidos e os grupos de cidadãos eleitores indicarão ainda um mandatário que os represente nas operações eleitorais. Deverá também ser indicada uma morada à sede do município para eleitos de aquele ser ali notificado.

3. Cada lista de grupos de cidadãos eleitores será ainda instruída com uma declaração de propositura, sendo as assinaturas reconhecidas nos termos gerais, comprovando os requerentes que se encontram recenseados na autarquia a que respeita a eleição. Em relação aos partidos políticos não representados na Assembleia da República, a prova da sua existência legal poderá ser feita num único documento para todas as suas listas que sejam apresentadas no mesmo

tribunal de comarca.

5. Na declaração de propositura por grupos de cidadãos eleitores, nos casos em que a presente lei o admitir, os proponentes ordenar-se-ão, à excepção do primeiro, e sempre que possível, por ordem alfabética correspondente à dos cadernos de recenseamento e serão identificados pelo nome completo e demais elementos de identificação.

7. As listas deverão indicar, além dos candidatos efectivos, suplentes em número não inferior a um terço, arredondado por excesso, daqueles, sendo todos eles identificados pelo nome completo e demais elementos de identificação.

Artigo 101 (Resultado das eleições)

Nos trinta dias subsequentes à recepção das actas de todas as assembleias de apuramento geral, a Comissão Nacional das Eleições elaborará e fará publicar na 1.ª série do «Diário da República» o resultado das eleições, de que conste:

Artigo 148 (Isenções)

b) Todos os documentos

destinados a instruir o processo de apresentação de candidaturas;

c) Todos os documentos destinados a instruir quaisquer reclamações, protestos ou contraprotestos nas assembleias de voto ou de apuramento geral, bem como quaisquer reclamações ou recursos previstos na lei;

d) Os conhecimentos notariais em documento para fins eleitorais;

e) As procurações forenses a utilizar em reclamações e recursos previstos na presente lei, devendo as mesmas especificar os processos a que se destinam.

Artigo 151 (Resolução de dúvidas e preenchimento de lacunas)

«O Governo poderá, por decreto conjunto do ministro da Administração Interna e do ministro da Justiça, ajustar e regulamentar os aspectos técnicos em relação aos quais, dada a falta de experiência deste tipo de eleições, se verifique a necessidade de reajustamentos.»

C.A.P. em pontas ou embolada?

A notícia passou despercebida à maioria dos leitores, mas não é de molde a oferecer dúvidas: a Confederação dos Agricultores de Portugal, vulgarizada como CAP, vai promover uma tourada. Um anúncio de um matutino de ontem era peremptório. A CAP empenha-se em conservar as tra-

dições recentes da direita portuguesa. E para encerrar a temporada taurina promove uma tourada, na Monumental de Santarém. Tipo primeiro ensaio, que poderá, eventualmente, repetir-se noutros locais.

Fernando Salgueiro, David Ribeiro Teles, José Samuel Lupi, Gustavo Zenkl, José Luís

Sommer de Andrade, e João Moura, acompanhados dos forçados amadores de Santarém e de Évora, abrilhantarão a reunião, que promete. Para que conste, será, no próximo domingo, 26, às 16 horas da tarde.

Com que fim...a ver vamos!

PUB

NOVA TARIFA DOS TRANSPORTES PUBLICOS. LINHA DE CASCAIS

Preços a vigorar a partir de 1 de Novembro de 1976 (PORTARIA 595-A/76)

Tipos de bilhetes		Classe	ZONAS		
			1	2	3
Simples	Inteiros	1.ª	9\$00	15\$00	20\$00
		2.ª	6\$00	10\$00	13\$00
	Meios	1.ª	5\$00	8\$00	10\$00
		2.ª	3\$00	5\$00	7\$00
Ida e Volta	Inteiros	1.ª	18\$00	30\$00	40\$00
		2.ª	12\$00	20\$00	26\$00
	Meios	1.ª	10\$00	16\$00	20\$00
		2.ª	6\$00	10\$00	14\$00
Semanais		1.ª	75\$00	120\$00	160\$00
		2.ª	50\$00	80\$00	105\$00
Assinaturas (Preço inteiro)	Mensais	1.ª	255\$00	360\$00	465\$00
		2.ª	145\$00	210\$00	275\$00
	Trimestrais	1.ª	615\$00	910\$00	1175\$00
		2.ª	410\$00	565\$00	730\$00
	Semestrais	1.ª	1075\$00	1690\$00	2240\$00
		2.ª	715\$00	1055\$00	1350\$00
	Anuais	1.ª	2040\$00	3120\$00	4050\$00
		2.ª	1360\$00	1925\$00	2470\$00
	Mensais	1.ª	155\$00	215\$00	285\$00
		2.ª	90\$00	125\$00	160\$00
	Trimestrais	1.ª	385\$00	545\$00	700\$00
		2.ª	255\$00	340\$00	430\$00
Assinaturas (Preço Reduzido) Jovens e Estudantes	Semestrais	1.ª	670\$00	1015\$00	1345\$00
		2.ª	445\$00	630\$00	810\$00
	Anuais	1.ª	1225\$00	1870\$00	2430\$00
		2.ª	820\$00	1155\$00	1485\$00

Como habitualmente as assinaturas podem ser renovadas a partir do dia 20, fazendo-se no entanto a cobrança pela nova tabela.

PUB

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE SETUBAL

COMUNICADO

Em seguimento ao teor das moções aprovadas pela Assembleia Geral deste Sindicato, em 13 de Outubro de 1976, entendeu a maioria dos elementos que compõem a actual Direcção, que não tinha neste momento a confiança dos trabalhadores.

Como forma de evitar divisionismos, de que foi acusada, porque deseja firmemente contribuir para a unidade dos trabalhadores portugueses, que só em verdadeira democracia será possível construir, entendeu essa maioria por bem demitir-se.

Durante estes meses que estivemos à face dos destinos do Sindicato, procurámos com honestidade e coerência cumprir o que nos propusemos.

Nem tudo foi possível, porque a Direcção se esfrangalhou. Continuar seria atrasar o movimento sindical, numa altura crítica, em que precisa do maior dinamismo, tendo em vista o Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses, que deverá constituir um marco do Movimento Sindical Português.

Não pactuamos, porém, com situações acomodaticias, nem abdicamos dos princípios que defendemos.

Assim vimos publicamente denunciar irregularidades que se passaram na Assembleia Geral.

Por falta de controlo nas entradas infiltraram-se na sala elementos estranhos ao Sindicato que por duas vezes tiveram de ser convidados a abandonar.

Ao finalizar o último ponto da Ordem de Trabalhos não foi permitido aos membros da Direcção usarem da palavra quando se propunham denunciar um Requerimento que consideram irregular no seu teor por não corresponder às moções anteriormente aprovadas, tendo sido imediatamente posto à votação e dando o Presidente por encerrados os trabalhos.

Por este facto assistimos seguidamente com alguns sócios que rodeavam a Mesa da Assembleia a cenas lamentáveis. Assim, denunciámos e condenamos a atitude do Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelos termos soezes e ameaças de agressão à nossa camarada de Direcção.

Perante isto apenas nos cabe perguntar:

— Quando será possível construir a Unidade dos Trabalhadores Portugueses?

Os elementos demissionários da Direcção

GUINÉ ANTES DE GUINÉ-BISSAU

Nhacra: um jornalista cercado pela mentira

PEDRO ALVIM

No mês de Janeiro de 1974 fui como enviado especial do «Diário de Lisboa» à Guiné. Eu e outros jornalistas. As manhãs eram de sol, as tardes quentes e as noites húmidas. Quando nos deitávamos, só conseguíamos dormir com uma ventoinha eléctrica à cabeceira. E quem, como eu, de boa-fé se encontrava em Bissau, tinha de ouvir o ruído do bombardeamento a que era submetida toda a região limítrofe da capital da ex-colónia portuguesa. «Que é isto?» — perguntei um dia a um miliciano. E o miliciano disse: «Os negros em armas aproximam-se cada vez mais — e, então, os aviões levantam e tentam tudo por tudo a fim de que Bissau não seja cercada.» Era uma explicação muito cautelosa, mas também muito inteligente. E eu compreendi tudo... (Estas reticências são endereçadas a certos jornalistas, cujos nomes vão mais adiante, que fingiam não acreditar no que os ouvidos ouviam). Verdade, verdade, desde já confesso aqui, com toda a amizade, que unicamente encontrei um jornalista que, por assim dizer foi o meu cicerone em Bissau: César da Silva, do corpo redactorial do «Diário Popular».

E cicerone porquê? Cicerone porque, tendo visitado várias vezes a Guiné, César conhecia os cantos à casa. Foi-me assim possível escapar ao programa oficial e contactar com a população de Bissau. E rotei. Vi isto e mais aquilo.

sobre o que andávamos a fazer:

«Então isto...?»

«Então aquilo...?»

E nós, sempre muito tranquilos, dizíamos das nossas visitas, das nossas compras, das nossas conversas. Batiam-nos

ir embora. A guerra colonial, já no estertor, era ainda uma realidade.

Uma realidade triste que dentro de pouco tempo (25 de Abril de 1974) seria totalmente destruída — mas que naquele mês de Janeiro, sob o comando de Bettencourt Rodrigues, ainda subsistia. Curioso: já Spínola (que depois recuaria no processo revolucionário) escrevia «Portugal e o futuro». O primeiro parágrafo do livro foi-me confidenciado por um oficial «já farto de estar na Guiné»... Claro que tudo quanto escrevi sobre estes pequenos pormenores a Censura cortou implacavelmente. Assim eram os tempos de então...

A VISITA OBRIGATÓRIA

Ora acontece que na véspera do primeiro aniversário da morte de Amílcar Cabral, eu me dirigi aos Correios a fim

dia 19 de Janeiro de 1974 (ver reprodução «fac-similada»):

«POSTO EMISSOR AVARIADO

BISSAU, 19 — (Do nosso enviado, via telefone) — O posto emissor de Nhacra do Emissor Regional da Guiné, localizado a 40 quilómetros desta cidade, encontra-se avariado desde 17 do corrente, segundo informação fidedigna que nos foi ontem prestada.

«De momento, estamos a tentar localizar as avarias» — disse ao nosso enviado um elemento responsável do Emissor Regional da Guiné, com sede na Avenida da República, principal artéria da capital guineense.

«A primeira cintura militar de Bissau situa-se presentemente a sete quilómetros da periferia da cidade».

Esta notícia (aliás parcialmente cortada foi enviada para a BBC, ignorando eu que tal tivesse acontecido. Ora como na Guiné de então toda a gente ouvia a BBC (ler mais adiante...), imediatamente os «amistosos» jornalistas que me acompanhavam (a mim e ao César da Silva) se enfureceram «jovialmente» e me meteram num automóvel a caminho da Nhacra.

«Aqui tem o posto emissor — disseram-se. — Veja lá se isto foi bombardeado.»

Obrigaram-me a visitar o posto sala por sala, sempre com as câmaras da RTP sobre mim. Eu já não podia mais com semelhante «interrogatório» — e uma vez cá fora, pensando encontrar-me já liberto de tal «perseguição», os «amistosos» profissionais da Informação ainda me obrigaram a dar uma volta pelo edifício. Noite cerrada — mas quem tem razão tem sempre olhos profundos... E, assim, fácil me foi descobrir uma larga fenda numa das paredes do posto emissor, bem como, no solo, parte de um aparelho que uns disseram ser de refrigeração e outros de captação de ondas sonoras. Fosse o que fosse — estava caído por terra, despenhado lá do alto. «Que tinha sido há dois anos...» — adiantou o operador da RTP, filmando tudo e mais alguma coisa. (No filme que passaram cá no Continente, via TV, nada disto se via: só o interior do posto emissor e mais nada).

«Convencido de que não houve bombardeamento?» — perguntaram-me já de regresso a Bissau.

Eu disse: «Juro que todas as tardes e todas as manhãs ouço um bombardeamento contínuo.»

«Mais nada...?»

«Mais alguma coisa. A fenda na parede não pode ter dois anos, uma vez que se mostra fresca, sem humidade, sem poros de bolor ou de outra vegetação qualquer...»

Silêncio no automóvel. Mais nada — e agora, leitor, chamamos a sua atenção para a «calompanha esta prosa. Prosa que é também uma homenagem a Amílcar Cabral. Pois a notícia que eu telefonei para o «DL» não foi mesmo na véspera do primeiro aniversário do «caíder» do PAIGC...?

metros, o que é superior à distância ontem percorrida de terra entre Nova Lamego e Bissau. O dr. Rebelo de Sousa, ministro do Ultramar visita a meio da tarde os serviços da Cruz Vermelha.

Posto emissor avariado

BISSAU, 19 — (Do nosso enviado, via telefone) — O posto emissor de Nhacra do Emissor Regional da Guiné, localizado a 40 quilómetros desta cidade, encontra-se avariado desde 17 do corrente, segundo informação fidedigna que nos foi ontem prestada.

«De momento, estamos a tentar localizar as avarias» — disse a este enviado um elemento responsável do Emissor

Regional da Guiné, na sede da Avenida da República, principal artéria da capital guineense.

A primeira cintura militar de Bissau situa-se presentemente a sete quilómetros da periferia da cidade.

Assistentes Sociais a impugnação dos Trabalhadores Corporati

O Sindicato dos Profissionais 59 ad

PEDIDA A CRIAÇÃO

Fotografei a preto e a cores. Estive no Cais do Pidjiguiti, onde dezenas e dezenas de negros foram massacrados pela tropa colonialista. E tudo por causa de uma diminuta reivindicação salarial... «Nunca nos esqueceremos daquilo» — disseram-nos os negros a César e a mim.

JÁ FARTO DE ESTAR NA GUINÉ

Ora acontecia que os outros jornalistas (cujos nomes vão mais adiante...) estranhavam muito as nossas ausências. E faziam-nos perguntas, usando um certo tom de brincadeira,

com a mão no ombro e atraíam-nos, «amistosos», com (mais ou menos) estas palavras:

«Continuem, continuem, que o tempo está bom...»

E nós, sem de nada desconfiarmos, lá fomos continuando com o nosso itinerário ao longo de Bissau. Nem sempre os dois lado a lado: às vezes eu sozinho, outras vezes ele sozinho. E quando já com muitos metros nos pés, muita caminhada suada, eu me sentava numa esplanada a beber lentamente uma cerveja, assistia ao estilhaço da calma e do sol: o som longínquo dos bombardeamentos sentava-se comigo à mesa, ficava ali até eu me

de, através do telefone, contactar com o «Diário de Lisboa».

E porque?

Porque a 40 quilómetros de Bissau, o posto emissor de Nhacra do Emissor Regional da Guiné, encontrava-se avariado. Era uma avaria um tanto suspeita...

«Foi ou não foi bombardeado?» — perguntei ao intendente (dr. Coelho da Silva) do Emissor Regional daquela antiga província ultramarina portuguesa.

A resposta foi negativa. Mas a verdade é que se notava um abaixamento de tensão que tinha afectado os telexes e os telefones. Assim sendo...

Assim sendo, telefonei para o «DL» a seguinte notícia no

SERVIÇO INTERNO

INFORMAÇÃO — PARECER — DESPACHO

Assunto: Notícia da B.B.C. acerca do Emissor de Nhacra - Guiné

Lmº Senhor

Inspector-Chefe

Sobre o assunto em epígrafe, e em cumprimento

da incumbência do Exmº Presidente, que me foi comunicada verbalmente por V.Exª, informo o seguinte:

1. A título particular, não comprometendo portanto a R.R. com a invocação de um inquérito formal, recolhi os possíveis elementos esclarecedores da situação junto de quem merece confiança política e profissional. Não pareceu conveniente nem necessário alargar os contactos a outras pessoas. Assim, os jornalistas Horácio Caio, do Telejornal da R.T.P., Handel de Oliveira, Redactor do «Diário de Notícias», antigo Redactor de «Época», e António Maria Ferro, Director da Agência A.N.I. (os dois primeiros, enviados especiais que acompanharam a visita de S.Exª o Ministro do Ultramar, quando da ocorrência em questão), não hesitaram em admitir que a notícia da B.B.C., segundo a qual aquele Emissor fora bombardeado, tenha sido fonte informadora a notícia do enviado do «Diário de Lisboa», Pedro Alvim, ex a do «Diário Popular», César da Silva, ou suas eventuais comunicações. Que tudo partira da notícia do «Diário de Lisboa», (que se junta em fotocópia) era, segundo se julga saber, a convicção dos próprios elementos da comitiva de S. Exª o Ministro. Aliás, o «Diário Popular» não chegou a publicar notícia sobre o caso. Também é unânime a informação de que os dois jornalistas, Pedro Alvim e César da Silva, não terão os mesmos pontos de vista e posições políticas do Governo.

2. Os jornalistas Horácio Caio e Handel de Oliveira não ouviram na Guiné a notícia da B.B.C.. Mas tiveram conhecimento dela por outras pessoas que a ouviram ali. Segundo declaração de um deles, na Guiné toda a gente ouve a B.B.C..

3. Acerca da ocorrência, o jornalista Handel de Oliveira acrescenta alguns pormenores. (Junta-se fotocópia de uma das suas crónicas a propósito). No primeiro dia da sua visita, os enviados especiais foram recebidos no nosso Emissor Regional. Aí se recordou que há dois anos o Emissor tinha sido atingido por estilhaços, mas sem quaisquer consequências. Os dois citados colegas dos vespertinos terão sido desportados, psicologicamente, para a iminência dos bombardeamentos. E quando na noite dessa mesma visita houve um abaixamento de tensão que nem afectou o Emissor, mas somente os telexes e telefones, pôs-lhe a conclusão: outro bombardeamento. No dia seguinte, 19, houve um telefonema de Pedro Alvim para o seu Jornal. Nesse mesmo dia, à noite, a B.B.C. deu a notícia do «bombardeamento». Como no dia imediato todos tivessem sido convidados pelo proprietário do novo hotel de turismo para um jantar, incluindo Pedro Alvim e César da Silva, alguém teve a feliz iniciativa de promover a visita ao Emissor «bombardeado» e assim decantir a atoarda. A visita fez-se à meia noite, depois do jantar. Todos puderam verificar — isso lhes foi dito — que ainda não sido reparada uma avaria, mas tudo o mais estava normal. Registou-se depois mais um telefonema de Pedro Alvim para o «Diário de Lisboa». A propósito, é lembrada a coincidência de ser colega de Pedro Alvim no «Diário de Lisboa» um jornalista Letria, irmão de um dos locutores da secção portuguesa da B.B.C..

4. Segundo informação do nosso correspondente em Londres, colhida em 22 do corrente, a B.B.C. não tinha dado qualquer notícia sobre este assunto do Emissor no seu noticiário em língua inglesa. Esclarece o mesmo correspondente, Redactor do serviço informativo, em inglês, da mesma B.B.C., que a secção portuguesa funciona como compartimento estanque. Ele próprio, não ligado às coisas de Portugal, não vê assim muito facilitada a sua comunicação com aquele sector. E por isso evita criar atritos. Não se estranhará, por via desta independência, que a secção portuguesa nem se sirva, afinal, do correspondente da B.B.C. (de toda a B.B.C.?) em Portugal, e prefira e cultive, como parece, outros informadores.

5. Uma questão que nos transcende é a da própria qualificação política dos enviados especiais nestas circunstâncias.

Com a maior consideração, respeitosamente,

Lisboa, 25 do Janeiro de 1974.

António Moreira da Silva
Subinspector

Nacional

Centro S.O.S.-Amizade evitará actos desesperados

A Liga Portuguesa de Higiene Mental vai criar no princípio do próximo ano um Centro SOS-Amizade baseado na ajuda telefónica a pessoas em situação de emergência, em perigo de suicídio ou qualquer

conflito psicológico que justifique uma intervenção urgente.

A iniciativa é apoiada pelo Instituto de Assistência Psiquiátrica e conta com um subsídio de 700 contos concedido pelo Gabinete de Estudos

e Planeamento destinado às instalações e formação de pessoal especializado. Com o funcionamento deste centro os dirigentes da Liga pensam vir a reduzir, em 15 por cento, a incidência de suicídios que entre nós atinge uma taxa de 10 por mil habitantes, cabendo a Lisboa o alto índice de 17 por mil habitantes.

As perspectivas de êxito baseiam-se nos resultados obtidos em centros localizados em vários países da Europa e nos Estados Unidos. Através do telefone SOS é possível estabelecer o contacto com uma pes-

soa disponível e atenta que encaminhará quem pede ajuda para instituições apropriadas que poderão apontar uma solução para os conflitos em causa.

O Centro SOS irá funcionar em termos de voluntariado nas 24 horas do dia com um mínimo de pessoal que permita uma rotação de dez em dez dias. Os responsáveis salientam que não se trata de exercer uma terapêutica pelo telefone mas de prestar apenas uma ajuda àqueles que achessem uma crise ou estejam na iminência de se suicidarem.

População de Mafra perdeu Posto de Socorros

A vila de Mafra continua privada do seu Posto de Socorros, na sequência de medidas tomadas pela autodenominada Comissão Instaladora do Hospital da Misericórdia que, sem ter dado conhecimento prévio de tais medidas ao respectivo director clínico, ordenou o encerramento «sine die» do referido Posto.

Este acto insere-se nas actividades antidemocráticas de uma «Comissão Instaladora» que sempre ignorou a Comis-

são de Trabalhadores do Hospital de Mafra.

Com efeito os elementos afectos àquela «Comissão» têm obrado constantemente para uma não-democratização do sector de saúde do conselho opondo-se, nessa base, à acção até agora desenvolvida pela Comissão Integradora dos Serviços de Saúde Locais (CISL) cujos objectivos tendem para a concretização de um plano local a integrar no futuro Serviço Nacional de Saúde, que permita as populações serem, desde já, atendidas nas instalações mais apropriadas para o efeito, independentemente de estarem ou não cobertas por qualquer esquema de segurança social.

Entretanto, e perante a vaga de protestos que o encerramento do Posto de Socorros está a provocar efectua-se amanhã, na Casa do Povo de Mafra, pelas 20.30 horas, um plenário para o qual é convidada toda a população do conselho.

PUB

CARRO ROUBADO

DATSUM - 1200 (VERMELHO)
HN - 55 - 14
CONTACTAR TELEFONE 70 84 03

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DE SANTARÉM MOÇÃO

Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém, reunidos em Assembleia-Geral Extraordinária, no dia 18/10/76, consideram que a posição do patronato, quer do sector grossista têxtil/armazenistas de Lanifícios, quer do sector da Panificação, é um dos sinais do avanço e recuperação do capital e do regresso de forças que pretendem aniquilar as conquistas e direitos dos trabalhadores.

Face a isso, decidem:

1. Fazer um apelo ao público em geral e em particular aos trabalhadores, para que compreendam e apoiem os trabalhadores que nestes sectores lutam por condições mínimas essenciais.

2. Repudiar a posição do patronato que pela sua atitude empurra os trabalhadores deliberadamente para a greve.

3. Exigir do Governo uma clarificação da sua posição face às manobras dos inimigos dos trabalhadores.

4. Encorajar os trabalhadores para que lutem com determinação até à vitória final da classe.

Santarém, 18/10/76 Aprovada por unanimidade

PROPOSTA APROVADA POR MAIORIA, EM ASSEMBLEIA GERAL DE 18/10/76

Considerando que os ataques à Reforma Agrária e ao Ministério da Agricultura e Pescas, enquadrados já na Campanha eleitoralista, encabeçados pelos partidos da direita e pela chamada CAP, não são mais que uma manobra reaccionária de direita altamente atentatória à via socialista e à democracia, que visa tolher o progresso social e o interesse dos trabalhadores.

Considerando que os interesses dos pequenos e médios agricultores estão a ser defendidos pela orientação definida pelo Ministro Lopes Cardoso, que corrige os abusos havidos durante a orientação doutros Governos.

Considerando que o processo de Reforma Agrária é prioritário e irreversível,

Os trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém, presentes em Assembleia Geral, vêm afirmar o seu apoio ao Ministro da Agricultura, e exigir que continue numa posição firme para o prosseguimento da Reforma Agrária.

18/10/76

MOÇÃO APROVADA POR MAIORIA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 18/10/76

O movimento Sindical, componente decisivo da luta de classes em Portugal, deve ser um movimento unitário, apartidário, democrático e de classe.

A fim de conseguir estas características, deve rejeitar todas as manobras da burguesia e do imperialismo, pelo que cabe aos trabalhadores lutarem pelos seguintes objectivos:

— defesa da unidade Sindical contra todas as tentativas de implantar o pluralismo Sindical;

— defesa da democracia interna nos Sindicatos e na central Sindical contra todas as manobras de cúpula, as práticas antidemocráticas e o afastamento sistemático dos Delegados Sindicais e dos trabalhadores, das decisões fundamentais;

— defesa da democracia interna contra todas as tentativas de infiltração da ideologia burguesa, nomeadamente o direito de tendência;

— defesa da autonomia e da independência do movimento Sindical face ao Estado, à Igreja e aos partidos políticos;

— defesa intransigente de uma linha de classe contra todas as tentativas de implantar a colaboração de classes;

— defesa de um Sindicalismo de combate sustentado numa orientação antifascista, anticapitalista e anti-imperialista.

Para a concretização destes objectivos têm os trabalhadores como medidas imediatas, de lutar por:

a) Não aos despedimentos;

b) Não à miséria, não ao aumento dos preços, superior ao aumento dos salários;

c) Não à ofensiva do Governo limitando o movimento Sindical através da legislação reaccionária e contrária aos interesses dos trabalhadores;

d) Pela discussão prévia por todos os trabalhadores acerca das leis em preparação:

— Lei Sindical;

— Lei dos despedimentos;

— Lei da Contratação Colectiva;

— Lei do controlo operário;

— Lei do direito à greve.

e) Não à exploração e opressão capitalistas.

Os capitalistas devem pagar a sua própria crise.

— POR UM CONGRESSO DEMOCRÁTICO DE TODOS OS TRABALHADORES PORTUGUESES

— POR UMA CENTRAL SINDICAL ÚNICA, DEMOCRÁTICA, APARTIDÁRIA E DE CLASSE

— PELA UNIDADE POPULAR, GARANTIA DA VITÓRIA SOBRE O CAPITALISMO, O IMPERIALISMO E O FASCISMO.

18/10/76

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS DO SUL E ILHAS ADJACENTES

ACTUAÇÃO CRIMINOSA

CONTRA OS TRABALHADORES

DO "REPÚBLICA"

Os trabalhadores do jornal «República» estão a ser alvo de uma actuação verdadeiramente criminosa por parte da Administração a quem o Conselho da Revolução devolveu a gestão da empresa.

Desde há seis meses que os trabalhadores não recebem salários e há dez meses que se encontram sem trabalho, permanecendo as instalações fechadas, com maquinaria e papel a deteriorar-se.

Os trabalhadores desde há meses que através do seu Secretariado representativo defendem os seguintes pontos:

- a) direito ao trabalho
- b) pagamento de salários
- c) reabertura do «República» como jornal diário

A Administração que ao receber as chaves, ficou obrigada por despacho ministerial de 4 de Março deste ano, a apresentar «propostas de solução dos aspectos financeiros e laborais da empresa», decidiu ultimamente desviar das instalações do «República» bens inventariados oficialmente para outra empresa, concretamente a «Luta», que aliás foi fundada após abandono da Editorial República e intervenção do Conselho da Revolução que nomeou uma comissão Administrativa e um Director.

É falso que os trabalhadores alguma vez tenham estado em autogestão ou tenham exercido qualquer forma de controlo operário na empresa.

— Ao desviar o património do «República» para outra empresa; — Ao desprezar a Constituição Portuguesa, artigo 56.º, que estabelece os direitos dos órgãos representativos dos trabalhadores;

— Ao não pagar salários desde Maio, aos trabalhadores, nem se importar com o envio das folhas de desconto para as Caixas de Previdência;

— Ao pressionar os membros do Governo a não executarem as decisões do Conselho da Revolução de 29 de Abril de 1976, que apesar de ambíguas, obrigavam a Administração ao cumprimento da Constituição e das Leis do Trabalho;

— Ao pressionar através do Governo que os meios de comunicação social exercessem uma feroz censura sobre todas as declarações do Secretariado dos Trabalhadores do «República»;

A Administração da Editorial está a proceder criminosamente, lançando os trabalhadores na miséria, cobrindo-os de ultrajes e calúnias e manipulando um Governo contra os interesses dos trabalhadores, que ao longo de muitas dezenas de anos provaram já que estão ao lado do Povo.

É difícil acreditar que os accionistas da empresa estejam na sua maioria conviventes com a Administração, neste caso de retaliação política aliás injustificada, pois foi o Conselho da Revolução quem já publicamente reconheceu as responsabilidades administrativas no caso «República».

PAGAMENTO IMEDIATO DOS SALÁRIOS AOS TRABALHADORES

REPÚBLICAÇÃO IMEDIATA DO JORNAL «REPÚBLICA»

FIM À POLÍTICA DE RETALIAÇÃO DO GOVERNO

TRIBUNAL CÍVEL

DA COMARCA

DE LISBOA

6.º Juízo

ANUNCIO

O Doutor José da R. L. Martins Alves, Meritíssimo Juiz de Direito do Sexto Juízo Cível da comarca de Lisboa, FAZ SABER QUE neste Juízo e primeira Secção, nos autos de pedido de habilitação de sucessores requeridos por CIMPOMO EL — Comércio Importador de Automóveis e Acessórios, SARL, contra os incertos do falecido réu José dos Santos Coutinho, que foi domiciliado em Lisboa na Avenida 5 de Outubro, n.º 142, 1.º, d.º., correm editos de trinta dias, contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando aqueles incertos para, no prazo de oito dias, contestarem a habilitação, sob pena de serem julgados sucessores daquele falecido, para com eles prosseguir a causa principal, conforme tudo melhor consta da respectiva petição inicial, cujo duplicado se encontra junto por linha aos autos. Para constar se passou este e mais dois de igual teor para serem devidamente afixados. Lisboa, treze de Outubro de mil novecentos e setenta e seis.

Verifiquei:
O Juiz de Direito,
(José Guilherme R. L. Martins Alves)

O escrivão,
(António Moreira)

TRIBUNAL CÍVEL

DA COMARCA

DE LISBOA

1.ª Vara

ANUNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que começará a contar da 2.ª publicação deste anúncio.

Execução de sentença condenatória. N.º 4968-F. 1.ª secção Exequentes Dr. Luis de Carvalho e Oliveira, advogado.

Executado — Herdeiros incertos de Alice Augusta May Totta e irmã Amélia Augusta May Totta de Sousa, residentes que foram na Vivenda Rafaela, Azinhas do Mar-Sintra.

Lisboa, 8 de Outubro de 1976

O Corregedor,
(António Manuel de Lemos Garcia da Fonseca)

O Escrivão de Direito,
(João Alves)

Trabalho

BANCÁRIOS: AS RAZÕES DE UMA DEMISSÃO

"Carta Aberta" é cartada do capital

Por ter chegado à conclusão de que lhe era impossível «defender uma perspectiva sindical correcta contra a tendência que hegemoniza a Direcção e que agora se lança numa aventura que não podia ter o meu acordo» conforme nos disse — Telmo Vieira apresentou no passado dia 18, o seu pedido de demissão da direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Sindicalista cuja experiência remonta às lutas de 1969 e anos seguintes, com as grandes manifestações de rua, o célebre plenário invadido pelos pides, a prisão de Daniel Cabrita, Telmo Vieira apontou-nos a grave responsabilidade de que os bancários con-

traíram na batalha contra o fascismo e sublinhou que, numa altura marcada por clara ofensiva da direita, a unidade dos trabalhadores é mais do que nunca necessária.

«A unidade está a ser minada e a 'Carta Aberta' transformou-se em cavalo de Tróia daqueles que apostam no pluralismo sindical, monopólios e grande patronato, agora empenhados em furiosa batalha pela recuperação capitalista», considerou Telmo Vieira.

O dirigente demissionário, depois de referir terem sido muitos os erros cometidos pelo actual Secretariado da Intersindical, erros muitos deles reconhecidos pelo próprio secretariado, vincou no entanto, que

«é impossível ignorar que são cerca de 170 os sindicatos filiados na Inter, representando à volta de um milhão e 400 mil trabalhadores, enquanto não chegou a atingir os cinquenta o número de sindicatos subscritores da «Carta Aberta», alguns sob direcções que defendem inequivocamente o pluralismo sindical. Entretanto, vários foram já os Sindicatos que abandonaram o grupo da «Carta», pelo que se torna cada vez mais diminuto o número de trabalhadores aderentes àquele documento».

Colocada perante esta situação, que fez a direcção dos Bancários do Sul e Ilhas? Responde Telmo Vieira: «Aliou-se aos pluralistas, que, na sua qualidade de «joguetes» do capitalismo, aguardam o momento azado para cobrarem os seus dividendos. Por outro lado, a direcção (consta do seu programa) apontou sempre para a luta no seio da Intersindical, não transplantando os problemas dos trabalhadores para fora das suas estruturas. Não se compreende agora, portanto, que a direcção, assim como os outros membros da «Carta Aberta», venham apregoar que a Central Única nunca existiu, que nunca teve valor, que os trabalhadores estavam divididos».

«Dividir para reinar» — comenta Telmo Vieira, que acusa ainda:

«A direcção omitiu as conclusões das reuniões tidas em

7 e 13 do corrente com o secretariado da Intersindical e CNOP, porque não está interessada na transformação da Inter, mas apenas em alimentar animosidades contra o actual secretariado da Central Única. Os Bancários devem saber também que a moção dada como aprovada no plenário da FIL (de fidelidade à «Carta Aberta») foi aprovada em reunião de cerca de 500 delegados sindicais por uma maioria de 31 votos, aparecendo muitos pluralistas apenas no momento da votação».

Quanto à aprovação da moção no discutido plenário da FIL onde estavam cerca de seis mil trabalhadores, aquele sindicalista afirmou que «ninguém, em boa consciência, pode afirmar de que lado estava a maioria, apesar de ter havido duas votações».

«O mais grave de tudo isto conclui Telmo Vieira é que a «Carta Aberta» nada mais é neste momento do que uma «cartada» do capital. Eu não podia aceitar que o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, pelo comportamento da sua direcção, servisse de trampolim às forças que visam o pluralismo sindical e, objectivamente, o capital. Não se pode ignorar que existe em Portugal uma luta de classes. É preciso definir — Governo incluído — de que lado se está. A minha demissão corresponde a esta ideia. Por mim, deixei de estar com a direcção».

Quem são os agitadores?

«Quero agradecer calorosamente aos países escandinavos a sua contribuição para a campanha de recolha de fundos para Portugal. Isso permitiu-nos pagar a três agitadores. Agora, depois das eleições parlamentares, poderemos apoiar os sindicatos democráticos contra a dominação comunista da Intersindical».

Quem agradece é o sr. Charles Ford, secretário-geral da Federação Internacional dos Têxteis, organização filiada na CISL (confederação internacional hegemónica pelos americanos e constituída a partir de uma cisão na Federação Sindical Mundial). O sr. Ford confessa assim, muito claramente, o recrutamento de três agitadores para apoiar em Portugal os sindicatos «democráticos» contra o que qualifica de «dominação comunista» da central sindical dos trabalhadores portugueses.

Estas afirmações, proferidas durante o Congresso dos Sindicatos Têxteis da Suécia realizado em Estocolmo em fins de Agosto, foram agora divulgadas entre nós pelo «O Diário», em termos que não deixam qualquer margem para dúvidas: a atestá-las, aquele matutino exhibe cópia fotográfica das actas do congresso.

Impõe-se como conclusão aquilo de que já se suspeitava: capitaneados pela central americana AFL-CIO,

porta-voz dos interesses mais retrógrados do grande patronato imperialista e da CIA, forças internacionais hostis à libertação dos trabalhadores fomentam no nosso País a desagregação das organizações dos trabalhadores. Deste trabalho de sapa sabiamente desenvolvido por agitadores regiadamente pagos, beneficiam directamente os autoproclamados sindicatos «democráticos», sindicatos cujas direcções preparam desde há muito a divisão do movimento sindical português e o seu enfraquecimento perante as estruturas de classe do patronato reaccionário. «Democracia» da mais pura linha do grupo da Carta Aberta, que se encontra em adiantado estado de decomposição graças à intervenção, em tempo, dos trabalhadores portugueses.

Felizmente, estes não são parvos. Documentos como este, agora divulgado, só podem contribuir para retirar quaisquer ilusões porventura ainda existentes em alguns sectores, para reforçar as forças da unidade e do progresso. O próximo Congresso dos Sindicatos não deixará de ser, por isso, uma poderosa machadada em quantos, no País e fora dele, conspiram para dividir, sabotar e enfraquecer a organização dos trabalhadores.

E. L.

Súbita decisão judicial suspende eleições na hotelaria

As eleições dos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria marcadas para hoje, foram adiadas para data a fixar, por decisão do juiz da 5.ª Vara do Tribunal Judicial de Lisboa que considerou procedente um recurso apresentado por uma lista que pretende concorrer às eleições, e que, por ordem, corresponde à designação de lista «D».

A lista D que se apresentou às eleições fora do prazo marcado para as mesmas, viu a sua candidatura rejeitada pelo presidente da Mesa da Assembleia, pelo que recorreu ao Tribunal, que suspendeu as eleições «pelo tempo mínimo indispensável à realização do processo eleitoral».

O presidente da Mesa da Assembleia Geral só ontem, véspera da data marcada para

as eleições e sem tempo para a interposição de um recurso, foi notificado pelo tribunal para tomar conhecimento da decisão judicial. Em comunicado ainda ontem distribuído aos sócios o presidente da Mesa considera grave a decisão do tribunal e manifesta estranheza pelo facto de ter sido proferida sem que ele tivesse sido ouvido.

Entende também que se trata de uma grave ingerência na vida do Sindicato e uma tentativa de perturbar o clima de unidade que existe entre os trabalhadores, e apela a todos os trabalhadores para que se unam em volta do seu Sindicato, «defendendo assim um dos seus mais elementares direitos que é o de eleger livremente e sem ingerências os seus corpos gerentes».

INTERSINDICAL

Art.º 58 da Constituição é para cumprir

«É indispensável que os trabalhadores, unidos e organizados, continuem a defender o rigoroso cumprimento da Constituição» — afirma-se num comunicado da Intersindical sobre a reunião efectuada no passado dia 20, no Ministério do Trabalho, com a presença de representantes da Inter.

Nessa reunião foram divulgadas as grandes linhas a que devem obedecer alguns dos projectos-leis, anunciados por aquele Ministério. A Intersindical Nacional reafirmou então «a posição assumida e defendida pelo Movimento

Sindical quanto à forma a que deve obedecer a participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho, para se dar cumprimento ao art.º 58 da Constituição, rejeitando que tais reuniões pudessem ser entendidas como consulta aos trabalhadores.

Apesar da alteração verificada na posição inicialmente assumida pelo Ministério do Trabalho continua o comunicado da Inter — ela não dá ainda satisfação às exigências dos trabalhadores na elaboração da legislação em causa.

Greve no calçado

Cerca de doze mil trabalhadores do sector do calçado e afins, dos distritos de Aveiro e Coimbra vão entrar em greve a partir da próxima segunda-feira.

Essa decisão foi tomada ontem no decorrer de um plenário realizado em S. João da Madeira, e no qual foi rejeitada a tabela salarial proposta pelo patronato.

PORTO

88 por cento dos trabalhadores representados na preparação do Congresso dos Sindicatos

Em conferência de Imprensa efectuada ontem na sede da União dos Sindicatos do Porto a Comissão Dinamizadora Distrital (C.D.D.) do Congresso de

Todos os Sindicatos informou que foram realizadas mais de trezentas reuniões no distrito e distribuídos cerca de 180 mil projectos de regulamento do

Congresso, e que os sindicatos directamente empenhados nos trabalhos preparatórios representam cerca de 88 por cento dos trabalhadores do distrito.

A C.D.D. do Porto participou também em reuniões nos distritos de Braga, Viana do Castelo, Bragança, Viseu e Vila Real. Foram dados a conhecer os manifestos-tipo que abarcam no essencial as posições tomadas pelos trabalhadores em centenas de moções aprovadas em assembleias gerais, reuniões de delegados sindicais e plenários de zona e de empresa, com a participação de muitos milhares de trabalhadores. Nesses manifestos expressa-se nomeadamente o desejo de reforço da unidade do movimento sindical para a conquista e cumprimento dos contratos e combate aos despedimentos e aumento de custo de vida, além do apoio à realização do Congresso para a reestruturação da Intersindical — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses, e defesa da central única com regulação do pluralismo sindical e manobras dos que pretendem dividir os trabalhadores.

Neste fim-de-semana tem lugar nova reunião de sindicatos para a preparação do Congresso, culminando o debate realizado com os trabalhadores sobre o projecto do debate realizado com os trabalhadores sobre o projecto do regulamento.

SINDICATO DOS ESCRITÓRIOS

Requerentes da Assembleia de 14 exigem segunda sessão

Os sócios do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa que requerem a realização da assembleia geral extraordinária do dia 14 divulgaram um comunicado em que analisam os acontecimentos então verificados, propondo que se exija da mesa da assembleia a continuação da reunião suspensa, «a fim de discutirmos e encontrarmos, democraticamente, as respostas aos nossos anseios».

O comunicado sugere, ainda, a realização de plenários em todos os locais de trabalho, com a presença de representantes do Sindicato, «para discussão e esclarecimento dos factos vergonhosos» ocorridos na última assembleia, devendo as conclusões que forem aprovadas ser divulgadas junto dos órgãos de comunicação social e dos subscritores do comunicado.

«Requeremos uma assem-

bleia geral extraordinária porque, como todos os sócios sabem, a contratação está paralisada; os sócios com problemas laborais são mandados para a burocracia sindical; os trabalhadores de escritório perseguidos pelo patronato ficam à mercê dos tribunais e das leis que estes ainda aplicam; o número de delegados sindicais baixou, em menos de um ano de gerência, em cerca de um milhar; a democracia interna do sindicato era espezinhada, e os sócios perderam o hábito de ir ao sindicato, pela política desmobilizadora da direcção; e também para discussão do Congresso de todos os Sindicatos» — lembram os subscritores, que considerem estes problemas actuais.

O comunicado lembra, o protocolo verificado na marcação da Assembleia, que fora pedida para 13 de Setembro,

e responsabiliza os corpos gerentes do Sindicato pela presença de pessoas estranhas ao Sindicato durante a reunião. Denuncia, ainda, a presença de seis trabalhadores junto da mesa de inscrição dos oradores antes mesmo das portas terem sido abertas para o conjunto dos sócios.

Os subscritores do pedido da assembleia extraordinária declaram também a sua oposição ao referendo proposto pelo conselho fiscalizador do Sindicato, que visa subscrever um documento da direcção de apoio às posições da Carta Aberta e propõe a não participação no Congresso de Todos os Sindicatos. «Esta técnica de referendar sem qualquer discussão, se as abstenções contarem a favor, faz-nos lembrar práticas que todos nós queremos esquecer», afirma.

Comício da C.I.L. esta noite

A Cintura Industrial de Lisboa promove esta noite, no Pavilhão Gimnodesportivo Sacavenense, um grande comício para debater a situação das empresas em autogestão, intervenções ou cooperativas. No comício será discutida a legislação já publicada e a proposta que os trabalhadores apresentarão na Assembleia da República e a outros órgãos do Poder.

Salientando, que compete aos trabalhadores participar directamente no desenvolvimento económico-político-social do País, a C. I. L. chama a atenção, em comunicado, para o período de recuperação capitalista que as forças mais reaccionárias e conservadoras estão a desenvolver, de que são exemplos os casos da Sanimar e da Intento.

Nacional

As forças da direita e do capital estão na ofensiva, e a evolução da situação política mostra-o bem. Nos bastidores, mas igualmente à luz do dia, como se vê lendo certa imprensa, os encontros, as declarações e as manobras — a nível civil, mas também militar — contra as conquistas da Revolução portuguesa, multiplicam-se.

A posição do Governo socialista não é fácil: as forças da direita abandonam a reserva táctica em que se mantiveram durante algum tempo relativamente ao Governo, para o combaterem, agora, frontalmente, enquanto alguns sectores da esquerda reagem vivamente a certos aspectos da política do Governo.

Num quadro desta natureza, impugna-se que ouvíssemos um dirigente de um partido — o P.C.P. — cuja

posição pode ser determinante na evolução daquela mesma situação política. O dirigente escolhido foi Octávio Pato, membro do Comité Central do P.C.P., e ex-candidato à Presidência da República. Durante cerca de duas horas interrogamos Octávio Pato sobre os problemas-chave do momento político presente.

No decorrer dessa conversa, foram abordados não só problemas relativos às eleições para as autarquias locais, como questões ligadas à vida sindical e à ofensiva das forças da direita e do capital contra as conquistas da Revolução de Abril.

A política do Governo Socialista foi, naturalmente, objecto de largas considerações da parte de Octávio Pato, que nos falou também da alternativa do P.C.P. para a crise.

«DL» — As eleições para as autarquias locais aproximam-se. Como é que o P.C.P. encara estas eleições? Quais são, hoje, as perspectivas da Frente Eleitoral Povo Unido? A nível local, essa Frente tem podido alargar o quadro unitário que pretende assumir?

OCTÁVIO PATO — Para nós, as eleições para as autarquias locais fazem parte de uma mesma batalha: a batalha pela consolidação da democracia portuguesa, e de uma mesma luta: a luta que visa bater a reacção.

Tal como as eleições para a Assembleia Constituinte e as eleições para a Assembleia da República, a nossa opinião é que estas eleições para as autarquias locais podem também constituir um contributo da maior importância no sentido de assegurar uma maioria democrática nas autarquias locais no plano nacional, e derrotar os objectivos que estão contidos na participação do C.D.S. e do P.P.D., que procuram através destas eleições dominar a maior parte das municipalidades portuguesas.

A Frente Eleitoral Povo Unido está, a nosso ver, a corresponder plenamente aos objectivos que presidiram à sua criação, e até podemos mesmo dizer que está a ultrapassar as perspectivas iniciais na medida em que a adesão de várias pessoas e de várias tendências políticas aumenta à escala nacional. Mesmo em certas regiões ou localidades onde inicialmente houve certas hesitações, verificamos que muitas pessoas, das mais diversas tendências, e muitas outras que não estão inscritas em qualquer partido, estão a dar a sua adesão à Frente Eleitoral Povo Unido, o que constitui um aspecto muito animador no sentido de se criar uma ampla frente, sem carácter partidário, para bater a reacção e consolidar as forças democráticas.

«DL» — Que política pensa seguir o P.C.P. para recuperar os votos que perdeu aquando das Eleições Presidenciais?

OCTÁVIO PATO — Essa ideia de que nós fomos derrotados nas Eleições Presidenciais, ou a ideia que está muitas vezes subjacente a esse género de questão, ou seja, que o P.C.P. viu então enfraquecida a sua influência, é uma ideia que a prática está a demonstrar plenamente não corresponder à verdade.

Quando nós decidimos defender listas unitárias, enquadradas na Frente Eleitoral Povo Unido, não foi de maneira nenhuma uma manifestação de fraqueza por parte do partido, mas sim pela consideração que essas listas, pelas próprias características das eleições

para as autarquias locais, eram a melhor base para se desenvolver a luta para bater a reacção.

Além disso, dizemo-lo também com o objectivo de forjar uma ampla unidade de todos aqueles que estão realmente com a democracia e com as conquistas fundamentais da nossa Revolução, e designada-

tos numa municipalidade ou numa freguesia teria o domínio absoluto nessa municipalidade ou freguesia, é óbvio que estão a defender um princípio anticonstitucional, que conduziria a um monopólio de um partido sobre o conjunto das outras forças políticas que não apoiariam esse partido. Aliás, é o que sucede em certa medi-



Octávio Pato: «Aqueles que estão a lutar pela divisão do movimento sindical são precisamente aqueles que também lutam pelo restabelecimento dos monopólios»

mente pela defesa da Constituição.

«DL» — Têm sido feitas certas críticas à lei que regula estas eleições, dizendo-se, nomeadamente, que ela procura partidizar a vida local, em prejuízo da intervenção organizada de grupos de cidadãos e da eficiência administrativa. Qual é a sua posição sobre o assunto?

OCTÁVIO PATO — É evidente que há certos aspectos da lei com os quais nós não concordamos, e já manifestámos a nossa discordância e objecções. Mas alguns daqueles que fazem certas críticas à lei são precisamente os que desejariam liquidar o carácter da proporcionalidade que está estabelecido na Constituição.

O C.D.S. e o P.P.D., em particular, quando defendem a ideia de que aquele partido que tivesse uma maioria de vo-

da quando o P.S., no plano nacional, forma um Governo minoritário e procura governar sozinho, ou quando o P.P.D., e também, nos Açores e na Madeira, procura dominar sozinho e impor a todas as demais forças políticas a sua vontade.

Não temos dúvidas que isto nada tem a ver com os princípios verdadeiramente democráticos; estes exigiriam, pelo contrário, que todos os partidos, independentemente da força que têm a nível nacional ou local, tivessem uma representação de acordo com a força de que dispõem ou na freguesia, ou na municipalidade ou no País.

A QUESTÃO SINDICAL

«DL» — Um outro acontecimento de grande importância que se anuncia em breve é

Entrevista conduzida por J. CÂNDIDO DE AZEVEDO

o Congresso dos Sindicatos. Crê que o Movimento Sindical poderá unir-se na base de uma plataforma que assegure não só a luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores, a luta contra a recuperação capitalista e, ainda, garanta um funcionamento interno da Central Sindical verdadeiramente democrático?

OCTÁVIO PATO — A agudeza da questão em torno do Congresso Sindical reflecte o mesmo problema que está por detrás do caminho a imprimir à vida política portuguesa, isto é: ou Portugal é encaminhado na via do socialismo, ou o nosso País é encaminhado na via da recuperação capitalista. Eu creio poder dizer, sem quaisquer dúvidas, que aqueles que estão hoje a trabalhar para a divisão do Movimento Sindical são precisamente os mesmos que procuram encaminhar o País na via da recuperação capitalista. Não são, portanto, problemas que estejam dissociados.

Na verdade, os que defendem a unidade do Movimento Sindical, a unidade dos trabalhadores, são precisamente os mesmos que defendem a consolidação do processo democrático, a consolidação das nacionalizações, da Reforma Agrária e do controlo operário, são os mesmos que defendem efectivamente o encaminhamento do País na via de uma sociedade socialista.

É aqui que reside o âmago das divergências existentes no Movimento Sindical.

Eu penso que a prática está a demonstrar quais são aqueles que são realmente por uma verdadeira representatividade no Movimento Sindical, por uma verdadeira democraticidade do Movimento Sindical, sem quaisquer pretensões de domínio partidário. O que se passou no Pavilhão dos Desportos, a semana passada, com uma das direcções sindicais das que mais tem defendido os princípios divisionistas da chamada «Carta Aberta», a dos profissionais de escritório de Lisboa, é um bom exemplo: essa mesma direcção, perante milhares de associados, não é capaz de enfrentar esses milhares de trabalhadores, deturpa as votações, e, depois de verificar que está a ser batida em toda a linha, o que faz é abandonar a mesa da presidência para se furtar à crítica e às moções de censura à orientação divisionista que tem seguido no Movimento Sindical.

Quanto a mim, o que se passou naquela assembleia dos profissionais de escritório de Lisboa, e o que já se está a passar noutros sindicatos,

mostra que milhares e milhares de trabalhadores dos sindicatos cujas direcções têm apoiado a «Carta Aberta» estão a lutar pelo reforço da unidade do Movimento Sindical, e muitas direcções que estavam a apoiar a «Carta Aberta» (creio que já são mais de uma dezena) deixaram de apoiar e estão realmente a defender posições justas, pela unidade do Movimento sindical.

A «CARTA ABERTA»

«DL» — Como interpreta os desaires, digamos assim, sofridos ultimamente pelos animadores sindicais da corrente conhecida por «Carta Aberta»? Considera ser ainda possível um entendimento com as direcções dos sindicatos que permanecem nessa tendência de forma a assegurar a sua presença no Congresso dos Sindicatos?

OCTÁVIO PATO — Eu creio que efectivamente já hoje se pode falar de desaires quando se vê o que tem vindo a acontecer aos principais, eu digo bem aos principais, impulsionadores da «Carta Aberta». Há várias direcções que têm participado nas reuniões da «Carta Aberta» mas que não se têm mostrado de acordo com as conclusões destas reuniões.

Por sua vez, há outras direcções e outros dirigentes que têm apoiado efectivamente as conclusões das reuniões da chamada «Carta Aberta», mas fazem-no com muitas reticências.

Ora o que se tem verificado com o decorrer da discussão em torno dos problemas que se levantam para a realização do Congresso Sindical é que muitos milhares de trabalhadores estão a ser esclarecidos sobre o que está certo e o que é errado. Ao mesmo tempo, outras direcções, elas próprias, começam a compreender o que representaria para o Movimento Sindical, para os interesses dos trabalhadores e para os interesses da própria democracia portuguesa, o apoio aos defensores da «Carta Aberta», aos defensores da divisão do Movimento Sindical português.

Para nós, o problema que se põe é realmente este: o que está em jogo, hoje, no Movimento Sindical português é o problema dos caminhos que se põem ao povo português, e aqueles que estão a lutar pela divisão do Movimento Sindical são precisamente aqueles que também lutam pelo restabelecimento dos monopólios no nosso País.

A reacção sabe perfeitamente que para que os monopólios

possam de novo voltar a dominar em Portugal, para que os latifundiários possam recuperar as terras que perderam, é necessário dividir o Movimento Sindical português, isto é, é necessário dividir os trabalhadores portugueses. Precisamente por isso, tudo aquilo e todos aqueles que estão objectivamente a contribuir para a divisão do Movimento Sindical estão ao mesmo tempo a procurar facilitar o que a reacção, os monopólios e os grandes capitalistas pretendem, ou seja: liquidar as conquistas fundamentais da nossa Revolução.



Octávio Pato: «A grande esperança do C.D.S.»

Por tudo isto, nós dizemos que a luta pela unidade sindical é, ao mesmo tempo, a luta pela consolidação da democracia, é a luta para bater a reacção que pretende liquidar estas mesmas conquistas da nossa Revolução.

O DEBATE SINDICAL

«DL» — Não haverá, ou terá havido, contudo, vários problemas no Movimento Sindical, ligados inclusivamente ao funcionamento democrático do Movimento Sindical, que levaram à formação de uma tendência como a «Carta Aberta» que em determinado momento procurou aparecer como uma alternativa para o Movimento Sindical, alternativa não

É O MOMENTO POLÍTICO

PARQUIAS SMA LUTA: REACÇÃO"

forçosamente ligada àqueles grupos capitalistas?

OCTÁVIO PATO — É possível que possa ter havido problemas e mesmo razões de crítica. Mas nós pensamos que esses problemas devem ser discutidos abertamente no Movimento Sindical, e parece-nos que é isso que defendem a maioria esmagadora dos sindicatos portugueses. Que dizer: quando se constituiu uma Comissão Organizadora do Congresso de Todos os Sindicatos, comissão onde estavam representadas todas as correntes, todas as tendências existentes no Movimento Sindical, é

com a democracia, como é o desrespeito mais aberto pela democracia.

Nós estamos de acordo, sempre estivemos de acordo, que os trabalhadores, que o Movimento Sindical, discutisse amplamente sem quaisquer espécie de restrições, todos os problemas que dizem respeito ao Movimento Sindical.

OS SINDICATOS E A VIDA POLÍTICA

«DL» — Já agora gostaríamos que nos dissesse quais são os problemas, ou al-

problemas que dizem respeito aos trabalhadores portugueses, incluindo, como é natural, os problemas que dizem respeito à Nação portuguesa.

Há quem deseje que os sindicatos se mantenham à margem da vida política portuguesa, isto é, que os sindicatos se interessassem ou se preocupassem apenas com os problemas de ordem económica, deixando os problemas de ordem política para os políticos. Ora é evidente que nós não podemos aceitar de maneira nenhuma esta tese, na medida em que esta tese levaria os trabalhadores a não se interessarem pelos problemas políticos, quando muitas vezes os problemas políticos estão intimamente associados às questões económicas.

A OFENSIVA DA DIREITA E A POLÍTICA SOCIALISTA

«DL» — As forças da direita e do capital, que se haviam colado ao general Ramalho Eanes e ao próprio Partido Socialista aquando das Eleições Presidenciais, têm vindo progressivamente a tomar as suas distâncias em relação a um e a outro, embora não ataquem em geral frontalmente o Presidente Ramalho Eanes. Já o mesmo não acontece, contudo, com o Partido Socialista e com o seu Governo, que está a ser objecto de forte contestação dessas forças. Simultaneamente, não escapa ao observador minimamente atento que as forças da direita e do capital procuram hoje lançar o Presidente da República contra o Partido Socialista, e naturalmente também, contra o Governo Constitucional.

Como é que o Octávio Pato interpreta a situação que está por trás do que acabamos de referir?

OCTÁVIO PATO — O P.P.D. e o C.D.S. não se afastaram das posições que defenderam ao apoiar o general Ramalho Eanes, e mantêm-se mesmo numa linha relativamente coerente no que respeita à luta contra o processo democrático e contra todas as conquistas da Revolução portuguesa. Eles colaram-se de facto ao general Ramalho Eanes, e essa aliás foi sempre a nossa tese, e foi por isso que nós durante a campanha eleitoral nunca atacámos o general Ramalho Eanes; atacámos, sim, forças que apoiaram a sua candidatura, forças contraditórias, que diziam que respeitavam a Constituição mas que não estavam de maneira nenhuma de acordo com a Constituição. Nesse



rança da reacção é formar um Governo sob a hegemonia do S. e do P.P.D. e com a aceitação do P.S.»

óbvio, a nosso ver, que isso possibilitaria a realização de uma ampla discussão entre todos os trabalhadores e em todo o Movimento Sindical português.

Agora se se pretendeu, como foi intenção de algumas direcções de sindicatos, de uns tantos, terem uma maioria nessa comissão organizadora, apesar de representarem uma minoria no Movimento Sindical, isso a nosso ver não tem nada a ver com a democratização, com os princípios mais elementares da democracia. Aliás, isso ficou bem patente na assembleia do Pavilhão dos Desportos a que me referi há pouco, e onde a direcção dos profissionais de escritório de Lisboa pretendeu transformar uma minoria em maioria.

Isto não só nada tem a ver

guns dos problemas, que, a seu ver, deviam ser discutidos pelo Movimento Sindical?

OCTÁVIO PATO — A esse respeito nós podemos dizer que, contrariamente àquilo de que somos acusados, ou seja, de que a Intersindical depende ou está sujeita ao P.C.P., nós pensamos que o Movimento Sindical deve, e deve ser de facto, um movimento com inteira independência e autonomia, e, portanto, não há de maneira nenhuma que interferir na sua vida interna.

Nesta ordem de ideias, o Movimento Sindical é que deve definir quais os problemas fundamentais que devam ser discutidos. Mas é evidente que se o Movimento Sindical corresponder aos seus próprios objectivos, tem que efectivamente defender e discutir todos os



Octávio Pato: «A reacção procura aproveitar-se das ambiguidades do Governo socialista para lutar contra o processo democrático e reconquistar o Poder

sentido, nós podemos dizer que enquanto o senhor Presidente da República se mantém numa linha de coerência de acordo com aquilo a que se comprometeu durante a campanha eleitoral, que é o respeito pelo cumprimento da Constituição, o C.D.S. e o P.P.D. continuam na verdade a lutar contra a Constituição, contra o respeito pela Constituição e contra a sua aplicação.

Não há, pois, alteração nas posições dessas forças; houve sim, por parte delas a esperança de que, com o apoio ao general Eanes e a sua eleição, elas poderiam eventualmente fazer inflectir toda a vida política portuguesa numa ou noutra direcção.

Por outro lado, é evidente que há problemas e preocupações: o Governo socialista não está de modo algum a corresponder àquilo que se podia desejar dele; mas isso corresponde também ao que prevíamos, e por isso não constitui uma surpresa para nós. Logo que o Governo socialista foi formado e se discutiu o Programa do Governo, nós, comunistas, expusemos de uma forma bem clara o nosso pensamento relativamente a esta questão. Nós considerámos já então que o Governo socialista era um Governo minoritário, sem possibilidade de poder governar de acordo com aquilo que é necessário para os interesses do nosso País.

Os resultados da actuação do Governo socialista estão a demonstrar que nós tínhamos efectivamente razão.

É claro também que a reacção procura aproveitar-se das ambiguidades do Governo socialista, da sua incoerência e da sua própria política de direita, para lutar contra o processo democrático e criar as condições que possam propiciar à direita ganhar posições na vida política portuguesa, ou, até mesmo, se ela tivesse possibilidades de o fazer, para reconquistar o poder.

É óbvio que quando nós verificamos, por exemplo, no caso da política do ministro Cardia, no M.E.I.C., ou no caso dos órgãos de Comunicação Social, especialmente na Televisão, que existe toda uma política orientada no sentido de servir os interesses da reacção e da direita, é lógico que nós digamos: a política desses ministros socialistas não serve de maneira nenhuma a democracia portuguesa. Esses ministros estão, sim, a facilitar as manobras da direita e da reacção.

O PROJECTO DO P.P.D./C.D.S.

«DL» — E relativamente às repetidas declarações de Sá Carneiro sobre a ineficiência do Governo e a necessidade de uma coligação entre os «partidos democráticos»?

nós podemos também dizer que se este é o objectivo da reacção, nós estamos a ver já na prática o que é que representa para o próprio P.S. a realização de uma política de direita.

De facto, onde essa política de direita está a ser realizada, como é o caso no M.E.I.C. e



Octávio Pato: «O poder judicial, ou certos homens do poder judicial, não estão identificados nem com o processo democrático, nem com a Constituição»

OCTÁVIO PATO — É evidente que a reacção tem uma esperança de poder vir a estar representada no Governo: mais ainda, a grande esperança da reacção é formar um Governo sob a hegemonia do C.D.S. e do P.P.D. e com a aceitação do P.S.

Esta seria a grande aliança que a reacção desejaria.

É óbvio, no entanto, que uma aliança deste tipo levaria, a breve prazo, à liquidação das próprias liberdades democráticas, e levaria também ao próprio afastamento do P.S. do Governo. Isto é: a reacção desejaria uma aliança em que estivesse o P.S. para, a breve prazo, o liquidar e dispensar a sua colaboração, eventual e provisória. Este é, na verdade, um objectivo da reacção, mas

nos órgãos de Comunicação Social, especialmente na Televisão, está a levantar contra essa política os mais variados e vastos sectores políticos, incluindo do próprio P.S. Nós podemos dizer que as dificuldades que se dizem existir dentro do P.S. são precisamente uma resultante da ambiguidade e da política de direita do Governo socialista.

A ALTERNATIVA

«DL» — Crê que no quadro constitucional instituído em Portugal, a direita, os partidos da direita, teriam hipóteses de governar o País?

OCTÁVIO PATO — O C.D.S. e o P.P.D. só poderiam governar em Portugal através de

Octávio Pato ao "DL"

Continuação da pag. 13

uma ditadura reaccionária, da liquidação das liberdades democráticas. Pela própria correlação de forças no nosso País, a direita não tem possibilidades de governar. Mais: se se quer estabilizar a vida política portuguesa e encaminhar o País na via da consolidação da democracia portuguesa, não há outra alternativa que não seja um Governo de esquerda, um Governo de maioria de esquerda, onde estejam também representados os comunistas, que corresponda efectivamente aos interesses de todas as camadas da população portuguesa, e, muito especialmente, dos trabalhadores portugueses.

Sem esse Governo não há estabilidade política, económica e social, e esse Governo é absolutamente indispensável para assegurar as conquistas da nossa revolução e para assegurar que Portugal se transforme verdadeiramente naquele país que os portugueses progressistas efectivamente desejam, isto é, num Portugal progressista, livre e independente, onde se proporcione aos que nele vivem e trabalham aquilo a que têm direito.

ALIANÇA COM O P.P.D.?

«DL» — Em face da evolução da situação política e económica, alguns sectores políticos interrogam-se sobre se não seria de avançar para uma aliança do tipo da que foi realizada após o 25 de Abril, ou seja: uma aliança que contasse com o P.S. e com o P.C.P., mas também com o P.P.D.?

O P. C. P. faria hoje uma aliança com o P. P. D.?

OCTAVIO PATO — Esse é um problema bastante complexo, e é evidente que no contexto actual ou no quadro da correlação de forças não pode de maneira nenhuma deixar de ser considerado. É óbvio que a coligação como aquela que existiu durante algum tempo logo após o 25 de Abril, foi uma coligação que apesar da heterogeneidade das forças que nela estavam representadas, pôde governar e pôde fazer avançar o processo democrático. Nós sabemos que apesar de haver durante algum

tempo um Governo tendo no seu seio forças que se opunham ao processo revolucionário, este avançou mesmo com essas forças representadas nos órgãos do poder, como foi o caso do P.P.D.

É claro também que nós sabemos perfeitamente que o P.P.D. não é uma força homogênea; há também nesse partido várias tendências, e por isso não podemos ver o P.P.D. no seu conjunto, como um partido absolutamente homogêneo como aliás se verificou quer pela cisão que já ocorreu no seu seio, quer até mesmo agora com estas mudanças de nome.

Nós, P.C.P., temos considerado o P.P.D. como um partido reaccionário, mas quando dizemos um partido reaccionário também não ignoramos que no seio do P.P.D. há homens que desejariam na verdade que a democracia portuguesa se consolidasse.

Há, consequentemente, que fazer certas distinções entre estes homens e o conjunto do próprio partido, ou com uma parte desse partido.

Mas o que podemos dizer é que para haver um Governo verdadeiramente representativo, tem que ser um Governo que corresponda ao sentido das eleições para a Assembleia da República, tem que ser um Governo que saiba inspirar a necessária confiança aos trabalhadores portugueses, e esse Governo não pode ser de modo algum um Governo de que estejam excluídos os comunistas. Sem os comunistas, sem a sua participação no Governo, não há possibilidades desse Governo ser capaz de inspirar a confiança indispensável aos trabalhadores portugueses, ao conjunto do povo português.

O problema do processo democrático e da consolidação da democracia é absolutamente inseparável da participação dos comunistas nesse mesmo Governo. Esta foi a nossa posição; continua a ser a nossa posição, e os factos estão a demonstrar plenamente que nós temos razão quando fazemos estas considerações.

O GOVERNO PRECONIZADO PELO P.C.P.

«DL» — Quer dizer: «a priori» não exclui a participação do P.C.P. num Governo em que esteja representado o P.P.D.?

OCTAVIO PATO — E uma questão que não pode deixar

de ser considerada mas com isto não estou de maneira nenhuma a dizer que admito a possibilidade de um Governo de coligação com o P.P.D.

O que digo é que o actual Governo, o Governo socialista, não corresponde de forma alguma à representatividade que o Governo deve ter. E a participação dos comunistas no Governo é absolutamente necessária a um Governo que esteja disposto a consolidar realmente todo o processo democrático português. É evidente que nós consideramos que não é indispensável que esse Governo tenha exclusivamente uma representatividade só de comunistas e socialistas: há outros homens, civis e militares, que devem estar nesse mesmo Governo, porque quanto maior for a representatividade desse Governo, maior será a confiança que ele inspirará às camadas trabalhadoras deste país.

Uma maior representatividade significa que nesse Governo estejam representadas, e essa é a condição fundamental, todas as forças realmente interessadas na consolidação das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo operário, e que estejam efectivamente dispostas a respeitar e a fazer aplicar a Constituição, que estejam profundamente dispostas a lutar contra o terrorismo e a restabelecer em todo o território nacional as liberdades democráticas.

Quer dizer: todas as forças que estejam realmente interessadas nestas condições, são forças que, a nosso ver, podem e devem estar representadas num governo verdadeiramente representativo.

QUEM PROTEGE OS TERRORISTAS

«DL» — A campanha que os partidos da direita desencadearam e mantêm contra o Governo Constitucional, repercute-se visivelmente no seio das Forças Armadas.

Como é que vê, ou interpreta, a repercussão desta campanha a nível de alguns sectores militares?

OCTAVIO PATO — Eu não quero analisar os problemas internos das Forças Armadas. Eu posso é abordar aquelas questões que de uma ou outra maneira se possam reflectir também no seio das Forças Armadas.

A experiência da Revolução Portuguesa tem mostrado que a reacção tem por variadas formas e por diversas vezes, recorrido à chantagem política, à chantagem económica e à chantagem terrorista, e até po-



demos dizer que algumas vezes tem tido êxito no recurso a essa chantagem.

Mas a experiência mostra também que toda e qualquer cedência a esse tipo de chantagem só beneficia a direita e os avanços da direita. Nesse sentido, aquilo porque nós pugnamos é não ceder à chantagem da direita, e fazer-lhe frente corajosamente. Quando, por exemplo, no plano do terrorismo, nós verificamos que em lugar de se aprofundarem e de se avançar no apuramento completo de quem faz parte e financia os bandos terroristas, daqueles mesmos bandos que estão vitalmente interessados em combater através da violência, a democracia portuguesa e as conquistas da revolução, se põe em causa o aprofundamento da investigação das acções terroristas, é evidente que se está a ceder à chantagem e à intimidação da reacção.

Quando se põe em liberdade homens acusados, e confessadamente acusados, de praticarem actos que levaram não apenas a destruições e à perda de muitos bens materiais, mas também à perda de vidas humanas e constatamos, por exemplo, que um homem acusado e condenado a prisão maior de quatro anos por ter assassinado um dirigente sindical no Norte; é posto em liberdade por ter depositado uma fiança de 100 contos e hoje já se encontra no estrangeiro, precisamente para se furtar ao cumprimento da pena a que foi condenado, é óbvio que isto é preocupante, representa cedências perante a chantagem da reacção; isto significa que o poder judicial, ou certos homens do poder judicial, não estão de maneira alguma identificados nem com o processo democrático, nem com a Constituição, nem sequer com o respeito pelas próprias leis.

Deste modo, nós julgamos que tudo aquilo que represente uma cedência perante as manobras de intimidação da reacção, ou chantagem seja de que tipo for, constitui, na nossa opinião, um comportamento que só facilita os objectivos reaccionários de desestabilizar situações, quer no plano económico, quer no plano social, quer mesmo no seio das próprias Forças Armadas. É o caso, por exemplo, de certa imprensa, da imprensa reaccionária, até alguma estatizada, que continua a interferir nos problemas internos das Forças Armadas, criando confusões e lançando intrigas, quer dizer, fazendo aquilo que a reacção deseja. Ora, a nosso ver, uma

coisa é a liberdade de Imprensa e outra coisa é a utilização da Imprensa, e designadamente dos órgãos estatizados, isto é, dos órgãos para os quais o povo português paga centenas de milhares de contos não na defesa do povo português nem na defesa do respeito e da aplicação da Constituição, para uma desinformação, para a confusão, para a instabilidade e falta de confiança na democracia portuguesa.

O PODER MILITAR

«DL» — Independentemente das manobras das forças da direita, você começou por dizer, há pouco, que não desejava discutir os problemas das Forças Armadas. Isso levanta um problema: em que medida é que as Forças Armadas devem estar subordinadas ao poder político, e em que medida é que os partidos e o Governo, que representam a vontade das grandes massas populares, devem ter ou não o direito de discutir os problemas das Forças Armadas?

OCTAVIO PATO — Eu não quero discutir os problemas da vida interna das Forças Armadas, mas isso não conduz de modo algum à conclusão de que nós não devemos discutir aqueles problemas mais gerais que interessam ao povo português e onde estão enquadrados, como é natural, alguns das Forças Armadas.

Há problemas, como aqueles que acaba de referir, da subordinação do poder militar ao poder civil; mas a verdade é que a Constituição não estabelece isso: a Constituição é mesmo muito clara, pois diz que além dos órgãos do poder civil, da Assembleia da República, do Presidente da República, do Governo e do Poder Judicial,

há um outro poder, que é o Conselho da Revolução, constituído por militares. Por conseguinte, os militares têm também um órgão de poder. Consequentemente, aquelas forças que falam na subordinação do poder militar ao poder civil, estão a tentar pôr em causa a existência do Conselho da Revolução. Nós, P.C.P., não podemos em causa a existência do Conselho da Revolução. Nesse sentido, nós podemos discutir abertamente e dizer que estamos contra aqueles que pretendem pôr em causa o Conselho da Revolução. E pretendem fazê-lo com que objectivo? Na esperança de que por essa forma poderiam, na verdade, liquidar mais rapidamente as conquistas da revolução portuguesa, assim como a própria democracia.

Infelizmente, não é apenas a reacção que deseja liquidar o Conselho da Revolução como órgão de poder. Eu lembro, aqui, que não é talvez por acaso que aquele homem, aquele ministro socialista, Cardia, que, mais do que nenhum outro, está hoje a seguir uma política de direita, no MEIC, é exactamente o mesmo homem que, nas vésperas da promulgação da Constituição, já defendia a necessidade imediata de rever a Constituição. Nessa ocasião, o dr. Cardia pôs em causa a existência do Conselho da Revolução e preconizou que os militares regressassem imediatamente aos quartéis e que deixassem a política para os civis. Foi igualmente o dr. Cardia que preconizou que a actual Assembleia da República tivesse poderes de revisão da Constituição, e isto tendo como um dos seus objectivos pôr em causa o Conselho da Revolução.

a segunda parte desta entrevista será publicada na nossa edição de amanhã.

Sottomayor Cardia poderá ir a Nairobi

Segundo apurámos, Sottomayor Cardia poderá chefiar a delegação portuguesa que vai participar na Conferência Geral da UNESCO, a realizar no próximo dia 26, em Nairobi (Quênia). Do gabinete do ministro informam-nos iam não poderem confirmar nem desmentir esta viagem do ministro.

Além da particularidade de ser a primeira vez que uma

Conferência Geral da UNESCO escolhe como se de um país africano, e de crer que a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura que celebra este ano a seu trigésimo aniversário, aceite Angola como o seu 138.º Estado membro, já que a opinião do Conselho Executivo foi altamente positiva para o novo Estado de expressão portuguesa.

NOTARIADO PORTUGUÊS

1.º Cartório Notarial de Lisboa

Certifico para efeitos de publicação que, por escritura de dezasseis do corrente mês, exarada desde folhas noventa e nove a cem, verso, do livro número D — dois mil quinhentos e oitenta e nove e de folhas uma a duas, do livro seguinte, de escrituras diversas deste Cartório, Domingos Maria Esteve deixou de fazer parte da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada «Manuel Ramos & Esteves, Limitada, com sede e estabelecimento na Rua Chão da Feira, número vinte e cinco, nesta cidade, e autorizou que o seu apelido continuasse a fazer parte da firma social.

Está conforme ao original e declara-se que na parte omitida, nada há que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

Lisboa, vinte e três de Outubro de mil novecentos e setenta e cinco.

O ajudante

Em BUARCOS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA SATELITE

Professores preparam Encontro Nacional

Delegados de professores da Zona da Grande Lisboa reuniram ontem no Clube da Nacional de Nataçao com o objectivo de prepararem o Encontro Nacional de Professores.

Na reunião foi decidido apelar para que sejam eleitas «comissões de acção em reuniões gerais de todos os docentes, que juntamente com os delega-

dos sindicais realizem reuniões interescolares ou intercomissões de escolas com vista à preparação do Encontro Nacional». Este Encontro Nacional que vem na sequência de manifestação do passado dia 12 pode transformar-se numa Concentração Nacional dos 80 mil professores espalhados pelo País.

Já na próxima quarta-feira haverá outra reunião com os representantes da Comissão de Acção.

Entretanto decorreu ontem na aula magna da Reitoria da Universidade de Lisboa uma Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa com vista à discussão do regulamento do próximo congresso de todos os sindicatos.



Estrangeiro

Sistema eleitoral na Checoslováquia

Realizam-se nos dias 22 e 23 do corrente mês na Checoslováquia, as eleições para as instituições representativas, nomeadamente a Assembleia Federal (Câmara do Povo e Câmara das Nações), Conselho Nacional Eslovaco e Comitês Nacionais locais, de distrito e regionais.

As eleições na República Socialista da Checoslováquia constituem uma manifestação da soberania do povo como detentor do Poder. Nelas os trabalhadores actuam como factor básico do poder político. O verdadeiro sentido e a função das eleições consistem em que, através delas, se constituem, numa base democrática, todos os Órgãos de Representantes.

A campanha eleitoral é organizada e dirigida pela Frente Nacional, agrupamento de partidos políticos que, sob a direcção do Partido Comunista da Checoslováquia, engloba, além deste, o Partido Socialista Checoslovaco, o Partido Popular Checoslovaco, o Partido da Liberdade e o Partido do Renascimento Eslovaco, bem como diversas organizações sociais, dentre as quais se destacam o Movimento Revolucionário Sindical, a União Socialista da Juventude, a União das Mulheres Checoslovakas, o Conselho Central das Cooperativas, a União Checoslovaca dos Combatentes Antifascistas e o Conselho Checoslovaco da Paz.

Na preparação das eleições participam amplas massas de trabalhadores que, através das suas organizações, propõem os candidatos a deputados, e às quais cabe, depois, apreciar o trabalho dos deputados e dos órgãos de representantes.

Todos os componentes da Frente Nacional, a todos os níveis, têm o direito de exprimir as suas opiniões, de apresentar sugestões para os programas eleitorais e de participar na apresentação dos candidatos. Outra característica democrática do sistema eleitoral checoslovaco reside, essencialmente, em que os deputados respondem, perante os eleitores e durante o seu mandato, pelo exercício das suas funções.

Na República Socialista da Checoslováquia os órgãos representativos da soberania popular constituem-se por via eleitoral, com base nos princípios democráticos tradicionais do direito eleitoral, que se inscrevem não só na Constituição Federal como nas leis que regem as eleições de cada um desses órgãos. São princípios básicos do direito de voto o da universalidade e o da igualdade, bem como o do voto directo e secreto.

O direito de participação nas eleições para os Órgãos de Representantes (capacidade activa) cabe a todos os cidadãos que no dia das eleições tenham completado 18 anos de idade, sem distinção de nacionalidades, sexo, religião, profissão, tempo de residência na circunscrição eleitoral, situação económica e actividade anterior. Pode ser eleito todo o cidadão, com direito de voto, que à data da eleição tenha completado 21 anos de idade. Cada cidadão tem direito a um único voto, e os votos têm todos idêntico valor. Não é permitido o voto por representação.

A Frente Nacional orienta todo o processo eleitoral por intermédio de comissões eleitorais, seleccionando e rejeitando os candidatos.

O princípio federativo da República Socialista da Checoslováquia nas eleições manifesta-se em toda a organização

destas, designadamente na criação das circunscrições e comissões eleitorais e durante a selecção e propositura das candidaturas. Na elaboração das listas de candidatos têm-se em conta critérios de ordem política e social, bem como o princípio da representação proporcional das diversas nacionalidades (minorias nacionais) da República Socialista da Checoslováquia.

As eleições compreendem duas fases essenciais: o período da sua preparação e a eleição propriamente dita. Na primeira fase elaboram-se os cadernos eleitorais, definem-se as circunscrições eleitorais e constituem-se as comissões eleitorais. Nesta fase se verificam, igualmente, a escolha e a apresentação dos candidatos, o seu registo e declaração, bem como a propaganda eleitoral. A segunda fase é constituída pelo acto eleitoral propriamente dito: inclui a realização de todas as tarefas para a votação, a verificação dos resultados das eleições e a proclamação destes.

A preparação das eleições inicia-se com a elaboração dos cadernos eleitorais. Segundo as leis checoslovakas neles devem ser inscritos todos os cidadãos com direito a voto, de acordo com o local de residência. Sem esta inscrição não lhes pode ser entregue o cartão de eleitor. Cada cidadão só pode estar inscrito num caderno eleitoral. Os cadernos eleitorais são elaborados pelos Comitês Nacionais locais, segundo as circunscrições eleitorais. Uma outra fase das eleições é a definição das circunscrições e distritos eleitorais. O número e a extensão das circunscrições diferem,

consoante os diversos tipos e escalões dos órgãos a eleger.

As eleições para a Assembleia Federal Checoslovaca processam-se através de 350 circunscrições eleitorais, em todo o território da República.

As comissões eleitorais desempenham um importante papel na organização e preparação das eleições. As eleições para a Assembleia Federal são organizadas pela Comissão Eleitoral Central da Frente Nacional até ao 55.º dia anterior à data das eleições. A Comissão vigia pelo exacto cumprimento dos regulamentos eleitorais, determina o modelo dos cartões e dos livros de inscrição das comissões eleitorais para o registo dos candidatos e o resultado da votação e procede ao registo da totalidade dos candidatos das diversas comissões eleitorais das circunscrições. Superintende igualmente nas eleições das Comissões Eleitorais Checa e Eslovaca da Frente Nacional, bem como nas eleições das comissões eleitorais regionais, distritais e locais.

Um dos aspectos mais importantes das eleições dos órgãos dos representantes é a escolha e proposta dos candidatos e o seu registo. Os candidatos são propostos pelos partidos políticos e organizações sociais que integram a Frente Nacional, podendo igualmente ser propostos pelas assembleias de trabalhadores e assembleias de soldados. Essas propostas são apresentadas aos órgãos respectivos da Frente Nacional. Os candidatos propostos são cidadãos politicamente amadurecidos e com consciência de classe, possuidores de elevadas qualidades morais, experimentados e com

capacidade de organização, activos defensores da construção do socialismo.

Para que o candidato proposto se torne candidato oficial tem que ser registado pela correspondente comissão eleitoral distrital e declarada a sua candidatura. A declaração das candidaturas segue-se a apresentação dos candidatos perante os eleitores e a propaganda eleitoral. Na campanha eleitoral os candidatos apresentam-se ao eleitorado com o programa eleitoral da Frente Nacional que passa a ser, depois das eleições, o programa obrigatório para os órgãos dos representantes, para os deputados e para os correspondentes órgãos.

No sistema eleitoral checoslovaco está igualmente prevista a possibilidade da revogação do mandato dos deputados pelos eleitores. Essa possibilidade de revogação do mandato demonstra bem o carácter democrático do sistema eleitoral checoslovaco e constitui a garantia de que os deputados cumprirão o seu mandato no interesse da sociedade socialista.



Praga: o quotidiano de uma grande cidade

PUB

CONTRATO COLECTIVO VERTICAL DE TRABALHO DAS MADEIRAS COMUNICADO

CAMARADAS

Como sempre temos afirmado os patrões não querem negociar o nosso CCT. Dizem por palavras que o querem fazer e não o demonstram por actos. Assim:

— As negociações arrastam-se desde Março deste ano devido aos constantes boicotes provocados pelas associações patronais.

— Estas, comprometeram-se por várias vezes acabá-las num prazo que propuseram e nunca o cumpriram.

— Nos últimos dias assinaram uma acta em que se comprometeram apresentar uma grelha salarial única que englobasse todas as profissões do contrato e entregaram cinco em que iam ao ponto de propor salários ridículos inferiores aos da actual tabela em vigor.

Em face desta situação, ontem, dia 18, centenas de delegados sindicais da zona do Porto compareceram na delegação do Ministério do Trabalho nesta cidade em apoio dos seus dirigentes e comissão negociadora sindical. Existindo comprovada falta de iniciativa negocial por parte do patronato, o delegado do Ministério do Trabalho entendeu que a única via para solucionar a questão era a saída do CCT por portaria, o que tinha o nosso acordo, e que iria fazer todos os esforços para que isso sucedesse o mais rapidamente possível.

Camaradas, apelamos para a tua activa participação nos plenários a realizar e na luta que tem que ser desenvolvida para que o ministério do trabalho faça publicar o mais rapidamente possível uma portaria de regulamentação de trabalho que responda aos justos anseios e necessidades de cerca de cento e cinquenta mil trabalhadores deste país, abrangidos pelo CCT, que ainda vivem em precaríssimas condições de vida.

Mantem-te em permanente contacto com o teu sindicato. Defendamos todos a nossa unidade e repudiemos as manobras reacçãoárias dos que nos procuram dividir.

A luta continua

Unidos e organizados venceremos

A Comissão Sindical Negociadora

Porto 19 de Outubro de 1976

PUB.

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATACÃO DA EMPREITADA 'CONDUTA BARBADINHOS-VALE ESCURO' ANÚNCIO

Faz-se público que no dia 30 de Novembro de 1976, pelas 15 horas, na sede da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Avenida da Liberdade, n.º 24, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe

Para ser admitido ao concurso é necessário prestar a caução provisória de escudos 150 000\$00 (cento e cinquenta mil escudos), nos termos do Programa de Concurso. Os concorrentes deverão ser titulares de alvará de empreiteiro de obras públicas da V Categoria ou 3.ª Subcategoria da V Categoria e da classe correspondente ao valor da proposta.

As propostas serão remetidas sob registo e com aviso de recepção ou entregues contra recibo na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Avenida da Liberdade, n.º 24, até às 17 horas do dia 29 de Novembro de 1976. O Programa de Concurso, o Caderno de Encargos e o Projecto da Conduta Barbadinhos-Vale Escuro estão patentes todos os dias úteis, excepto aos sábados, durante as horas de expediente, na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa Pública das Águas de Lisboa, onde poderão ser examinadas e obtidas cópias daquelas peças.

Lisboa, 18 de Outubro de 1976.

Pela Empresa Pública das Águas de Lisboa
O Presidente da Comissão de Fiscalização
(a) João Bau

Estrangeiro

Alemães no Conselho de Segurança

NAÇÕES UNIDAS (NOVA YORK), 22 — (ANOP, FP e R) — A Alemanha Ocidental, que entrou para a ONU há três anos, foi ontem um dos cinco países eleitos para o Conselho de Segurança.

O Canadá, a Índia, a Venezuela e as Maurícias foram também eleitos num es-

crutinio secreto da Assembleia Geral.

O Conselho de Segurança tem cinco membros permanentes — China, França, União Soviética, Grã-Bretanha e Estados Unidos — e de outros eleitos numa base regional por períodos de dois anos.

Por outro lado, a Assem-

bleia Geral ordenou à França que se retire imediatamente da ilha de Mayotte, a única que lhe resta como colónia no arquipélago que presentemente forma a República das Comores, no Oceano Índico.

Na votação que se realizou sobre a questão, Portugal absteve-se.

Crise e novas técnicas na Imprensa francesa

PARIS, 22 — (F.P.) — A Imprensa francesa, e mais especialmente a Imprensa parisiense, encontra-se já perto de dois anos em profunda evolução.

Não só se operam agrupamentos que a oposição de esquerda denuncia, porque vê nisso um significado político, antes das eleições legislativas de 1978, como também aparecem novas técnicas neste sector, as quais modificam profundamente as condições de trabalho e de emprego, circunstância que se soma às tensões que crescem nesta profissão.

Foi a greve dos linotipistas do matutino «Le Parisien Libéré», desencadeada na Primavera de 1975 e que ainda dura, que na prática marcou o início do actual estado de coisas.

Impedido a certa altura de aparecer, devido à ocupação da sua velha tipografia do centro de Paris pelos trabalhadores filiados no Sindicato C. G. T.-Livro (próximo do Partido

Comunista), «Le Parisien Libéré» montou pouco depois, segundo parece, com grande despesa, novos centros de impressão nos arredores da capital e em duas cidades pouco distantes recorrendo a pessoal não filiado no Sindicato do Livro. O jornal pôde assim continuar a aparecer enquanto a greve prosseguia. Seguiu-se uma luta muito dura, entre o «patrão» do jornal, Emilien Amaury e o Sindicato do Livro, querendo o primeiro quebrar o monopólio de contratação de pessoal do segundo.

Mas o caso do «Le Parisien Libéré» é apenas um dos pormenores da crise que afecta a Imprensa parisiense, cujo «rosto» está a modificar-se.

Dos 12 jornais da capital os dois mais importantes, cuja tiragem é da ordem dos 500 mil exemplares, «Le Figaro» e «France Soir», acabam de ser total ou parcialmente adquiridos por um homem político, que já comanda um «império»

de jornais da província, Robert Hersant, deputado reformador do departamento de Oise, favorável à maioria presidencial de Valéry Giscard d'Estaing. Esta acção suscitou fortes ataques da oposição, contra aquilo que ela chama uma concentração capitalista da Imprensa.

Por outro lado, o aparecimento das novas técnicas — nomeadamente a fotocomposição e o «fac-Simile» — já em aplicação em vários jornais e que permitem imprimir em várias cidades francesas a edição parisiense (como é o caso do «Le Figaro»), modificaram consideravelmente os dados dos «monopólios» exercidos, segundo algumas pessoas, pela Imprensa da província. Esta deverá de futuro lutar com armas iguais com as edições de província dos jornais parisienses, que oferecerão aos leitores locais informações de tanta «frescura» como ela própria.

PUB

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

COMUNICADO

A TODOS OS TRABALHADORES

E EM ESPECIAL AOS RODOVIÁRIOS

A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários, no momento em que decorrem as negociações para a regulamentação do trabalho do sector, não pode deixar de se pronunciar sobre o projecto governamental de alteração ao Decreto-lei 372/A/75 de 16 de Julho, dado que tal projecto põe em causa o próprio direito ao trabalho.

Não faz sentido discutir as condições de trabalho quando o direito a este está em causa.

O referido decreto-lei, nascido da luta dos trabalhadores pelo direito ao trabalho, estabelecia na sua redacção inicial e no art.º 2.º como seu princípio interpretativo, que «o despedimento de um trabalhador numa sociedade a caminho do Socialismo só pode concretizar-se se aquele, pela sua conduta culpada, mostrar não estar em condições de poder permanecer no seu posto de trabalho».

O Decreto-lei 84/76 de 28 de Janeiro revogou este artigo.

E se a sua revogação no papel era juridicamente irrelevante, ela era o aviso sério do futuro assalto ao espírito da lei.

Sossegaram porém os trabalhadores porque a sua Constituição afirmaria que «todos têm direito ao trabalho» (art.º 51.º) e que incumbia ao Estado garantir o direito assegurando «a segurança no emprego, sendo proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos» (art.º 52.º).

Voltam os trabalhadores a preocupar-se quando o Governo anuncia «flexibilidade na resolução dos contratos de trabalho» em «processo rápido e eficaz».

E dizem que os trabalhadores compreendem!!!

Podem os trabalhadores compreender que o Governo faça eco das vozes reacţionárias que proclamam aos quatro ventos a flexibilidade da Constituição?

Podem os trabalhadores compreender que o Governo se preocupa com a eficácia e rapidez na resolução dos contratos de trabalho e não se incomode a garantir esquemas eficazes de readmissão dos trabalhadores injustamente despedidos?

Podem os trabalhadores compreender que o Governo fale em «processo rápido e eficaz» para uso dos patrões, sem se preocupar com os processos que os trabalhadores intentam e que vão acumulando poeira nos Tribunais ao mesmo tempo que as paredes dos seus estómagos?

Podem os trabalhadores compreender que o Governo se preocupe mais com o direito à rescisão do contrato de trabalho do que com o direito ao trabalho, constitucionalmente consagrado?

Podem os trabalhadores compreender que se arrogue de constitucional um Governo que não respeita a Constituição?

Podem os trabalhadores compreender que um Governo socialista, regido por uma Constituição socialista que aponta para a execução de políticas de pleno emprego, lance mão de uma política de flexibilidade em matéria de despedimentos para a normalização do mercado de trabalho e para a salvaguarda do equilíbrio das empresas?

Podem os trabalhadores compreender que se facilitem admissões à custa de demissões?

Só cinicamente se pode falar em criação de novos postos de trabalho!!!

Podem os trabalhadores compreender que o Governo fale pomposamente em princípio do contraditório e em averiguação oral e sumária dos comportamentos do trabalhador, nomeadamente em casos de furto, desvios, injúrias, etc...?

Podem os trabalhadores compreender que não se exija sempre uma acusação escrita, uma nota de culpa, mas baste a audição diante de duas testemunhas? Que testemunhas serão estas? Que garantias se oferecem aos trabalhadores?

Podem os trabalhadores compreender que se acabe praticamente com os processos disciplinares que por mais sumários que sejam têm que facultar ampla defesa do arguido só para não complicar a vida aos patrões?

Podem os trabalhadores compreender que a falta do parecer dos representantes dos trabalhadores deixe de constituir nulidade do processo, que os patrões só os ouçam se quiserem?

Podem os trabalhadores compreender que o Governo ainda por cima torne este regime imperativo e não permita que os trabalhadores defendam o seu direito ao trabalho através da Contratação Colectiva?

Nada disto hoje os trabalhadores podem compreender.

Compreenderão amanhã que os órgãos estaduais só defenderão a Constituição dos trabalhadores, quando nos órgãos de poder estiverem as classes trabalhadoras.

- NÃO AOS DECRETOS QUE PREJUDICAM OS TRABALHADORES!
- PELO DIREITO AO TRABALHO!
- CONTRA OS DESPEDIMENTOS!
- PELO CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO, RUMO AO SOCIALISMO!

Lisboa, 21 de Outubro de 1976

O SECRETARIADO

Ajuda militar israelita aos cristãos libaneses

TELAVIVE, 22 — (ANOP e FP) — Israel tem fornecido «tudo desde uniformes a tanques Sherman» aos cristãos envolvidos na guerra civil do Líbano — segundo revelaram ontem fontes israelitas não oficiais.

A vasta assistência militar de Israel aos cristãos tem sido divulgada, embora as notícias relacionadas com ela sejam sistematicamente proibidas pela censura militar.

Os informadores revelaram ainda que Israel tem fornecido grandes quantidades de armas automáticas, morteiros e vários tanques Sherman, além de um programa de treino militar.

Ainda segundo estas fontes, o auxílio de Israel começou al-

guns meses depois de se ter iniciado a guerra civil.

Entretanto, o último cessar-fogo no Líbano concretizou-se apenas parcialmente, tendo-se registado ontem «uma série de violações» por parte das forças em confronto, no Sul do país e em Beirute, onde foram disparados tiros de metralhadora e salvas de morteiros.

TÚNEL SOB O SUEZ?

O jornal britânico «Daily Mail» afirma hoje que o Egipto está a preparar a construção de um túnel sob o canal do Suez, o que constituirá grave ameaça militar para Israel.

Segundo aquele diário, foi assinado há meses um contrato de 30 milhões de libras entre o Egipto e duas empresas britânicas o qual incluiria «cláusulas secretas» que permitiriam às forças egípcias atravessar rapidamente o canal, graças a um túnel de ligação entre as duas margens.

As referidas cláusulas secretas acrescenta o jornal prevêem nomeadamente a construção de uma via suficientemente larga «para permitir a travessia do canal pelos carros de combate egípcios e a instalação de fortificações militares à entrada e saída do túnel, que passaria a ligar a cidade de Suez a El Shatt, na extremidade do canal.

PUB

S.  R.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS HOSPITAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA SERVIÇOS DE APROVISIONAMENTO

ANÚNCIO

Faz-se público que nos Serviços de Aprovisionamento dos Hospitais da Universidade de Coimbra, se encontra aberto o concurso público seguinte:

Concurso público N.º	Aquisição de:	Caução provisória	Abertura das propostas	
			Data	Hora
2/76-F	Medicamentos — Matérias-primas — Produtos pró-análise Ampólas de vidro — Bisnagas Binagas	1000\$00	12/11/76	10,00

As propostas devem ser entregues nos Serviços de Aprovisionamento, até às 17 horas do dia 9 de Novembro de 1976.

O respectivo caderno de encargos pode ser consultado nestes Serviços, todos os dias úteis das 09.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.30 horas e aos sábados das 09.30 às 13.00 horas.

Coimbra, 19 de Outubro de 1976

Pe'l'O Director dos Serviços de Apoio Geral,
(Aprovisionamento)
Gilberto Pinto Ângelo

Estrangeiro

1976: ano dos E.U.A. no Nobel

ESTOCOLMO, 22 (FP, R e «DL») — Pela primeira vez desde a sua instituição, há 76 anos, todos os Prémios Nobel deste ano foram concedidos a um só país: os Estados Unidos. Assim, Saul Bellow foi laureado em Literatura; Burton Richter e Samuel Ting, em Física; William Lipscomb, em Química; Baruch Blumberg e Carleton Gajdusek, em Medicina e Milton Friedman, em Ciências Económicas. Ficou por atribuir o Nobel da Paz, «reservado» para o próximo ano, por não ter sido encontrado um candidato à altura, pelos promotores.

Quem ficou muito contente foi Gerald Ford. Lembrou que nenhum país havia conseguido isso até agora e tirou as suas conclusões: «Só uma sociedade livre pode permitir o desenvolvimento dos talentos que Deus concede aos indivíduos». Alexandre Bellow, a mulher

de Saul Bellow, o Nobel de Literatura de 1976, por sua vez disse: «Estamos encantados. Pessoalmente penso que isto não podia acontecer a um melhor escritor e marido. Estou certa que todos os que possuem um mínimo de inteligência e de discernimento estão de acordo.»

Bellow é considerado o melhor representante da Literatura norte-americana no pós-guerra, juntamente com Norman Mailer, há vários anos apontado como candidato ao Nobel. É o sétimo norte-americano a receber aquele galardão. Entretanto, a França continua à frente, com dez laureados. O último francês a ser distinguido foi Jean-Paul Sartre, em 1964, que não só recusou o prémio como ainda proibiu que as suas obras fossem traduzidas em todos os países escandinavos, por muito tempo, por considerar a atribuição dos Prémios

Nobel nada mais do que «manobras políticas».

«Um misto de prazer e de surpresa» foi o que sentiu Bellow ao ser notificado da decisão dos juizes suecos que atribuem o Nobel: «Escrever é uma ocupação muito solitária mas agora, de um momento para o outro, estou sob os olhos do Mundo e procura-se entrar na minha intimidade.»

Abandonando por pouco tempo o pessimismo que o caracteriza, Bellow acrescentou: «A criança que existe em mim está contente. Mas o adulto está céptico». Recordando o que dissera numa conferência de Imprensa na Universidade de Chicago quando, referindo-se ao caso de John Steinbeck, outro Prémio Nobel da Literatura norte-americana, em 1962, afirmara que a distinção lhe «estragara a vida», Bellow disse esperar que o seu Nobel não viesse «estragar» a sua.

Um por cento dos ingleses tem um quarto da riqueza

LONDRES, 22 — (ANOP e FP) — Um por cento da população britânica possui ainda 25 por cento da riqueza nacional britânica em 1974 — indica a comissão real da distribuição dos proventos e da riqueza no seu relatório anual.

A comissão diz, por outro lado, que, no mesmo ano, 5 por cento da população possuía 47,4 por cento, e 10 por cento 61,5 por cento, da riqueza nacional.

Ligeira diminuição dos possidentes é atribuível, segundo uma comissão, a uma nítida baixa da Bolsa de Londres, mas revela também tendência para maior igualdade, tendência que se tornou discernível a partir de 1960.

Ontem, Michal Foot foi escolhido como novo vice-chefe do Partido Trabalhista, ao receber um total de 166 votos con-

tra 138 para o ministro da Educação, a senhora Shirley Williams.

Nestas eleições internas do partido intervieram 313 deputados, tendo-se abstenido 12.

Michael Foot ocupava já o cargo de líder da Câmara dos Comuns e lorde presidente do conselho do reino e, na prática, actua como vice-primeiro-ministro da Grã-Bretanha.

Foot representa a tendência esquerdista do Partido Trabalhista, face à tendência moderada de Shirley Williams e do vice-chefe cessante do partido, Edward Short.

Por outro lado, James Callaghan e Margaret Thatcher, chefes dos Partidos Trabalhista e conservador, rejeitaram o convite para formar um «governo de unidade nacional» formulado através da BBC pelo antigo primeiro-ministro conservador Harold Macmillan.

Respondendo a um deputado na Câmara dos Comuns, o primeiro-ministro James Callaghan confessou a sua «falta de entusiasmo pelas coligações». E acrescentou que «esta velha ideia só suscitou entusiasmo nos corações e nos espíritos daqueles que outrora serviram ao nosso lado, mas que nos deixaram».

Os únicos a tomarem, neste breve debate, a defesa do projecto de «Super Mac» (Macmillan), foram, no final de contas, os liberais, que acarinhavam há

muito a esperança do regressar ao poder no âmbito de um Governo de coligação.

O antigo primeiro-ministro trabalhista Harold Wilson afirmou até que preferia ver o seu país governado por conservadores em vez do Governo de unidade nacional que Macmillan apareceu a defender após 13 anos de afastamento da política.

P.S. lamenta decisão de Madrid

O Secretariado Internacional do Partido Socialista Português, emitiu ontem uma nota lamentando a decisão do Governo de Madrid de proibir a realização do congresso do Partido Socialista Operário Espanhol.

O PS, que classifica a decisão do Governo espanhol de «discriminação contra o partido irmão», apela também para «o bom senso das autoridades espanholas no sentido de permitirem a realização deste acontecimento tão importante na vida do PSOE e para o futuro da democracia em Espanha e na Europa».

Hua Kuo-feng confirmado como sucessor de Mao

PEQUIM, 22 — (ANOP, F.P., R e «D.L.») — Pequim ouviu ontem o estalar de foguetes e assistiu a fogos-de-artifício quando a Rádio Pequim e a agência Nova China, pela primeira vez, anunciaram oficialmente a nomeação do primeiro-ministro Hua Kuo-feng para o cargo de presidente do Partido Comunista Chinês, no qual sucede a Mao Tsé-tung.

Quando a rádio e a agência repetiram a notícia, um mar de gente surgiu nas ruas, aclamando a derrota do chamado «bando dos quatro», acusado pela Nova China de ser «uma clique de oportunistas que tentaram usurpar o Poder». Ao mesmo tempo, era anunciado que os «derrotados» estavam presos por conspirarem um golpe de Estado e o assassinio de Hua. A agência noticiosa oficial chinesa não revelou a sorte que aguarda Chiang Ching e os seus companheiros, mas analistas notaram que os quatro poderiam muito bem ter sido expulsos do Partido, facto que significava a sua morte política.

A nomeação de Hua já era anunciada há duas semanas nos jornais de parede, tendo sido confirmada por fontes go-

vernamentais, mas só ontem a notícia foi transmitida pelos órgãos de Comunicação Social. Mais tarde, a agência Nova China informou que um milhão e meio de pessoas participaram nas manifestações de ontem, quando eram gritadas palavras de ordem do tipo «Abaixo Chiang Ching» e «Esmagai Wang Hung-wen».

Continuando nos seus ataques cerrados aos quatro, a mesma agência dizia que «os militares e os civis denunciaram o grupo de conspiradores e oportunistas e os manifestantes acusaram os conspiradores de serem representantes típicos da burguesia dentro do Partido e partidários intransigentes do capitalismo». A Nova China disse ainda que os radicais tinham desprezado o pensamento marxista-leninista e de Mao Tsé-tung em questões domésticas e internacionais. Curiosamente, o último dirigente chinês a ser «saneado» foi o velho inimigo dos radicais, Teng Hsiao-ping, afastado do Poder no último mês de Abril, sob idênticas acusações.

Manifestantes saíram à rua também em Xangai, que foi a base do Poder dos caídos em

desgraça. Soube-se naquela cidade que três dirigentes municipais de destaque, estreitamente ligados ao «bando dos quatro», seriam denunciados num comício-monstro que será realizado hoje.

Paralelamente às festivas manifestações, ao rufar de tambores, aos fogos-de-artifício e foguetes e às energias palavras de ordem, surgiu a notícia de que as comemorações continuariam até amanhã à noite, quando as autoridades chinesas, através da Televisão de Pequim, divulgariam ao país «notícias importantes». Segundo outra informação também

na segunda-feira seriam divulgadas «notícias importantes». A primeira série, amanhã, será emitida às 23 horas de Pequim, (15 horas em Lisboa). A Televisão de Pequim planeia transmitir via satélite sobre os oceanos Pacífico, Índico e Atlântico. Espera-se que cada emissão dure cerca de meia hora, mas não existe qualquer indicação quanto ao conteúdo do que será divulgado.

Entretanto, a Imprensa oficial chinesa revelou hoje que o presidente Mao Tsé-tung «recomendou antes de morrer que sua mulher, Chiang Ching, fosse afastada do Poder».

PUB

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Panificação e Produtos Alimentares Afins do Distrito de Lisboa

Sede: Av. António Augusto de Aguiar, 25 - Cave — Lisboa-1
Telefs. 57 20 45 - 53 37 14

MOÇÃO

1. Considerando o apoio e compreensão pelos mais vastos sectores da população e por todos os trabalhadores em geral, às nossas justas reivindicações e à nossa justa luta por elas.
2. Considerando que pelas mais variadas formas nos foi demonstrado por todos os trabalhadores a sua solidariedade, do que são bem demonstrativas as inúmeras mocções, telegramas e telefonemas recebidos de comoreensão e apoio aos objectivos por nós visados.

Decidem os trabalhadores da Panificação reunidos em Plenário na Voz do Operário por aclamação:

Manifestar o seu mais vivo e reconhecido agradecimento, a todos os trabalhadores e à população em geral, que apesar de se terem visto privados de um produto essencial à alimentação, durante alguns dias, souberam compreender, sentir e solidarizar-se com os trabalhadores da panificação no decurso da forma de luta levada à prática durante os últimos dias.

Lisboa, 21 de Outubro de 1976.

PAZ DIRECÇÃO

PUB

Sindicato dos Bancários do Centro

MOÇÃO

Os trabalhadores bancários do Sindicato dos Bancários do Centro, reunidos em Assembleia Geral no INATEL, em Coimbra, em 18-10-76, para análise do projecto de Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos, considerando:

- 1) Que o presente processo de revisão do C. C. T. só pode ser resolvido favoravelmente mantendo a unidade dos trabalhadores bancários;
- 2) Que o comportamento dos Sindicatos dos Bancários perante o Congresso de Todos os Sindicatos influenciará decisivamente a consolidação dessa unidade indispensável à solução dos nossos problemas;

decidem:

- 1) Aprovar na generalidade com as alterações pontuais a decidir nesta Assembleia, o referido projecto de Regulamento;
- 2) Saudar os Bancários do Norte pela posição que assumiram na sua Assembleia de 15 do corrente em defesa do movimento sindical unitário;
- 3) Apelar aos colegas associados do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas no sentido de porem de lado todas as divergências secundárias, fazendo todos os esforços para encontrar as plataformas de unidade necessárias para salvaguardar a força que tem permitido aos bancários conquistas irreversíveis;
- 4) Que esta Moção seja publicada, como publicidade, no «Diário de Coimbra», «Jornal de Notícias» e «Diário de Lisboa», e enviada aos restantes órgãos de comunicação social.

Coimbra, 18 de Outubro de 1976.

Caleidoscópio

QUITO, 22 — (R) — Ocorreu tiroteio na cidade de Riobamba, no Equador, durante a noite, quando grupos de estudantes e de trabalhadores travaram recontros com tropas. Morreu, pelo menos, uma pessoa e dezenas de outras ficaram feridas devido aos motins.

A agitação alastrou depois a Quito, a capital, e soldados cercaram o palácio presidencial quando estudantes gritavam «abaixo o governo».

ROMA, 22 — (ANOP) — Dois em cada grupo de cinco comunistas italianos condenam a tentativa do PCI de chegar ao poder através de um acordo com os democratas-cristãos, actualmente no poder — revela uma sondagem publicada pela revista «L'Europeo», de Milão.

A sondagem foi efectuada dois dias depois das alas moderada e radical do Partido Comunista Italiano terem publica-

mente manifestado as suas divergências numa reunião da comissão central.

A reunião terminou com uma vitória substancial do secretário-geral, Enrico Berlinguer, que assumiu uma posição de equilíbrio entre as duas posições defendidas.

PARIS, 22 — (FP) — O presidente Valéry Giscard d'Estaing chegou à capital francesa de regresso da ilha da Reunião, onde esteve em visita oficial durante 48 horas.

DESTREHAN (LOUISIANA), 22 — (ANOP) — Um grande guindaste flutuante retirou ontem, das águas do Mississippi, os destroços de um «ferryboat» que naufragara após ter colidido com um petroleiro.

Como consequência da colisão, julga-se que morreram 78 pessoas, tendo sido recuperados os cadáveres de apenas 22 passageiros.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho Fiscalizador e a Direcção do Sindicato, ao abrigo do Art.º 13.º, § 5.º, alínea c) e Art.º 20.º, § 4.º, convoca todos os sócios ao pleno gozo dos seus direitos, para um a

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

(«reiteração» por voto secreto directo e universal)

De: 18-11-76

Das 8 horas às 24 horas.

Em: Lisboa — Pavilhão dos Desportos.

Alhandra — Alhandra Sport Club.

Torres Vedras — Delegação do Sindicato.

PARA A SEGUINTE VOTAÇÃO

1.ª — Actuação da Direcção e seu componente face ao próximo Congresso

a) Vinculação à Inter (Rejeição do Relatório da Direcção)

b) Vinculação à Carta Aberta (Aprovação do Relatório da Direcção)

2.ª — Co-ordenação da acção na Interindústria (Para cumprimento do Ponto 1.º do Programa de Acção da Direcção)

Lisboa, 18 de Outubro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

José Luís Pacheco Gaspar

NOTA IMPORTANTE:

Para maior rapidez, deverão os sócios trazer consigo o cartão de identificação/porta, a enviar como anexo. No entanto, este não dispensa a apresentação do documento de identificação, nem de cópia do bilhete de identidade.

Espectáculos

Crítica de Música

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO,

Mozart morreu na miséria, aos primeiros minutos da madrugada de 5 de Dezembro de 1791. Um dos mecenas da aristocracia vienense — o barão van Swieten — apareceu a oferecer as suas condolências logo na manhã desse mesmo dia. Posto ao corrente da aflitiva situação financeira da viúva, deu os seus conselhos: um funeral o mais barato possível. Dos de terceira classe: breve serviço religioso, sem missa e **sem música**, e vala comum. Assim se fez.

Para os aristocratas que se gozavam da música de Mozart — embora a não compreendessem no seu sentido profundo — já não valia a pena, realmente, gastar mais alguns cobres com honrarias fúnebres. Escangalhada a máquina de fazer notas, só havia que despachá-la levemente como sucata velha para a montureira dos detritos. Quem era Mozart senão um servo encarregado da missão específica de requintar o ambiente decorativo de tal ou tal salão mundano?

Mas, «se eles soubessem o que ele pensava na sua música...» (comentário que se aplica a Mozart, embora o seu autor, Grillparzer, o tivesse produzido a respeito da imunidade da música de Beethoven face à censura imperial), não se teria limitado a deixá-lo morrer na miséria: tê-lo-iam escorçado em vida. Os servos servem para servir e não para se emanciparem ou lutarem pela emancipação do homem. Mo-

zart conhecia a hipocrisia dos seus «protectores» e, ao mesmo tempo, amava conscientemente a liberdade, a igualdade e a fraternidade, que eram as «palavras de ordem» do movimento revolucionário da sua época, visando o derrubamento do poder feudal. Por isso, talvez, nos últimos dias da sua vida era mais frequentemente

tanto, enquanto cidadãos, eram reaccionários. Por exemplo, o caso do compositor Berlioz (que, aliás, vem a propósito da **Quinzena de Música Francesa**, actualmente em curso, numa iniciativa da RDP e da Direcção-Geral da Acção Cultural, e no âmbito da qual têm sido difundidas numerosas obras do autor da **Sinfonia Fan-**

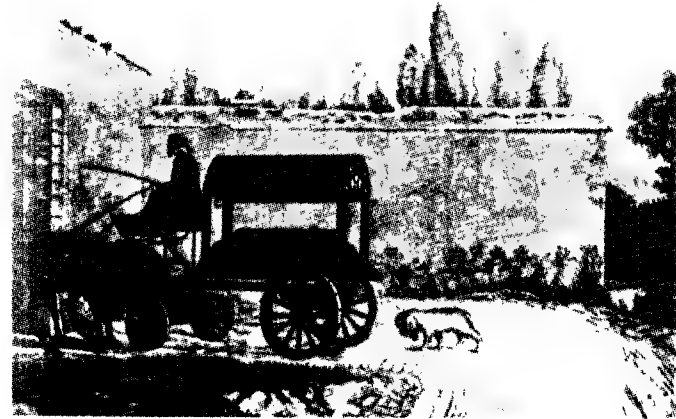
dões, luta que é o motor da própria história.

Nem todos os artistas do passado e do presente tiveram ou têm consciência disto. Mas o devir histórico permite-nos julgá-los: no caso de Berlioz assinalar a contradição entre o artista e o cidadão, dar razão ao primeiro, mostrar os erros do segundo, demonstrar, até, como o primeiro renegou e repudiou a sem-razão do segundo. No caso de Mozart ou Beethoven, assinalar a convergência de ambas as atitudes, a consciência histórica que revelaram a um tempo, na vida e na arte. E fazer justiça a qualquer dos três, no que respeita à função hedonista de músicos decorativos que algum «apolítico» frequentador de concertos — herdeiro da tradição aristocrática do barão van Swieten — lhes queira hoje atribuir: todos eles se revoltariam nos respectivos túmulos (aqui se compreendendo a vala comum dos humilhados e ofendidos da Viena do século XVIII).

Voltando ao episódio da morte de Mozart, caberá agora esclarecer o leitor do motivo que me levou a lembrá-lo nestas colunas: a recente audição em Lisboa do seu **Requiem**. Pela minha parte, sou incapaz de ouvir o **Requiem** de Mozart sem pensar imediatamente nas circunstâncias da morte do compositor e na profunda lição que ela encerra. Penso, além disso, que o conhecimento dessas circunstâncias pode ajudar a combater nos auditores modernos — por exemplo, nos que acorrem agora em massa à Fundação Gulbenkian para ouvir a obra na interpretação do Coro e Orquestra Gulbenkian e de solistas, sob a direcção de Michel Corboz — a tal atitude hedonista, que hoje se representa pela ideia de que ir consumir o **Requiem** a Gulbenkian é equivalente a ir a uma festa mundana ou... a um supermercado, comprar o melhor «whisky». Certas pessoas, as mais atingidas precisamente pela ideologia burguesa mais reaccionária, são capazes, na realidade, de reduzir o **Requiem** de Mozart ao papel decorativo das alcáftas que pisam em casa. Nós sabemos que essa era a perspectiva fascista atribuída à arte. Goering não se considerava um exímio coleccionador de arte? (Tal é, diga-se de passagem, uma das questões centrais que subjaz ao longo de todo o último filme de Pasolini: **Saló ou os 120 dias de Sodoma**).

Refiro somente, quanto à interpretação, que me pareceu, desta vez, mais rigorosa, mais consentânea com o espírito da obra do que em realizações anteriores, da responsabilidade do mesmo chefe de orquestra. (Subsiste, porém, a tendência de Corboz para concentrar todas as atenções no Coro cuja intervenção foi, de resto, brilhante —, abandonando a orquestra a si própria e não cuidando do equilíbrio dos dois planos sonoros).

E, para terminar, um apelo: que os «apolíticos militantes», sobretudo alguns que já se mostraram abespinhados por eu ter introduzido uma audição do **Requiem** de Mozart com a referência (que aqui voltei hoje a fazer) às circunstâncias da morte do seu autor, pensem que houve, pelo menos, um pessoa antes de mim (passe o leitor a imodestia...) que se preocupou com isso. Tão rica de conteúdo achava a lição da morte de Mozart que, para nunca dela se esquecer, conservava pendurada na parede, junto à sua mesa de trabalho, a gravura intitulada **O funeral do pobre**, que junto se reproduz. Essa pessoa era Beethoven.



«O funeral do pobre»: a gravura que Beethoven conservava junto à sua mesa de trabalho, para nunca se esquecer do que acontecera a Mozart

assaltado pela dor de não poder voltar a assistir a uma representação de **A Flauta Mágica** do que pela preocupação de terminar a composição do **Requiem** (Em **A Flauta Mágica** sintetiza-se, através de uma linguagem simbólica extremamente rigorosa, tanto no plano cénico como no musical, o próprio ideário do iluminismo e, mormente a iniciação na moçonaria. Apresentada quase sempre como uma «palhaçada» inconsequente, encontrou recentemente um encenador à altura: Ingmar Bergman).

Quer isto dizer que Mozart foi um grande músico por ser politicamente progressista? Eis a afirmação que me seria imputada por qualquer leitor menos atento, ou então por aqueles, obcecados de apolitismo militante, que em relações deste teor julgam ver o espectro do partidarismo ou da «demagogia».

Apontar-me-iam logo, e a dedo, casos célebres de artistas-criadores cuja grandeza não é contestada e que, no en-

tástico).

Simplemente, uma coisa é o que o cidadão Berlioz disse e fez politicamente, outra coisa é o significado estético profundo (logo, também político) da sua música. Em linguagem chã, permitam-me que ponha a questão assim: se um artista tem realmente alguma coisa a dizer enquanto artista é porque se considera a si próprio algo maior do que uma máquina fazedora de notas musicais, ou de frases literárias, ou de traços coloridos... Se consegue transmitir efectivamente o que quer dizer, em termos de a sua mensagem vingar, impor-se à admiração dos seus contemporâneos, perdurar para além da sociedade e da época em que surgiu, é porque nela abarca um momento da trajectória histórica da Humanidade, a complexidade das suas contradições, a luta por um futuro mais humano e mais justo. A grande música, mesmo quando surge sob a capa de uma atitude individualista, brota do desejo sincero de maior felicidade para os homens e da capacidade que consciente ou inconscientemente o compositor tem para, através da linguagem musical, exprimir o que na sua época foi manifestação histórico-social dessa busca de «maior felicidade», isto é, da luta da Humanidade pela completa libertação de todas as opressões e de todas as servi-

MARIA VITÓRIA

T. 36 17 40

HOJE AS 20.30
E 22.45 H.

★ E TODOS OS DIAS ★

Aos dom. «matinée» às 16 h.
As 2.ªs feiras — descanso

UM ENORME
ÉXITO!

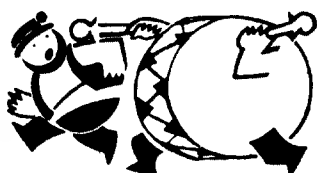
A MELHOR REVISTA
DOS ÚLTIMOS ANOS!



SALVADOR e IVONE SILVA

HENRIQUE SANTANA

O BOMBO
DA FESTA!



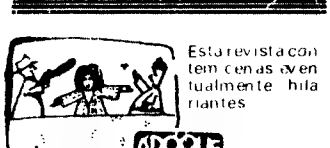
LYGIA TELLES

NOVA

SOVENDO
AGENTE CITROËN

Av. Infante Santo, 15 A/C - Telf.: 607117 - Lisboa

AGENTE CITROËN



Esta revista contém cenários e ilustrações hilariantes



HOJE: às 20.30 e 22.00
Domingos — Matinéas às 16 h.

4.ª FEIRA
Descanso da Companhia
(Não acons. MEN. 18 anos)



teatro
do bairro
alto

R. Tenente Raúl Cascais
1 - A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05



Canal da Crítica

NÃO ESQUEÇAS SALÓ, NÃO ESQUEÇAS

Mussolini. Mais os da sua comitiva. Mais o Hitler. Mais os da comitiva do Hitler. Levantam o braço, descem o braço. Acima do cotovelo. Abaixo do cotovelo. Braço pra cima, braço pra baixo. Muitos braços pra baixo, muitos braços pra cima. Os palhaços. Os roboretos. Marionetas. Ginetes do crime a brincar ao ridículo. Em Saló. Temos vontade de rir. É fácil ter vontade de rir e, se não vamos sufocar o riso na garganta, acabaremos depois por ficar enojados de nós próprios.

Porque era em Saló, na República de Mussolini. Ontem vimos alguma coisa disso. Vimos a corrupção, o folclore, o teatro, a miséria. Vimos a deportação de um milhão de homens e mais 200 mil homens e mais 200 mil homens para os campos de concentração. Vimos a verdadeira imagem do fascismo: os fuzilamentos dos re-

féns, deste modo: o comandante fascista a dizer aos responsáveis da repressão: vocês pedem 400 reféns para fuzilar, mas nós mandamos mais quinze, de bônus.

Assim era o fascismo. Melhor dizendo, assim é o fascismo. Seja de que terra for. O fascismo é o rosto do capitalismo quando se vê obrigado a abandonar as delicadezas «democráticas». Onde quer que se desencadeie, é assim. Massacres, morticínios, as igrejas cheias com os cadáveres de homens, mulheres e crianças. E o padre também, já me esquecia. Quando o padre procedia à elevação, veio uma rajada de metralhadora e desfez a hostia num milhão de bocadinhos. Em cada bocadinho reflectia-se o rosto grave de um guerrilheiro.

Sim, não havia só fascistas. Havia os patriotas. Operários, camponeses, empregados, es-

tudantes. Havia, como sempre, a esperança. Nesses terá de se apoiar quem desejar combater o fascismo a sério. Tudo o mais é ilusório. Tudo o mais acabará por ficar sepultado nos escombros da ilusão.

Mussolini está pendurado de cabeça para baixo. O porco, com a vossa licença. Alguns fascistas morrem tranquilamente nas suas camas, entre lençóis brancos e frescos. Outros, afastados dos seus locais de trabalho, regressam para continuar a obra interrompida. Outros andam tranquilamente a fazer visitas aos amigos e parentes...

Aqui chegados, quero contar-lhes a balada do Pide à solta que eu compus no autocarro ontem de manhã.

RUA DO OURO

Na pastelaria por cima do balcão o homem disse: «Por favor, aquele de chantilly e um galão». Comeu com invejável apetite sorveu o galão ruidosamente. Depois abriu o porta-moedas e pagou e saiu e parou um instante à porta a ver uma jovem de calças fortemente cingidas às ancas. Alguém saberá que outrora apagou cigarros nas costas dos presos. Cinco horas da tarde. Estamos na Rua do Ouro. Os rostos confundem-se e afinal talvez não passasse tudo de fadiga, de nervos, da imaginação um pouco doente.

E VALHA-NOS A PROVIDÊNCIA

A Providência é um grande problema. Particularmente para quem tem de recorrer aos serviços médicos da Caixa. João M. dos Santos, Pedro

Por MARIO CASTRIM

Hoje



Ana Karenina

- 18.30 Abertura
- 18.32 ABRE-TE SÉSAMO. Infantil
- 19.00 JANELA GRANDE. Viagens espaciais
- 19.20 RECITAL. Trio para Piano Opus 70, n.º 1 em R Maior de Beethoven. Intérpretes: Pinchas Zukerman (violino) Jacqueline Du Pré (violoncelo) e Daniel Barenboim (piano)
- 19.50 MOMENTO DESPORTIVO. Um tema de actualidade em debate
- 20.30 TELEJORNAL (1.ª edição)
- 21.05 MOMENTO POLÍTICO
- 21.20 O SENTIDO DAS FORMAS. Neste programa apresentador, dr. Ferreira de Almeida, fala-nos da Sé do Porto
- 21.50 VAMOS AO FADO. Um programa de José Pracana. Produtor: Mello Pereira. Realizador: Ruy Ferrão. Fadistas consagrados, amadores e amigos do fado: formas sofisticadas de expressões que vieram do povo
- 22.20 ANA KARENINA. A adaptação da conhecida obra de Leon Tolstói produzida pela RAI (Radio televisão Italiana). Realização de Sandro Bolchi. Intérpretes: Lea Massari e Pino Colizzi. Ana Karenina confessa ao marido que ama o cond Vronski...
- 23.25 TELEJORNAL (2.ª edição)
- 23.45 Fecho

Concertos populares na Costa do Sol

Realiza-se no domingo, às 17.00 horas, mais um recital integrado na série de Concertos Populares que a Junta de Turismo da Costa do Sol vem efectuando no Pavilhão de Congressos do Estoril.

Neste recital tomam parte os artistas Artur Moreira (clarinete), Adácio Pestana (trompa) e Olga Prats (piano).

A primeira parte será preenchida com obras para clarinete e piano de Schumann, Alban Berg e Aaron Copland, sendo deste último o concerto para clarinete que o compositor dedicou ao grande clarinetista norte-americano Benny Good-

man. Será executada a redução para clarinete e piano, feita pelo próprio Copland.

Para trompa e piano, serão executadas obras de Saint-Saëns, Eugene Bozza, Henri Busser, Franz Wigy e Jane Vignery, sendo a primeira vez que o conhecido trompetista Adácio Pestana colabora nos Concertos Populares da Costa do Sol.

O próximo concerto realizar-se-á no dia 14 de Novembro, com a colaboração dos artistas José Oliveira Lopes (canto) e Manuela Gouveia (piano).

Como tem sido anunciado, os bilhetes estão à venda nos lugares habituais ao preço de 15\$00.

"Outono em Portugal" premiado no Festival de Turismo e Folclore

O filme «Outono em Portugal» foi galardoado com o prémio «O melhor filme para distribuição internacional», no Festival Internacional do Filme de Turismo e Folclore, que decorreu em Bruxelas na primeira quinzena deste mês.

No Festival participaram 70 países, com um total de 125 filmes. A película portuguesa, produzida pela Direcção-Geral do Turismo, foi realizada por Bourdain de Macedo.

COMUNA TEATRO DE PESQUISA

Diariamente às 21.30 h.

O MÁGICO DA CENOURA

(A HISTÓRIA DE UM DESEMPREGADO)

PELO GRUPO FRANCÊS

TYLENCHUS

SÓ ATÉ SÁBADO

PREÇO ÚNICO — 40\$00

TEL. 76 26 24

PRAÇA DE ESPANHA

GOLISEU

TODAS AS NOITES às 21.30 horas Quintas e Sábados «matinées» às 16 h.

Domingos «matinées» às 14.30 e 17.15 horas

SÓ ATÉ DIA 31 — VEJA QUANTO ANTES!

Esp. para todos



OLIMPIADA DE CIRCO!

2 Alegres paradas de palhaços 2 6 Fabulosos números de animais 6 100 ARTISTAS 100

14 Países numa grande competição 14

MICHEL PICCOLI

REGRESSO às CAVERNAS "THEMROC"

Vida sem estruturas. Sem barreiras. De pura liberdade. Vida de Themroc!

um filme de CLAUDE FARALDO

NAO ACONS. MUA. IS. ANON RIVUS

3.ª SEMANA AGORA no UNIVERSAL



A partir de Sábado às 15 e às 21.00 horas («CABEÇAS CORTADAS») de GLAUBER ROCHA; às 19.00 horas («NÚMERO DOIS») de JEAN-LUC GODARD; às 17.00 e às 23.00 horas («REGRESSO AS CAVERNAS»)

DESTAQUES

I PROGRAMA

Vamos ao fado (21.50)

Amanhã

14.00: Abertura e Telejornal (1.ª edição) e Retrospectiva; 14.10: A E Mariana; 14.35: Ida e Volta (um programa de transportes); 15. Horizontes desconhecidos; 15.45: Janozik... série polaca; 16.40: Estúdio gente nova; 17.10: As Botas das Sete Leguas; 17.45: Animação (desenhos animados); 18.10: Como se realiza uma ópera — A Carmen; 19.10: Espaço 19 20.15: Selecção dos programas da próxima semana; 20.30: Telejornal edição; 21.30: «Inédito...ou quase» «O Delator» de Maria Teresa Horta; 22. Um programa da Direcção de Informação; 23.00: A Magia. As ilusões, o fantasma, algum humor e muitas emoções; 00.10: Telejornal — 3.ª edição; 00.25: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES FLUVIAIS MOÇÃO

Os Delegados Sindicais dos Transportes Fluviais, reunidos em plenário na sua Sede, em 15/10/76, decidem:

Considerando que:

A unidade dos trabalhadores e do Movimento Sindical é uma questão sagrada para todos os trabalhadores e condição para a vitória das classes laboriosas contra os exploradores;

O Congresso de todos os Sindicatos, pela reestruturação da Intersindical Nacional — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses é fundamental para consolidar e reforçar o Movimento Sindical;

1.º — Que a CNOC desenvolva todos os esforços necessários à realização rápida do Congresso de todos os Sindicatos;

2.º — Que a CNOC continue e desenvolva todas as iniciativas para trazer para o seio do Movimento Sindical os Sindicatos autodominais de (Carta Aberta);

3.º — Denunciar todas as manobras que falhando de unidade tem como objectivo a divisão do Movimento Sindical dos trabalhadores portugueses.

APROVADA POR MAIORIA

MOÇÃO

Os Delegados Sindicais dos Transportes Fluviais reunidos em Plenário na sua Sede, no dia 15/10/76, decidem:

1.º — Responsabilizar as Direcções Sindicais subscritoras da (Carta Aberta) pelas tentativas de divisão do Movimento Sindical, as quais em nada contribuem para o reforço das classes trabalhadoras e exploradas deste País;

2.º — Apoiar a Intersindical Nacional — Central Única dos Trabalhadores Portugueses;

3.º — Apoiar e exigir a realização do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses no mais curto espaço de tempo.

APROVADA POR UNANIMIDADE

Lisboa, 15-10-1976

PUB

Associação Portuguesa de Economistas

Sede prov. — Rua Rodrigo da Fonseca, 76 - 1.º Dt.º — Lisboa-1
Deleg. prov. — R. Gonçalo Cristóvão, 217 - 1.º Sala C — Porto

CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA ELEITORAL

Para cumprimento do disposto nos artigos 53.º, n.º 2 e 54.º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Eleitoral para o próximo dia 29 de Novembro de 1976 com a seguinte ordem de trabalhos:

— Primeira eleição dos Órgãos Sociais.

A Assembleia funcionará, com duas mesas de voto (Sede e Delegação provisórias), das 9 às 24 horas.

Têm direito a participar nesta Assembleia Eleitoral os economistas já inscritos na Associação e todos os que venham a inscrever-se até ao dia das eleições.

Lisboa, 20 de Outubro de 1976

Pel'A Comissão Instaladora
Joaquim Vicente Pinto
José Castelo Saraiva
Octávio Augusto Teixeira
Crisóstomo Aquino de Barros
Maria da Soledade Alves
Fernando Luís Brazão Gonçalves

IMPORTANTE

Apresentação das candidaturas — art.º 33.º n.º 5

«A apresentação das listas de candidaturas deverá ser feita até 20 dias antes da data do acto eleitoral».

Desporto



Francisco Balsemão: distinção internacional

Francisco Balsemão, presidente da direcção do Automóvel Clube de Portugal foi eleito para o «Comité», órgão de cúpula da Federação Internacional de Automóvel, durante uma eleição que decorreu em Paris, na qual estiveram presentes membros de 15 países. Igualmente o representante português foi eleito para a Comissão Internacional de Turismo.

A delegação portuguesa teve uma participação que se revestiu de particular êxito, não só através de iniciativas e intervenções destinadas a canalizar o Turismo para Portugal como através do resultado das eleições.

O Automóvel Clube de Portugal passou a estar representado em 7 das 8 comissões existentes naquele organismo e passará (a partir de agora) a ter um lugar de particular relevo nos múltiplos aspectos que

interessam ao automobilismo português. Na Comissão Internacional Aduaneira, organismo que se ocupa de todo o trânsito de fronteira e sua regulamentação, também o Automóvel Clube de Portugal passou a ter um lugar que será desempenhado por José Macedo e Cunha, que surge como membro titular do Tribunal de Apelação Internacional, sendo o membro suplente Eduardo D'Arbues Moreira.

O Automóvel Clube de Portugal viu (ainda) reeleitos por mais três anos, os seus representantes no «Karting»: António Matos Chaves e dr. Augusto Martins. No automobilismo Desportivo e na Comissão Técnica já o Clube se encontra representado, por mandatos que só serão postos à discussão em 1978, respectivamente por César Torres e eng.º António Fonseca.

C. P. — Caminhos de Ferro Portugueses

AVISO CONCURSO

Até às 17 horas do dia 19 de Outubro de 1976, estes Caminhos de Ferro aceitam propostas para a exploração da cantina da estação de Penafiel.

A anuidade mínima a oferecer pela ocupação das instalações é de 15 000\$00 e os concorrentes devem depositar em qualquer estação da C. P., a quantia de 3 000\$00 e as respectivas propostas deverão ser feitas com base no programa do concurso e condições contratuais que os interessados poderão consultar nas seguintes estações e locais:

- Penafiel
- Porto
- Livração
- Serviço Comercial da Região Norte
PORTO (SÃO BENTO)
- Serviço Comercial da Região Centro
LISBOA (SANTA APOLÓNIA)
- Serviço Comercial de Passageiros
Estação de Santa Apolónia, 1.º andar
LISBOA-2

As propostas deverão ser feitas em carta fechada dirigida ao Serviço Comercial de Passageiros dos Caminhos de Ferro Portugueses, estação de Santa Apolónia, 1.º andar, Lisboa-2, acrescentando-se àquele endereço, no sobrescrito, o seguinte:

«Proposta para a exploração da cantina da estação de Penafiel».

PORTUGAL

ANDEBOL

A equipa do Belenenses, campeã de Portugal de andebol de sete, partiu para Israel, onde defrontará a turma do Hapoel, a contar para a 1.ª eliminatória da «Taça dos Campeões Europeus».

A caravana do Belenenses é constituída pelos seguintes elementos: Joaquim de Sousa e Orlando Pina Lopes (dirigentes), António Cascais (treinador) Fernando Santos (massagista) e os jogadores Carrasco, José António, José Manuel, Ferreira, Jorge Rodrigues, José Carlos, Espadinha, Sousa, Armando, Rafael, Nuno, Hernani, Ricardo, Vieira, José Francisco e Carlos Jorge.

Jogos de andebol para o campeonato de Lisboa da 1.ª divisão: Paço de Arcos, 18; Académica da Amadora, 16; Caramão, 25-Sporting da Penha, 15; Vendedores de Jornais, 19-Estefânia, 18 e Liga de Alges, 19-Ajudense, 9.

Curso de Árbitros de Andebol, na Comissão Distrital de Setúbal (R. Diário «O Setubalense», 21, 3.º), no próximo mês de Novembro.

CICLISMO

Encontra-se aberta a inscrição para um curso de Juizes e Cronometristas de Ciclismo na Comissão Central, (Praça da Alegria, 65-1.º, em Lisboa) onde os interessados se devem dirigir (por carta ou pessoalmente) a Secretaria Geral, no mesmo local (das 18 às 23 horas) todos os dias úteis.

HÓQUEI EM CAMPO

A Associação de Hóquei em Campo de Lisboa louvou o atleta Fernando da Fonseca há 23 anos a defender as cores do (Hóquei Clube de Portugal). Fernando da Fonseca será homenageado no próximo domingo, pelas 10 e 30, no campo da Avenida do Brasil (Lisboa) recebendo, na eventualidade, a medalha de «Mérito Desportivo» concedida pela Associação lisboeta.

HÓQUEI EM PATINS

O guarda-redes Albino, que nesta temporada assinou dois compromissos (Benfica e Sporting), foi punido pela Federação de Patinagem com 60 dias de suspensão. Depois disso ficará qualificado como hóqueista dos «encarnados».

LUTA

Técnicos portugueses participam num estágio de treinadores de luta que decorrerá em Cavtat, (na Jugoslávia) de 1 a 8 de Novembro. Deslocam-se àquele país Orlando Gonçalves, Rui Silva e Octávio Silva, que ocupam (respectivamente) as funções de técnico nacional e técnicos de zona. Este estágio é organizado pela Federação Internacional de Lutas Amadoras.

NATAÇÃO

Dezasseis nadadores dos 14 os 19 anos do Nots County Swim Squad (da cidade britânica de Nottingham), encontram-se no Porto para, amanhã

à tarde, participarem em várias provas, na piscina do Estádio das Antas, competindo com nadadores do F. C. do Porto.

A equipa inglesa é treinada por Neville Cross, orientador do vice campeão europeu sénior (de estilos e mariposa) Brian Brinkley.

Por sua vez, a equipa do F. C. do Porto deslocar-se-á a Nottingham, em Abril do próximo ano, para participar num torneio organizado por aquele clube inglês com participação de equipas de outros países europeus.

A realização destas duas jornadas deve-se as diligências do técnico inglês do F. C. do Porto (Wall Lord) no sentido de incentivar o contacto internacional dos seus nadadores.

PESCA

O Clube Amadores de Pesca de Lisboa, leva a efeito, a 31 do corrente, no Rio Almansor, o 6.º concurso de pesca desportiva de rio. Distinções até ao 50.º classificado individual e (ainda) troféus para senhoras, infantis, maior número de exemplares e maior exemplar (num total de 60 taças e 29 medalhas sendo entregue definitivamente a taça «A Confidente»).

O local do concurso (que é do agrado de todos os pescadores desportivos) a grande quantidade e o alto valor dos prémios, que se encontram expostos numa montra do centro da cidade, fazem prever número «record» de inscrições, as quais podem ainda ser efectuadas na sede do clube organizador, até às 23 horas do próximo dia 29.

TÉNIS DE MESA

O Casa Pia Atlético Clube, através da sua secção de ténis de mesa, leva a efeito, nos próximos dias 13 e 14 de Novembro, o «II Grande Torneio Alberto Nacional de Ténis de Mesa», a realizar no pavilhão da Luz.

VOLEIBOL

Foi eleita a nova gerência da Associação de Voleibol do Porto. Nomes da assembleia geral: Manuel da Cunha Moreira, Manuel Ferreira da Silva Torres, António Alves Coelho e Américo Rodrigues Ferreira da Silva.

Direcção: António Maria Gomes da Cunha, Abílio Domingos Gomes de Albuquerque, Eduardo Augusto de Freitas Alves, Mário Emilio Carvalho de Almeida, José Joaquim Pinto da Conceição, António Manuel Pinto Rosas, António Rosas Pereira de Sousa, Alvaro Pimenta Maceda e Fernando Luís de Sousa.

Conselho Fiscal: Ernesto Joaquim dos Santos Costa, António de Sousa Santos e Damiano Martins de Aguiar.

Conselho Técnico: Manuel Fernando Bragança Rijo, Fernando Sousa e Jorge Manuel Pinto Moreira da Costa.

Conselho Jurisdiccional: Daniel Ribeiro Soares, Rogério de Sousa Santos e Vasco Ary Reis de Carvalho.

LÁ FORA

AUTOMOBILISMO

Os italianos Carlos Facetti e Piero Sodano ganharam a 75.ª Volta à Itália em automóvel. Num «LANCIS Stratos» Facetti-Sodano dominaram os quatro dias da competição, que se disputou por etapas (de Turim a Turim) e sete provas especiais, numa extensão total de 1422 quilómetros. A classificação final foi a seguinte: 1.º Facetti-Sodano («Lancia Stratos»); 2.º Bernabei-Borgia («Porsche Carrera») a 6.38,1; 3.º

Pittoni-Baresi («Porsche Turbo») a 10.20,6 e 4.º Ghisloti-Camathias («Ford Escort») a 12.21,2.

BRASIL

Disputou-se a 4.ª jornada das semifinais do campeonato brasileiro de futebol, que proporcionou os seguintes resultados: Curitiba, 2-Botafogo, 0; Rio Grande do Sul, 1-Sport Pernambuco, 0 e Palmeiras, 0-América, 0. A última jornada das semifinais será disputada amanhã e domingo.

Futebol em véspera de campeonato

Ares turvos na directiva do Estoril Praia, em relação ao técnico António Teixeira foi apenas para ver um rapazito que joga a extremo-esquerdo na África do Sul e estava interessado em viajar para o Estoril, o treinador dos «amarelos» anda por lá há cerca de duas semanas. Ficando de estar em Lisboa na passada terça-feira, acaba de indicar (por telegrama muito breve) que só poderá desembarcar na Portela na quarta-feira da semana próxima. José Torres, que estava à mão de semear e possui o diploma de técnico oficial, recebeu imediato apelo da gerência estorilista: Medeiros terá de dar cuidadas explicações da sua ausência, para não ficar com o posto em equação. Para já, face ao Leixões, Torres é o «mister» do Estoril.

RECEITA

As colectividades continuam a socorrer-se da faculdade de escolherem «Dias do clube». Assim, os associados do Clube Desportivo dos Olivais que, no próximo domingo, queiram presenciar o jogo do seu emblema com o Estrela de Vendas Novas, tal como a massa associativa do Oriental, em relação ao duelo futebolístico com o Marítimo, terão de munir-se de bilhetes especiais para o ingresso dos campos de espectáculo.



Mário Albuquerque e os seus pupilos: brilhante comportamento na Suíça

BASQUETEBOL

Sporting ultrapassa os 100 mesmo derrotado pelo Lugano

Os basquetebolistas do Sporting, perdendo (embora) perante os suíços do Lugano,

conseguiram colocar o marcador em números que reflectem uma capacidade atacante que é verdadeiramente fora do normal: 104-147, podem arredar os «leões» de grandes sonhos, mas nem por isso significar uma «débacle» frente a contrários poderosos, rotinados, muito traquejados em andanças internacionais.

Ontem, em Lugano, o Sporting alinhou e marcou do modo seguinte: Albuquerque (23), Rui Pinheiro (26), Quim Neves (4), Helder Silva, Carlos Lisboa (2), Nelson Serra (28), Carlos Sousa (3), Sobreiro (14), Roque (2) e Tomané (2).

Foi (na verdade) um comportamento que excedeu quanto se previa: afinal, na linha dos 80 pontos logrados na disputa com os campeões mundiais do Real Madrid.

O Lugano apresentou: Ermotti, Tiancarlo, Picco Franco Jonson Styuwart, Cedraschi, Alessandro, Dell'Acqua, Sérgio, Dizerens Marc, Dotta

Roberto, Nicolet Jena Claude, Dodochi Walter, Raga Manuel.

Regista-se que, pelo suíço, os melhores «encestadores» foram o norte-americano Johnson Styuwart (50 pontos saídos das suas mãos) e o mexicano Raga Manuel, «internacional» no seu país (que conseguiu 47 pontos).

Na marcha do «placard», os suíços cedo se superiorizaram, chegando aos 23-6 após o desnoite inicial dos sportinguistas. Para cúmulo, Quim Neves lesionou-se na boca e teve de abandonar a partida. Porém, quando se imaginava que os «leões» seriam presa fácil do excelente «cinco» helvético, deu-se a sacudidela: 45-64, ao intervalo, reflectia a réplica dos pupilos de Mário Albuquerque que, no tempo complementar, actuaram com a cabeça e serenidade, embora naturalmente tivessem de abdicar na discussão do triunfo.

Secretário de Estado preconiza internacionalização cá em casa

Terminada a visita de trabalho de 13 dias ao Norte do País, o dr. Joaquim de Sousa (secretário de Estado da Juventude e Desportos) teve ontem uma reunião com os representantes dos jornais do Porto, no Governo Civil local. O secretário de Estado da Juventude e Desportos, começou por referir que o Porto é uma das zonas de Portugal mais ricas quanto a actividades desportivas, apresentando extremas potencialidades. Acrescentou (ainda) que há muitas dedicações e muitas pessoas com iniciativa. A maior parte do que está feito deve-se aos clubes e aos seus dirigentes.

O actual responsável pelo Desporto referiu que não é possível fazer uma obra des-

portiva em Portugal alheando-se da vida dos clubes. Temos de encontrar formas de canalizar toda a extraordinária vivência dos clubes num sentido correcto.

Revelou que, quanto ao problema dos subsídios aos clubes, o caso será estudado globalmente, tendo em vista uma previsão das deslocações ao estrangeiro. Todavia, quer-me parecer que, no momento, há mais interesse no contacto internacional feito adentro de fronteiras.

O dr. Joaquim de Sousa regressa a Lisboa, depois de visitar hoje Coimbra e Leiria. Outras visitas serão efectuadas em Dezembro: a Lamego, Viseu, Guarda, Covilhã, Portalegre, Elvas e Castelo Branco.

Desporto

EM CAIXA

AFLIÇÃO

Numa desesperada tentativa para emendar a palavra (fácil e inconsistente) o técnico António Teixeira foi a correr desabafar, em dois jornais desportivos, proclamando que jamais lhe passara pela cabeça desconfiar da honestidade dos árbitros e, se dissesse certas coisas («em tom de confiança, entre uns copitos...») fora apenas «porque ouvira dizer, porque constava por aí, porque se falava nisso...». Apertado por um inquérito e prontamente espartilhado pela justíssima réplica dos juizes do futebol, que exigem que o sr. Teixeira (condutor de homens, no Varzim) venha a terreiro dizer (mesmo) de quem desconfia, o técnico nortenho dá o dito por não dito, barafusta contra o jornalista que o entrevistou, diz que tudo foi imaginativa do dialogante, conversa em família que não era para ser escrita.

Agora, o (péssimo) exemplo de António Teixeira acaba de ser adoptado por Mário Nunes, treinador ao serviço do Portimonense que, igualmente há umas semanas, viera para a Imprensa chamar cobras e lagartos a árbitros, atirando-lhes peçonha e colocando-os na mesma corda bamba para onde Teixeira os havia atirado. Não chegou a falar em «envelopes», em conluios, em hipotéticos subornos: mas andou lá muito perto, como pode ver-se em letra de forma, nos camaradas que fizeram entrevistas após o embate Estoril-Portimonense, dirigido por Francisco Lobo, vendo as barbas de um vizinho a arder, apareceu lesto a desdizer-se, seguindo as passadas do companheiro mais velho e, como vai sendo habitual, proclamando que tudo o que colocam na boca das pessoas são invencionices dos jornalistas ou, então, fruto da recolha de opiniões quando os entrevistados estão com nervoso miúdinho, «sob grande tensão».

Claro que há um remédio, para já: desconhecer, antes, durante e após, a existência de certos arrivistas que, afinal de contas, ganham a vida graças à projecção gratuita que determinados órgãos de Comunicação Social lhes proporcionaram. Mas, onde é que, depois, os sujeitos arranjam pão para a boca?



Lesionado, aborrecido com tudo o que se diz por aí a seu respeito, colocado sob alçada de um inquérito federativo, Livramento resolveu fazer paragem na sua carreira: o melhor jogador mundial de hóquei patinado é (por enquanto e só) um cliente diário das «mãos milagrosas» de Manuel Marques, o massagista de reputação mundial que foi arredado do trabalho na selecção federativa de futebol, depois de ter sido responsável por centenas de espectaculares recuperações

CASO

Os arraiais ciclistas andam perturbados: depois do clima criado pelos «amadores» que vão correr profissionalmente nas provas «clandestinas» (a troco de chorudos prémios de presença) até aos diferentes criados pela gerência do jovem Costa do Sol, passando pela suspensão de certos emblemas e acabando na ida de um quarteto português a terras (interditas) da África do Sul, tudo acontece, para mais obrigar a equipa federativa de Idalino de Freitas e António Paixão a fazer horas extraordinárias e a puxar pela cabeça para resolver as várias situações disciplinares criadas a esmo, por aí fora.

Venceslau Fernandes (160 contos no bolso), Manuel Pereira, Fernando Vieira e o orientador Fernando Mendes (cada qual a meter na algibeira mais 120 contos) andaram em serviço da pedalada lá pela cintura de Joanesburgo, contrariando uma disposição dos areópagos internacionais que Portugal aceitou e tem de respeitar. Ante a interrogativa do que lhes poderia acontecer, se a D.G.D. portuguesa resolvesse castigá-los, um dos ciclistas «amadores» (Manuel Pereira) declara esta manhã, ao «Record»:

«Sinceramente, são coisas que só eles é que sabem. O ano passado disseram que os castigos seriam aplicados em virtude do Mendes e do Venceslau serem profissionais e terem participado em provas de amadores. Este ano nós somos amadores. É, a tal história de «preso por ter cão e por não ter...». Quanto a mim, penso que esses senhores não querem que a gente vá correr ao estrangeiro para governar a vida. Certamente pretendiam que o convite tivesse sido feito directamente à Federação. Os jornais falavam no caso, e não faltariam dois ou três dirigentes a viajarem connosco... Assim, como o convite não foi feito directamente, não gostaram e reagiram assim... Se eles quiserem que nos castiguem. Pode até acontecer que eu e o Venceslau deixemos o País e venhamos correr para a África do Sul.»

Vem aí a Dinamarca

ONZE DEFESAS NA SELECÇÃO "LÁ DELES"

Na verdade, parece que a Comissão Técnica que manda nos futebol selectivos cá da área resolveu abrir os ouvidos a algumas críticas (não enfeudadas a interesses que um dia virão a lume...) e, pelo menos, emendar a mão no que concerne ao esquecimento a que foram votados certos «desconhecidos» para o jogo que, nas Antas, ofereceu imagem depauperada e infeliz (por mal preparada...) do nosso chuto na bola. Com efeito, na lista de elementos convocados para o 2.º embate da fase de qualificação para o «mundial», já figuram dois nomes que, em quase uníssono, eram considerados imprescindíveis nos trabalhos de qualquer selecção portuguesa de futebol, fosse ela de «todos nós» ou apenas «lá deles», os federativos: Laranjeira e Barros (em forma apurada há mais de 30 dias, receberam agora as honras de convocatória para treinos, o que dá a sugestão de (pelo menos parcialmente) a famosa Comissão Técnica tentar mansamente ir de encontro à realidade mais palpável.

Porém, o inacreditável continua a suceder: para um jogo (com a Dinamarca) que é forçoso vencer e (com vista à passeata à Argentina), portanto, marcar uma toada de constante ataque, a Federação (quem lá pontifica) convocou nada mais nada menos, onze defesas (Artur, Barros, Pietra, Rebelo, Laranjeira, Mendes, Rui Rodrigues, Freitas, Teixeira I, Tai e João Cardoso) o que logo à partida dá imagem do esquema que vamos patentear frente aos dinamarqueses: defender a todo o transe o 0-0 inicial que, provavelmente para os altos mentores do futebol verde-rubro, já é muito bom para quem mora «no rodapé da Europa».

Enfim: enquanto se regista a abdicação da turma de entendidos pelo concurso de Alves (que, como foi grande Vedeta nas Antas, deixou de interessar...) mencionemos que a douta Comissão Técnica achou por bem fazer apelo a 4 guarda-redes (Bento, Botelho, Fonseca e Tibi), 4 médios (Octávio, Celso, Toni e Vitor Martins); 5 dianteiros (Seninho, Oliveira, Nenê, Moinhos e Manuel Fernandes). Como se nota, Fragueto e Damas, Chalana e Conhê, Baltasar e Quinito, Humberto Coelho e Rui Lopes ficaram no tinteiro. Provavelmente reservados para o difícil e muito espinhoso confronto com os pobres e anónimos ciprotas...

N. D. S.

Geral

Setenave mais ocupada com abertura a leste

Nos estaleiros da Setenave, que permitem a reparação simultânea de, pelo menos, 8/9 navios, passa neste momento por uma grande reparação o petroleiro brasileiro «Bocaina»; uma reparação conseguida em concurso internacional com outros grandes estaleiros holandeses, italianos e americanos, a comprovar «as reais capacidades de trabalho da Setenave, quer no tocante a qualidade, tempos de entrega e preços concorrenciais».

De 6 de Janeiro a 21 de Setembro deste ano os estaleiros da Setenave em Setúbal repararam 50 navios: dez portugueses e quarenta estrangeiros, entre os quais o maior navio reparado até hoje em Portugal o «Hemland», de 373.000 TDW, pertencente a um armador sueco.

Em declarações a ANOP um porta-voz da Setenave admitiu, por outro lado, que a política de abertura aos mercados de leste levou já a assinatura de um contrato para a reparação de navios da Romênia, dois dos quais (de 85 mil TDW) foram já reparados na Setenave, bem como um navio soviético de 150 mil TDW.

Supõe-se que até ao fim do ano corrente as reparações a efectuar pela Setenave venham a atingir ou mesmo ultrapassar os 60 navios.

Anarquistas contra condenação à morte de revolucionários

A Aliança Libertária e Anarco-Sindicalista (A.L.A.S.) pronuncia-se, num comunicado distribuído aos órgãos da informação, sobre a condenação à morte, por enforcamento, de dois militantes anarquistas, por um tribunal especial de Dublin, na Irlanda.

Manifestando o seu repúdio por esta bárbara condenação considera semelhante ao caso Sacco e Vanzetti, a A. L. A. S. apela a todos os revolucionários portugueses que tomem uma posição contra a sanha feroz do Governo inglês que



tempo

Situação do tempo
09.00 H

Em Portugal Continental o céu estava geralmente pouco nublado e o vento era fraco.

TEMPERATURAS EXTREMAS

PREVISÃO GERAL ATE AS 24 H. DE AMANHÃ

Aumento gradual de nebulosidade com possibilidade de períodos de chuva a partir do fim da tarde de hoje nas regiões a Norte do vale do Tejo; vento fraco predominando de Sueste

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO 15°
COIMBRA 10°
PORTALEGRE .. 15°
LISBOA 13°
FARO 16°
FUNCHAL 19°

MARES DE HOJE

PRELA MAR	BAIXA-MAR
2.02 4,3 m	7.45 0,7 m
14.23 4,4 m	20.09 0,6 m
Dia 23	
2.45 4,4 m	8.28 0,5 m
15.08 4,5 m	20.50 0,5 m
Dia 24	
3.29 4,5 m	9.11 0,5 m
15.52 4,5 m	21.32 0,6 m

ANANHA
NASCER AS 6.54
OCASO AS 17.48

Delegação libia vem a Lisboa

Com o objectivo de intensificar as relações de cooperação económica e cultural entre Portugal e a Líbia, vai-se deslocar ao nosso país, a partir do próximo dia 27, uma delegação oficial da República Árabe da Líbia.

Presidirá a essa delegação o ministro de Estado para os Negócios Estrangeiros do Governo libio, sr. Borda e nela participarão também representantes dos Ministérios da Economia, do Comércio, da Habitação, dos Transportes e dos Negócios Estrangeiros da libia.

A delegação será portadora de projectos sobre os temas a discutir com o Governo Português, que serão fundamentalmente de índole económica e cultural.

África do Sul já pode ler Mickey Spillane

JOANESBURGO, 22 — (R.) — Censores sul-africanos levantaram hoje a proibição ao livro de Mickey Spillane «The long wait» («A longa espera»), vinte anos depois de imposta.

DANCE-BOTES
Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Rosy Strip-teaseuse

CASINO ESTORIL Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946

BOLSA DE LISBOA

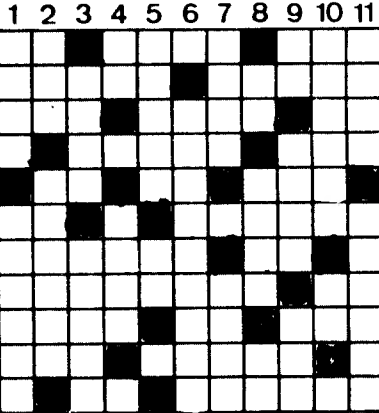
VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 23 4/8 %	300\$	275\$	310\$
Cons. 3 %		300\$	
Cons. 3 1/2 %		350\$	
Centenários		800\$	
Tes. 5 %		830\$	
Tes. 10 %	500\$	500\$	505\$
Extern. 1 %		450\$	
Extern. 1 1/2 %	450\$	450\$	
Extern. 3 %		500\$	
Extern. 3 1/2 %		80\$	
Caut. 3 %			
FUNDOS PÚBLICOS			
A 1 x 6 %		720\$	
C.M.I. 5 3/4 %		770\$	
C.P. 5 1/2 % 67		600\$	700\$
C.P. 5 1/2 % 68		600\$	
C.P. 5 1/2 % 69		650\$	
Corr. 5 3/4 %		770\$	
Metr. 5 3/4 %		810\$	
Tur. 5 3/4 %		850\$	
C.P. 6 3/4 %		800\$	
ELÉCTRICAS			
G. 5 % 58		660\$	680\$
G. 5 % 59		660\$	
G. 5 % 62			
G. 5 % 63			
G. 5 % 64			
G. 5 % 65			
G. 6 % 67		730\$	
G. 6 % 69		710\$	
G. 7 %			890\$
H.E.A. 5 %		580\$	
H.E.C. 5 %	750\$	620\$	
H.E.C. 6 %		750\$	760\$
H.F.D. 5 %		580\$	
H.F.D. 6 %		720\$	
H.E.N.P. 5 %		750\$	
H.E.S.F. 5 %			
H.E.S.F. 6 %		720\$	
H.E.Z. 5 % 57		600\$	
H.E.Z. 6 %		750\$	
N. Elec. 5 %		620\$	
N. Elec. 6 %		650\$	
Termoelec. 5 %		580\$	
U.E.P. 5 % 60		700\$	
U.E.P. 5 % 63		775\$	
U.E.P. 6 %		700\$	
U.E.P. 7 %		700\$	
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % 56		690\$	
A.P.T. 5 % 58		670\$	
Lisnave 6 %		750\$	
Nitratos		610\$	820\$
Pet. 2 1/2 % 3	815\$	750\$	
Sacor 7 %		810\$	
Sacor 5 % 54			
Sacor 5 % 60		750\$	
Sid. 5 % 2		630\$	
Sid. 5 % 3		620\$	
Sid. 5 % 4		620\$	
Socel 5 %		720\$	
R. Fabril 67		720\$	
R. Fabril 68		400\$	
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %			400\$
Rev. 5 % 57			
Rev. 5 % 59 60			
Mocambique 5 %			
Sonete 5 %			
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlantico			
F.I.D.E.S.			

palavras cruzadas

COM PROVERBIO
PROBLEMA N.º 11500

HORIZONTAIS:

- Preposição. Nome de um mês. Personagem da literatura fantástica inglesa.
- Percebem. Não nascida.
- Ecoe. Descerco. Érbio (s.q.).
- Aerostato. Cidade de França.
- Lé. Érbio (s.q.). Grande quantidade.
- Autores. Rataras.
- Instrumento de vidro usado nalguns laboratórios. Gálio (s.q.).
- Pequena porção de qualquer alimento (fam.). Satélite de Júpiter. Primeira parte do nome de uma rainha do Egipto, cujo túmulo foi descoberto por Mariette em 1859.
- Guarnição de asas. Marcar o peso da tara em.
- Prefixo de negação. Estado do sul da Índia.



VERTICAIS:

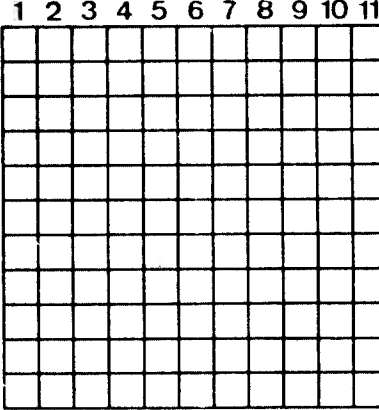
- Catafalco. Acometer.
- Extremidade do braço. Atravessais.
- Boneca. Artigo definido. Quadrúpede ruminante.
- Pronome pessoal. Sustento com estacas ou varas (a v. deira).
- Gênero de coleópteros terráneos. Utensílio doméstico.
- Argamassariam.
- Metal precioso de cor amarela. Enrubescer.
- Em o. Ruga da pele. Nesse lugar.
- Miriare. Colocar. Donzela de Orleães.
- Inflamara. Seguiu.
- Nome com que os negros feiticistas da Baía, designam S. Jerónimo. Fantasiar (fig.).

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7660

HORIZONTAIS:

- Amónio (s.q.). Bairro onde habitavam antigamente os Mouros.
- Flecha. Movia os remos.
- Pronome pessoal. Gastar.
- O lado do vento. Pedido.
- Caloiros (fig.).
- Onomatopeia do estrondo ou detonação. Preposição e artigo definido. Nota musical.
- Reflectiram.
- Asa superior coriácea, que cobre a inferior, em certos insectos, particularmente nos coleópteros. Oco.
- Amofina. Praia.
- Involútares.
- Atravessas. Queimar.



VERTICAIS:

- Termo usado para designar crustáceos, isópodos, do género Asellus. Raer.
- Apelido. Descascar.
- Basta. Relativo a pupilo ou pupila.
- Ruim. Enviar.
- Nome de astro. Grupos de três.
- Do Uruguai.
- Aquele que rema.
- Substância granulosa hidrocarbonada que se extrai dos cereais. Picantes.
- Pouco densos. Madre.
- Czar da Rússia cognominado «O Terrível». Fêmea do boi.
- Duna na Suécia. Região alpestre dividida entre a Áustria e a Itália e que pertenceu inteiramente aos Estados austríacos.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11499

HORIZONTAIS:

- Corsa. Adama.
- Samarra.
- Os. Lo. Rã. Am.
- Ris. Roa. Ate.
- Anas. QUEM.
- Apor. Pula.
- Amé. Rea.
- Mm. NAO. Ma.
- Mania. Vilar.
- Art. Amima.
- Croas. Rasas.

VERTICAIS:

- CHORA. MMMCC.
- Sina. Mã.
- Rs. Sapa. NAO.
- Sal. Som. Ira.
- Amor. Renais.
- Os.
- Arrá. Provar.
- Dra. Que. Imã.
- Aa. Aula. Lis.
- Área. MAMA.
- Armen. Farás.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7659

HORIZONTAIS:

- Romãs. Tomar.
- Arel. Boca.
- Pão. Ali. Lis.
- Arnas. Amima.
- Aer. Uta.
- Sentido.
- Os. Aiara. Fr.
- Moldo. Ardea.
- Oaio. Alim.
- Tia. Mia. Ita.
- Assim. Sovar.

VERTICAIS:

- Rapa. Momota.
- Orara. Soais.
- Meones. Lias.
- Al. Areado.
- As. Nio. Mm.
- Cl. Ata. Pi.
- Ia. Ira. As.
- Ob. Mudara.
- Molito. DLVI.
- Acima. Feita.
- Rasa. Tramar.

Proverbio: QUEM NÃO CHORA NÃO MAMA

Farmácias de serviço

LISBOA

TURNO N-1
ATÉ ÀS 22 HORAS

- AJUDA**
Moura, Travessa da Memória, 55 (Tel. 630944).
- ALTO PINA**
Iberia, Rua Barão de Sabrosa, 235-A (à Alameda) (Tel. 728277).
- ALVALADE**
Nova Iorque, Avenida dos Estados Unidos da América, 140-B (Tel. 760658).
- ARROIOS**
Cândido Monteiro, Av. Almirante Reis, 121-B (Tel. 45751).
- BAIRRO DAS COLÓNIAS**
Higiénica, Rua Heliodoro Salgado, 20-A (Tel. 844361).
- BAIXA**
Teixeira Lopes, Rua Aurea, 154 (Tel. 324816).
- BENFICA**
Lisboa, Rua Cláudio Nunes, 73-A (Tel. 703393).
- CAMPOLIDE**
Rualto, Lda., Alto do Carvalhão, 5/A/B (Junto ao Aquecimento das Águas Livres) (Tel. 351721).
- CAMPO DE SANTANA**
Peninsular, Campo dos Mártires da Pátria, 117 (Tel. 553308).
- ENTRECAMPOS**
Nova Iorque, Av. dos Estados Unidos da América, 140 (Tel. 760658).
- LUMIAR**
Patuleia, Alameda das Linhas de Torres, 262-B (Tel. 790332).
- OLIVAS SUL**
Nova dos Olivais, Rua Manhica, lote 469 (Tel. 316402).
- S. MAMEDE**
Albano, Rua Escola Politécnica, 59 (Tel. 326750).
- S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA**
Figueiras, Avenida Marquês de Tomar, 20 (Tel. 44995).
- TURNO N-2
TODA A NOITE
- ALFAMA**
Anunciada, Rua do Vigário, 74 (Tel. 866360).
- ALTO DE S. JOÃO**
Dalton, Avenida Mouzinho de Albuquerque, 7-A (à P. Paiva Couceiro) (Tel. 843571).
- ALVALADE**
Aeroporto, Avenida Almirante Gago Coutinho, 101-D (à Avenida D. Rodrigo da Cunha) (Tel. 722384); S. João de Deus, Rua Pedro IV, 1-A (Tel. 725140); Cartaxo, Avenida da Igreja 21-C (Tel. 717958).

AREIRO

- Miranda, Campo Pequeno, 36-B (à Avenida Sacadura Cabral), (Tel. 770776).
- AVENIDA DA LIBERDADE**
Fernandes, Rua de S. José, 187 (Tel. 326476).
- AVENIDAS NOVAS**
Universal, Rua Actor Taborada, 5-7 (Tel. 44158).
- BENFICA**
Algría, Estrada de Benfica, 180-A (Tel. 780511).
- CAMPO DE OURIQUE**
Castro Fonseca, Rua 4 de Infantaria, 28-A (Tel. 688857).
- PICHELEIRA**
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B/C (Tel. 720703/728396).
- MARVILA**
Grilo, Rua do Grilo, 25 (Tel. 385264).
- SANTO AMARO**
Lisbonense, Rua Leão de Oliveira, 2-B (Tel. 637020).
- SANTOS-O-VELHO**
Fontoura, de Carvalho, Rua Santos-o-Velho, 12 (Tel. 662075).

LINHA DE CASCAIS

- ALGES**
Miraflores, R. António Granjo, 2 (Tel. 2113161).
- CAXIAS**
Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (Tel. 242839).
- CARCAVELOS**
Central, Toda a noite
- S. DOMINGOS DE RANA**
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29B (Tel. 260085) Até às 22 horas
- FAÇO DE ARCOS**
Pargana, Av. Eng.º Bonnevillle Franco (Tel. 2435147) Até às 22 horas
- NOVA OIRAS**
Leal, Até às 22 horas
- ORIRAS**
Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (Tel. 2430485) Toda a noite
- PAREDE**
Brandão, Av. da República, 77-C (Tel. 2471054) Toda a noite
- MURTAL**
Primavera, R. das Parreiras, 2 (Tel. 2472278) Toda a noite
- MONTE ESTOTIL**
Lopes, R. Hangar, 3 (Tel. 260008) Toda a noite
- AMORFIRA**
Amoreira, (T. 262313/267314) Até às 22 horas
- A. Costa, R. Freitas Reis, 24-C (Tel. 280214) Até às 22 horas**
- CASCAIS**
Cordeiro, Av. Comb. G. Guerra, 40 (Tel. 280170) Toda a noite

LINHA DE SINTRA

- AMADORA**
Dias, Av. Marquês de Pombal, lote 9 (Tel. 934589); Campos, R. Elias Garcia, 185 (Tel. 930072); Clabel, R. António Sardinha, 23-D (Tel. 938551).
- DAMAIA**
Confiança, Est. Militar, Lote D (Tel. 9710231).
- VENA NOVA**
Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (Tel. 974161).
- QUELUZ**
Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A (Tel. 951841).
- CACÉM**
Guerra Rico, Agualva
- MEM MARTINS**
Quimica, Est. Mem Martins 285 (Tel. 2910012); Miranda Garcia, Est. de Mem Martins, 173-B (Tel. 2914103).
- S. PEDRO DE SINTRA**
Valentim, (Tel. 980456).
- SINTRA**
Marrazes, Estefânia (Tel. 2930058).
- COLARES**
Abreja, (Tel. 299088).
- OUTRA BANDA**
- ALCOCHETE**
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Tel. 234100).
- ALHOS VEDROS**
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 204020).
- ALMADA**
Central, R. de Oliveira, 11-B (Tel. 2750504).
- BAIXA DA BANHEIRA**
Alfama, Est. Nacional, 178-B (Tel. 2040302).
- BARREIRO**
Pimenta, R. Eng.º Joaquim António de Aguiar, 259 (Tel. 2073012).
- COVA DA PIEDADE**
Garcia Reis, R. dr. Alberto Araújo, 19-A
- MOITA**
União Moitense, Av. dr. Teófilo Braga (Tel. 239025).
- MONTUJO**
Moderna, R. Bulhao Pato, 60 (Tel. 2310156).
- TSESEMBRA**
Leão, Av. da Liberdade, 13 (Tel. 2233471).
- SETUBAL**
Higiene, R. Frei Agostinho da Cruz (Tel. 22408); Portugal, R. Camilo Castelo Branco (Tel. 23211).
- SEIXAL**
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Tel. 2218560).

COIMBRA

- CRUZ VIEGAS**
Rua do Brasil, 154, T. 22961; DONATO, Rua Ferreira Borges, 2, T. 22603; RAINHA SANTA, Rua Figueira da Foz, 11, T. 24737.

Cinemas

ALVALADE

Tel 897480 18.30 e 21.15
Luis de Funes em
AS FÉRIAS GRANDES
Um filme de Jean Giraut
4.ª Semana
Para todos

APOLO 70

Tel 763319 14, 16.30, 19.21.15
A obra-prima de Luis Buñuel
VIRIDIANA
4.ª Semana
com Silvia Pinal, Fernando Rey, Francisco Rabal
Panorama do cinema mexicano
Não acons. men. 18 anos
O CASTELO DA PUREZA

AVIS

Tel 47163 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. men. 13 anos
24.ª Semana
BOBBY
A projecção do filme começa 5 minutos após os horários

BERNA

Tel 776098 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. men. 13 anos
Treine-os! Excite-os! Arme-os!
Largue-os em território nazi!
DOZE INDOMÁVEIS PATIFES
Um filme de Robert Aldrich
10.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO

Tel 795093 14, 16.30, 19 e 21.15
Não acons. men. 18 anos
Al Pacino em
UM DIA DE CÃO
6.ª Semana
Um filme de Sidney Lumet

O LOUVO

Tel 971794 21.00
Interdito a menores de 18 anos
HUI TIN, O MAIOR DE TODOS

radio

1.º PROGRAMA
16.00, Noticiário. Música variada, 17.00, Canções da Europa; 17.30, Orquestras; 18.00, Música portuguesa; 19.00, «A Agricultura que nós temos», por António Rico Calado; 19.45, Música instrumental; 20.00, «Jornal da Noite»; 20.30, Conjuntos instrumentais; 21.00, «Contraponto»; 23.30, Desporto no Mundo; 00.00, «Último Jornal»; 00.15, «Jazz»; 00.30, Música Variada; 01.00, Música na noite.

2.º PROGRAMA
17.30, Artistas célebres interpretando música francesa:
A pianista Marguerite Long, em Barcelona n.º 2 em sol maior, op. 41, de Faure
O pianista Alfred Cortot, executa: Jeux d'Eaux, de Ravel
O violinista Jacques Thibaud, acompanhado pela Orquestra dos Concertos Lamoureux, dirigida pelo maestro Eugene Bigot, interpretando: Poema, op. 25, de Chausson; 18.00, Trechos de óperas de Bizet; 18.30, Música instrumental de Bizet; 19.00, Jogos de crianças; Sinfonia em dó maior; 19.10, Trechos de óperas de Gustave Charpentier e Massenet; 19.25, A saíra da Primavera, de Stravinsky; 20.00, Solos de instrumentos: «Rapsodia, de Marcel Grandjany; «Toccata em mi menor bww 914, de Bach; Fantasia, de Fauré; Marchas características, de Schubert; 20.35, Concerto n.º 1 k. 207 para violino e orquestra, de Mozart; 21.00, Programa literário; 21.30, «Que quer ouvir?»; Sonata n.º 2 em si bemol menor op. 35, de Chopin; Trumpet Voluntary, de Purcell; 22.00, Quinteto de instrumentos de sopro da Radiodifusão Portuguesa; 22.10, «Divertimento p/oboe, clarinete, trompa e fagote op. 61 n.º 5, de Alan Hovhaness»; Pequena suite p/quinteto de sopro, de Marcos Romão; 22.30, Diálogo; 23.00, Duas obras de Claude Debussy: «Syrinx para flauta solo, por Doriot Anthony; Sonata para violoncelo e piano; 23.25, Intercâmbio Musical: Festival de Lausana de 1976 em gravações cedidas pela Sociedade Suíça de Radiodifusão e Televisão. 1.ª parte: Obras de Haydn e J.S. Bach. Intervalo. Obras de Falla. 2.ª parte: Obras de Mozart e Ravel; 01.00, Fecho.

Cinemas

CASINO ESTORIL

Tel 254521/264996 17 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
OS DOZE INDOMÁVEIS PATIFES

CASTIL

Tel 630194 Estreia 21.15
UM AMOR COMO O NOSSO
(Un amour comme le notre)
Um filme de Andrée Marchand
Interdito a menores 18 anos
Este filme pode ser considerado pornográfico
As 15.00, 17.00, 19.00 Int. M/18
FELICIA
Contém cenas eventualmente chocantes

CONDES

Tel 322523 13.30, 16.15, 19 e 21.45
Grupo B M. 10 anos
TORA! TORA! TORA!
3.ª Semana
A gigante epopeia jamais filmada
c/ Martin Balsan e Joseph Cotten

FOF

Tel 320768 Hoje estreia às 21.15
Jamais o cinema indiano foi tão longe!
FOGO REAL
O filme empolgante de Ramesh Sippy
Não acons. a menores de 18 anos
Hoje às 14.00, 16.30, 19.00
Últimas exhibições do filme
O GUARDA COSTAS DE FERRO
Interdito men. 18 anos

ESTÚDIO

Tel 555134/5 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. men. 13 anos
O PROCESSO DIMITROV
O julgamento do século!

ESTÚDIO 44

Estreia hoje às 14.30, 16.45, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
EXIBIÇÃO
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

IMPERIO

Tel 555134/5 15.15, 18.30, 21.15
A atriz mais sensual da actualidade LAURA ANTONELLI

MEU DEUS, AO QUE EU CHEGUEI!

Um mestre do cinema italiano
LUIGI COMENCINI
Não acons. a menores de 18 anos

LONDRES

Tel 801313 14, 16.30, 18.45 e 21.15

Nao acons. men. 18 anos

O PORTEIRO DA NOITE

C/ Dirk Bogarde e Charlotte Ramping

MUNDIAL

Tel 538743 15.15, 18.30, 21.15

Nao acons. a menores de 13 anos

NAO HA AZAR

Uma enorme explosão de riso

3.º PROGRAMA Nacional e Regional (294 m)

16.00, Emissão Nacional (Emissores de Porto Alto, Lisboa, Miramar, Porto, Coimbra, Lamego, Valença e Faro). «Variante» (continuação); 16.15, Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo (repetição); 17.10, Vamos ao médico; 17.30, Teatro em Variante, por Fernando Midoes; 18.00, Emissão Regional (Emissor de Porto Alto) «Contacto»; 21.00, Música para meditar; «Quando o telefone toca»; 23.03, «Nocturno»; 00.00, Fecho.

4.º PROGRAMA Emissão total em Estereofonia
16.00, Música variada; 17.00, Canções; 18.00, Apenas música; 19.00, «Em órbita»; 20.00, Orquestras; 21.00, Concerto; 22.00, «Auditório»; 24.00, «Prisma»; 02.00, Fecho.

Cinemas

NIMAS

Tel 574313/574313
14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Não acons. men. 18 anos
CHOVE EM SANTIAGO
4.º mês de lotações esgotadas
O Chile de Allende a Pinochet

ODEON

Tel 326283 Estreia às 21.15
Grupo D (18 anos)
A comédia do sexo com teras de saias
AS PANTERAS
c/Fernando Fernan Gomez (col)

POLLUX

Tel 821933 Hoje estreia às 21.15
Uma dimensão exacta de amor, com mistura de pecado e inocência!
AINA
Um filme de K. Balachander
Não acons. a menores de 13 anos
Hoje às 14.15, 16.30, 18.45
Últimas exhibições do filme
AS GOLPISTAS

POLITERIA

Tel 323805 14.15, 16.30, 19.00, 21.30
Interdito men. 18 anos
2.ª semana do filme pornográfico
PROSTITUIÇÃO CLANDESTINA
(Cont. cenas eventualmente chocantes)

RESTAUR

Tel 610376 21.00
Grupo D M. 18 anos
A MULHER, O AMOR E O ÓDIO

ROMA

Tel 727778 15.30, 18.30, 21.15
Interdito men. 18 anos
SEXUALMENTE TUA
2.ª Semana
Um filme de Max Pécas

ROXY

Tel 48550 Hoje estreia às 21.15
Atrevido mas...
saudável como vitamina
SEXE MOTEL
Um filme de John Hilbard
Não acons. a menores de 18 anos
Hoje às 14.15, 16.30, 18.45
Últimas exhibições do filme
A JOVEM NORA

S. JORGE

Tel 554153 15.15, 18.15, 21.15
O mais espectacular filme do nosso tempo!
ROLLERBALL
De Norman Jewison com James Caan

TIVOLI

Tel 570595 15.15, 18.30, 21.15
Isto não é um filme, é um fabuloso espectáculo musical!

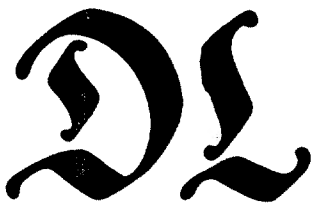
2.ª Semana

KAZABLAN

Com Yehoram Gaon, Arie Elias, Yehudah Elroni
Para todos

UNIVERSAL

Tel 774402 15, 19 e 21
As 15.00, 21.00 **NUMERO DOIS**
O ultimo filme de Jean-Luc Godard
Não acons. a menores de 18 anos
As 17.00, 23.00 Não acons. M/18
REGRESSO AS CAVERNAS
Um filme de Claude Faraldo
As 19.00 Não acons. a M/13 anos
A MULHER CASADA
Um filme de Jean-Luc Godard



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 328211/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEF. 12363
LISBOA PORTUGAL

DECISÃO DO GOVERNO Recensear retornados

Os portugueses retornados das antigas colónias ou, mais geralmente, do estrangeiro, vão ser recenseados — decidiu ontem o Conselho de Ministros. Para o efeito, a reunião de ontem do plenário do Governo aprovou um decreto-lei organizando o processo. Do mesmo diploma consta um inquérito, a fazer, à situação socio-económica dos «desalojados nacionais», expressão que designa oficialmente os portugueses nas mesmas condições. De acordo com o texto oficial, e segundo o comunicado emitido no final da reunião, «os dados obtidos servirão de base à criação de um ficheiro nacional que facultará a informação indispensável a uma correcta programação das formas de apoio, auxílio e enquadramento das populações carecidas. Estas formas de apoio — diz ainda o comunicado — abrangem designadamente a criação de postos de trabalho, a construção de habitações e o estabelecimento de regimes especiais para a integração nos esquemas de segurança social e emprego». O Conselho de Ministros aprovou ainda «uma resolução relativa ao problema nacional dos desalojados na qual são contemplados problemas relativos ao seu

recenseamento, à criação de postos de trabalho, ao fomento da habitação, ao alojamento em unidades hoteleiras e centros temporários de alojamento, à acção social e de assistência à emigração e ao termo final do acolhimento de desalojados».

Ainda na sua reunião de ontem, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução concedendo avales do Estado — «a financiamentos intercalares até à celebração dos respectivos contratos de desenvolvimento para habitação» — a cinco empresas.

Quatro empresas são a Construtora Abrantina, a Sociedade Construtora Portuguesa, a M. Tiago e a Proconstrói. Os avales destinam-se ao contrato de desenvolvimento de Vale de Amoreira e, de montante desigual de empresa para empresa, vão de 20 a 60 mil contos.

A quinta empresa é a Petrangol, Petróleos de Portugal, E. P. O aval é de 29.750.000 libras esterlinas e refere-se a um empréstimo para a construção duma fábrica de aromáticos junto à refinaria do Porto.

«ECONOMIA MELHORA»

«A situação económica portuguesa está a melhorar» —

afirmou Mário Soares ontem, à entrada para a reunião do Conselho de Ministros. Segundo o Primeiro-Ministro, o facto deve-se ao «esforço» que os trabalhadores portugueses estão a fazer no sentido de «corresponder ao esforço do Governo». Interrogado pelos jornalistas acerca dum possível empréstimo de 12 milhões de contos concedidos a Portugal pelos Estados Unidos, Soares disse: «Que eu saiba, até agora não há empréstimo nenhum».

Também à entrada para a reunião, o ministro do Plano e Coordenação Económica, Sousa Gomes, revelou que estão em discussão vários projectos referentes aos investimentos estrangeiros, mas que não há (não havia) nada decidido. Segundo Sousa Gomes, «mesmo em termos correntes o volume de investimentos vem aumentando, embora a ritmo pequeno». Ainda a propósito de investimentos estrangeiros — a respeito dos quais foi aprovado um código em Abril último — o ministro declarou que não poderia dar os números exactos até ao momento em relação aos mesmos porque — disse — «isto é difícil devido às oscilações que ele sofre todos os dias».



O presidente da Assembleia Parlamentar Europeia durante a conferência de Imprensa nas Necessidades

Czerntz com a Imprensa

O presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa foi ontem recebido pelo dr. Vasco da Gama Fernandes, no âmbito das conversações que tem mantido com autoridades portuguesas. Ainda ontem, Karl Czerntz teve também um encontro com o dr. Almeida Santos, ministro da Justiça e reuniu-se com «leaders» dos principais partidos. Salgado Zenha (PS), Sá Carneiro (PSD), Amaro da Costa (CDS) e Carlos Brito (PCP).

Depois desta reunião, o presidente da Assembleia Parlamentar do CE considerou que a reunião tinha sido «altamente positiva», adiantando que tinham sido discutidas questões relacionadas com a participação dos partidos políticos nas sessões de trabalho do Conselho da Europa.

Hoje ao meio-dia Karl Czerntz deu uma conferência de Imprensa, após o que partiu para o Porto, onde ficará até domingo.

Rodésia em conferência

Partes interessadas chegam a Genebra

«Vim aqui num estado de espírito positivo. Eu e os meus delegados seremos eminentemente razoáveis e pacientes. Esforçar-nos-emos para que a conferência seja bem-sucedida» — estas palavras de Ian Smith em Genebra onde se encontra desde ontem a fim de se preparar para a conferência destinada a resolver (se possível) os problemas suscitados pela questão racial rodésiana. A conferência, como oportunamente foi noticiado, começa no dia 29 do corrente.

Smith foi o primeiro chefe de delegação a chegar a Genebra. Hoje, chegou àquela cidade Ivor Richard, embaixador britânico junto das Nações Unidas. No domingo são esperados dois políticos negros. São eles Joshua Nkomo, que chefia uma facção do Conselho Nacional Africano (CNA), e Robert Mugabe, representante político dos guerrilheiros da Zanu

(União Nacional Africana do Zimbabué). Como se sabe, os dois homens aliaram-se, constituindo uma vanguarda que designaram por «Frente Patriótica».

O bispo Abel Muzorewa, dirigente da facção do CNA, declarou hoje em Lusaka a um correspondente da Reuter que chegaria a Genebra na próxima segunda-feira.

Não se conhece ainda a data da chegada de um quarto dirigente nacionalista, o reverendo Sithole, ministro da Igreja Metodista que disputa com Mugabe a chefia da Zanu.

Lembre-se, finalmente, que a conferência tentará estabelecer um governo interino multirracial em Salisbúria para conduzir a Rodésia a um regime de maioria negra e independência legal dentro de dois anos. Os nacionalistas, no entanto, contestam esse prazo, por o considerarem longo. Mugabe já afirmou que a maioria negra deveria imediatamente obter o poder na Rodésia.

Vilar parte para Caracas

Parte amanhã para Caracas uma delegação portuguesa, presidida pelo dr. Rui Vilar, ministro dos Transportes e Comunicações, que irá, a partir de segunda-feira, travar conversações com o Governo venezuelano relativamente à definição dos campos concretos de cooperação a curto, a médio e, eventualmente, longo prazo nos domínios do aproveitamento hidroeléctrico, estaleiros navais e instalações portuárias, construção e reparação naval, indústria petrolífera e seus derivados e a emigração.



Delgado e Cortesão nomes de «Boeing»

Em cerimónia oficial que decorreu ao fim da manhã, no Aeroporto da Portela, e a que assistiram, o Primeiro-Ministro, Mário Soares, o conselheiro da Revolução, Ribeiro Cardoso, e o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Moraes e Silva, foram incorporados na frota da TAP os dois «Boeing 707» da Força Aérea que, por decisão do Governo, receberam os nomes de «Humberto Delgado» e «Jaime Cortesão». Presentes ainda ao acto o comandante da Primeira Região Aérea, general Pinho Freire, os ministros dos Transportes e Comunicações, Rui Vilar, das Finanças, Medina Carreira, e da Habitação, Eduardo Pereira, bem como os secretários de Estado das Finanças e do Orçamento, Manuela Morgado e Santos Ramalheira, respectivamente.

Grupo Parlamentar P.S. elegeu direcção

Salgado Zenha foi ontem confirmado como «leader» parlamentar do P.S. ao ser reeleito para presidente do respectivo grupo parlamentar. Como vice-presidentes foram escolhidos Jaime Gama, António Reis e José Luís Nunes, e como secretários Herculano Pires, Aires Rodrigues, Carlos Lage, António Esteves e José Niza.

O resultado destas eleições assume particular importância depois de se conhecer o teor

de uma moção aprovada no Plenário do Conselho do Porto do P.S. em que se exigia que a Carlos Lage, José Luís Nunes e Fernando de Almeida não fossem atribuídas nenhuma função de importância política, nomeadamente no sector parlamentar. Esta moção foi enviada a Mário Soares, Jorge Campinos e Salgado Zenha, mas a indicação de dois dos três «condenados» para funções de direcção parlamen-

tar permite avaliar o peso que os sectores de esquerda ainda mantêm dentro do P.S. a nível nacional.

Note-se por outro lado que para a direcção do grupo parlamentar foram ainda eleitos Aires Rodrigues e António Reis, normalmente considerados como ligados aos sectores de trabalho do P.S., os quais defendem a aplicação do programa aprovado no último Congresso daquele partido.

3
tome
e

VOCAÇÃO POLICIAL

«Numa altura em que a direita se esforça, aos mais diversos níveis, por criar divisões ou rupturas no Partido Socialista, vale a pena transcrever uma carta que a Comissão Política distrital de Viana do Castelo, do PPD, enviou, em 10 de Julho passado ao Secretariado Nacional do PS.

A carta de estilo pidesco começa assim: «Pela presente vimos informar V.ex.ªs que no passado dia 24, do mês de Junho, foi o carro que fazia propaganda de apoio à candidatura do general Ramalho Eanes, conduzido por um nosso militante e deputado à Assembleia da República, que era na altura acompanhado por um elemento da Juventude Centrasta (CDS), agredido, insultado, injuriado, e a propaganda do carro inutilizada pelos elementos do Partido Socialista de Valença do Minho...». Seguem-se quatro nomes, que a carta diz serem de militantes do PS.

A seguir: «Mais informamos V.ex.ªs que foram vistos a colarem propaganda de Otelio na noite do dia 25, do mesmo mês, por militantes do nosso partido, em Friestas e Ganfei, os Vossos militantes...» Seguem mais cinco nomes!

Depois: «foi visto durante quase toda a campanha ostentando um autocolante de Octávio Pato o vosso militante...» Segue-se outro nome. E prossegue a carta: «O vosso militante (...) não distribuiu propaganda do candidato Ramalho Eanes, bem como se negou a entregá-la ao nosso núcleo de Valença do Minho. Aproveitamos a oportunidade para apresentar os nossos cumprimentos, muito atenta e superior consideração, bem como as nossas mais amistosas saudações sociais-democráticas».

Não há informações, tanto quanto sabemos, que indiquem ter o Secretariado Nacional do PS respondido ao PPD, como se impunha, perante esta denúncia pidesca. De facto o estilo da carta faz-nos lembrar os relatórios que os informadores da Pide enviavam ao chefe Silva Pais, dando conta das mínimas movimentações de democratas e antifascistas...

DAR UMA VOLTA

O ex-general Spínola, cuja casa deixou de estar guardada pela polícia, deixou ontem a sua residência, com «armas e bagagens» e ainda a esposa. Certamente foi dar uma volta.

Três mil vagões

Foi criada por despacho conjunto dos Ministérios do Plano e Coordenação Económica, da Indústria e Tecnologia e dos Transportes e Comunicações, uma comissão de controlo para a aquisição de 3.000 vagões, destinados à renovação do parque da CP.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA
NO MÊS ANTERIOR: 39 984 EXS.

madeira

viagens especiais
em avião fretado

desde
2680.

29 Out a 1 Nov 3 noites
30 Nov a 8 Dez 8 noites

feriados de NOV e DEZ

Europa